

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA MARÍA FORMOSO GALARRAGA

**RELAÇÕES PEDAGÓGICAS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS:
uma prática de sistematização de experiência**

São Leopoldo

2013

Ana María Formoso Galarraga

**RELAÇÕES PEDAGÓGICAS E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS:
uma prática de sistematização de experiência**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutora em
Educação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Danilo Streck

São Leopoldo

2013

F726r Formoso Galarraga, Ana María
Relações pedagógicas e práticas socioambientais: uma
prática de sistematização de experiência / Ana María
Formoso Galarraga. – 2013.
165 f. : il. ; 30cm.

Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos
Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São
Leopoldo, RS, 2013.
Orientador: Prof. Dr. Danilo Streck.

1. Educação. 2. Metodologia - Sistematização –
Experiência. 3. Prática socioambiental - Associação -
Mulher. 4. Ecopedagogia. 5. Emancipação coletiva. I.
Título. II. Streck, Danilo.

CDU 37

AGRADECIMENTOS

Aos/Às participantes que ajudaram no processo de Sistematização de Experiências: às mulheres que atualmente integram a AM+L, às que passaram, deixando sua colaboração e questionamentos, à Claudia Alves, que, nos seus 38 anos, faleceu, deixando sua marca nesta associação.

Aos/Às integrantes do Tecnosociais da Unisinos e às pessoas da municipalidade de São Leopoldo que gentilmente contribuíram nesta pesquisa.

À Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado, que me questionou com suas práticas missionárias complexas, e me animou a aprofundar realidades educativas e socioambientais.

A José Roque Junges, que, com seu testemunho de vida e com sua profissão acadêmica, foi um promotor da reciprocidade das relações entre o espaço acadêmico e socioambiental.

Ao Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que colaborou na minha bagagem teórica, abrindo-me novas janelas para dialogar com os desafios contemporâneos.

A meus familiares, que fomentaram o respeito pelas escolhas na trajetória de minha vida e me impulsionaram a conhecer pessoas e situações de diferentes espaços e culturas.

Aos professores e professoras: Danilo R. Streck, pelo apoio constante no processo de pesquisa, motivando a dialogar com outros/as professores/as e a ter um espírito investigativo permeado pela focalização pertinente e pela simplicidade; Maria Clara Bueno Fischer e Marilene Maia; Alfonso Torres e Telmo Adams, que trocaram experiências nas aulas, nos encontros no Brasil e na Colômbia, contribuindo com total solidariedade e profundidade na elaboração desta tese; Oscar Jara, Lola Cendales, Fernando Torres, que dispuseram de seu tempo para compartilhar e dialogar sobre a sistematização de experiências. Faço extensivo meu agradecimento /aos/às demais professores/as e à secretária da equipe do PPG de UNISINOS.

Aos colegas que me enriqueceram com suas experiências e amizades, especialmente aos/às integrantes dos projetos de pesquisa dos professores Danilo Streck e Telmo Adams.

À Associação Antonio Vieira, mantenedora da Companhia de Jesus, cuja ajuda possibilitou meus estudos de doutorado em Educação e à Fundação Porticus, que colaborou para a pesquisa em outros países, como Venezuela e Colômbia e para os procedimentos de conclusão de teses.

Aos professores/as que acreditam na riqueza metodológica da Sistematização de Experiências e a Deus, que me permitiu conhecer um movimento de vida e de interrogantes no espaço educativo e ambiental.

RESUMO

A tese tem sua gênese na trama da complexidade das relações humanas. Busca-se analisar as relações de emancipação coletiva, como também as ambiguidades que ocorrem numa associação de mulheres (Associação Mundo +Limpo) e na sua relação com outras instituições. A metodologia escolhida, a Sistematização de Experiência, perpassou todo o trabalho. Nos diferentes vínculos apontam-se silêncios como resistência a determinadas práticas, assim como estratégias de convivência e trabalho que foram refletidas vitalmente e com a colaboração de diferentes indicadores sociais e ambientais. O processo de Sistematização de Experiência, desenvolvida durante dois anos (2010-2012), visibiliza fragilidades e fortalezas que ocorrem e são cultivadas no cotidiano das relações locais e globais. A perspectiva teórica está baseada em noções de Michel de Certeau e Paulo Freire, contemplando a complexidade antropológica “do caçador furtivo e da esperança” e fugindo do misticismo ou da passividade da desesperança. Um dos resultados da pesquisa é a apropriação da metodologia escolhida, que é formativa e permite recolher e repensar práticas cotidianas, sendo um caminho metodológico que se movimenta a partir do interior de esquemas, conceitos e atitudes dos próprios espaços, oportunizando afirmações e críticas. O registro escrito permite que outras práticas possam ser sistematizadas, aproximando a realidade da sua complexidade. O fato de a pesquisa ser participativa faz com que pessoas, não habituadas a esta prática, possam dar-se conta da riqueza da reflexão sobre o seu cotidiano de trabalho e de relações. A pesquisa pretende colaborar com pesquisadores/as, assessores/as que estejam dispostos a fazer trilhas de resistência ao individualismo capitalista que fragmenta os saberes e deixa na invisibilidade práticas coletivas que necessitam ser refletidas.

Palavras-chaves: Mulheres. Associações populares. Sistematização de experiências. Ecopedagogia. Emancipação coletiva.

ABSTRACT

The thesis has its genesis in the weft of the complexity of human relations. It tries to analyze the relationship of collective emancipation and at the same time the ambiguities in an association of women (Associação Mundo + Limpo) and its relations with other institutions. The methodology chosen, the Systematization of Experience has prevailed throughout the work. All the different bonds are pointed out silences as resistance to certain practices and strategies of close association and work that were reflected vitally and with the collaboration of different social indicators and environment. The process of the Systematization of Experience was developed during two years (2010-2012) making visible weaknesses and strongholds that happen and are cultivated in everyday life of local and global relations. The theoretical perspective is based on notions of Michel de Certeau and Paulo Freire, which contemplates the anthropological complexity of "poacher and hope", fleeing from mysticism or passivity of hopelessness. One of the search results was the appropriation of the methodology chosen, which is formative and allows gathering and rethinking daily practices. It is a methodological path that moves from within diagrams, concepts, attitudes of own spaces, reading favorable things and criticisms on the way done. The written record allows that other practices can be systematized closer to the complexity of reality. The fact that research is done in a participatory way, makes people, not accustomed to this practice, can enrich and realize rich reflections about their daily work and relations. The survey wishes to collaborate with researchers, and commissions that are willing to make trails of resistance to capitalist individualism that shatters the knowledge and leaves invisible the collective practices that need to be thought out.

Key Words: Women. Popular associations. Experiences systematization.

Eco-pedagogy. Collective emancipation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fôlder Grupo Mundo +Limpo	18
Figura 2 - Fôlder contaminação das águas por óleo	19
Figura 3 - Mapa das oito regiões do OP de São Leopoldo.....	25
Figura 4 - Mapeamento das relações entre AM+L e instituições públicas e privadas	68

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Primeira entrega do óleo da Coleta Seletiva - SL	37
Fotografia 2 - Caminhão da Coleta Seletiva - SL	38
Fotografia 3 - Primeiros sabões produzidos	43
Fotografia 4 - Melhoria na qualidade dos produtos	44
Fotografia 5 - Nova linha de produção de sabonetes	44
Fotografia 6 - Encontro de SE, cada integrante da associação expressou com símbolos o significado da produção coletiva	69
Fotografia 7 - Fases do Processo da AM+L	70
Fotografia 8 - Local onde se iniciou a AM+L	71
Fotografia 9 - Celebração no dia da Inauguração do local atual da AM+L.....	71
Fotografia 10 - Formação de ES com representantes de Tecnosociais.....	84
Fotografia 11 - Formação de ES para os grupos incubados por Tecnosociais – UNISINOS	85
Fotografia 12 – Entrega do Licenciamento Ambiental com representante da SSMA e do SELIMP às associadas.....	90
Fotografia 13 - Licenciamento Ambiental	91
Fotografia 14 - Representante da Cáritas de Novo Hamburgo e representante da SMPM em um espaço de reflexão e de celebração na AM+L.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cenários metodológicos.....	42
Quadro 2 - Perguntas Amplas, Fatos marcantes, Subperguntas e comentários.....	75
Quadro 3 - Tópicos recolhidos da Autoindagação da AM+L	77
Quadro 4 - Tópicos da entrevista coletiva com representantes do Tecnosociais.....	85
Quadro 5 - Tópicos da entrevista com representantes da Engenharia Civil.....	88
Quadro 6 - Relação com as políticas públicas	89

LISTA DE SIGLAS

ALFORJA	Centro de Estudios y Publicaciones Alforja
AM+L	Associação Mundo Mais Limpo
AMMOC	Assessoria a Movimentos de Mulheres e Organizações Comunitárias
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPPAS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambientes e Sociedades.
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARDI	Associação dos Recicladores de Dois Irmãos
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCIAS	Centro de Cidadania e Ação Social
CEAAL:	Centro de Estudo de Adultos da América Latina
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEESTEM	Centro de Estudos do Terceiro Mundo
CEFURIA	CENTRO de Formação Urbano Rural Irmã Araujo
CEPAAL	Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe
CMCR	Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
EA	Educação Ambiental
ECOSOL	Economia Solidária
EP	Educação Popular
EPEA	Encontros de Pesquisas em Educação Ambiental
ES	Empreendimentos solidários
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
GEEA	Grupo de Estudo de Educação Ambiental
IAP	Investigación-Acción Participante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego

NTICs	Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
ObservaSin	Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos
ONGs	Organizações Não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PAAS	Projeto de Atenção Ampliada À Saúde
PASEC	Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RS	Rio Grande do Sul
RTS	Rede Tecnologia Social
SACIS	Secretária de Assistência de Cidadania e Inclusão Social
SE	Sistematização de Experiências
SELIMP	Secretaria de Limpeza Pública da Cidade
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
SEMMAM	Secretária Municipal do Meio Ambiente
SEMSAD	Secretária Municipal de Saúde
SENAES/TEM	Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério de Trabalho e Emprego
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMPM	Secretaria Municipal de Política para Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TECNOSOCIAIS	Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários
TS	Tecnologias Sociais
UNESCO	Organização das Naciones Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UniSol	Universidade Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTO (SOCIAL E POLÍTICO) EMPÍRICO E TEÓRICO EM ÂMBITO REGIONAL	17
2.1 Dados Geográficos de São Leopoldo	23
2.2 Urbanização de São Leopoldo: movimento migratório	24
2.3 Contexto Político de São Leopoldo e Políticas Sociais	24
2.4 A Relação da Pesquisadora com os Desafios Socioambientais dos Movimentos Sociais	27
2.4.1 A Relação da Pesquisadora com o Contexto Municipal e Regional.....	29
2.5 Contexto das Políticas Públicas para Mulheres em São Leopoldo	31
2.5.1 A relação da SMPM com o AM+L	33
2.6 Contexto das Políticas Ambientais em São Leopoldo	35
2.6.1 A Relação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a AM+L.....	36
2.7 A Escolha de uma Experiência Referencial de Gestão Socioambiental: processos e desafios	38
2.7.1 Um processo de escutas e de desafios que interagem.....	39
2.8 Formulação do Problema e dos Objetivos	41
2.8.1 Objetivo Geral	41
2.8.2 Objetivos Específicos	41
2.9 Processos de Gestão: antes de ser Associação, como se gestou o grupo? 43	
2.10 Na socialização de experiências entre associadas, gesta-se a opção socioambiental	47
2.11 Relevância da Pesquisa para a AM+L	49
2.11.1 Relevância da Pesquisa para a Academia	50
2.12 Revisão da Literatura	51
3 METODOLOGIA	58
3.1 Sistematização de Experiências	58
3.2 Características da Sistematização de Experiências	59
3.3 A Relação da SE com a EP e com o IAP	61
3.4 A relação da Metodologia Escolhida com a Linha de Pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias	63
3.5 Passo a Passo a Metodologia Desenvolvida	64

3.5.1 Um Marco Conceptual.....	64
3.5.2 Delimitação e Combinações Práticas.....	65
3.5.3 Momentos de Conversas.....	66
3.5.4 Plano de Trabalho e Mapeamento das Instituições e Pessoas Relacionadas com AM+L.....	66
3.5.5 Escolha do Eixo.....	68
3.5.6 Socialização dos Registros Históricos.....	69
3.5.7 A Produção Coletiva de Dados	72
3.5.8 Autoindagação Dialógica: perguntas principais e subperguntas na AM+L.....	73
3.6 Associação Mundo + Limpo: autoindagação	76
3.7 A Relação da AM+L com a incubadora Tecnosociais da UNISINOS	82
3.7.1 Tópicos de Respostas a Representantes do Tecnosociais.....	85
3.7.2 A Relação da AM+L com o Tecnosociais abriu Outros Espaços de Relações .	87
3.8 Tópicos da Entrevista realizada com o Secretário do Meio Ambiente e Mudanças na Municipalidade	89
3.9 Tópicos da Relação da AM+L com a Secretaria da Mulher.....	91
4 INTERPRETAÇÃO DAS PRÁTICAS.....	93
4.1 Análise das Práticas da Complexidade à Cotidianidade.....	93
4.2 A Entrada do Outro nas Relações	95
4.3 Relações de Violência: patriarcado e sistema capitalista	99
4.3.1 A Dimensão de Resistência Travada no Cotidiano	99
4.4 A “Venda da Marca Ecológica” nos Processos Formativos de ES	102
4.5 Tensões entre o Poder Público e a AM+L: a socialização e o caçador furtivo	105
4.5.1 Práticas da participação em espaços públicos: feiras de ES	105
4.5.2 Distâncias nos Dados Socializados na Coleta do Óleo Saturado	107
4.6 Saberes e Habilidade nas Relações no Trabalho Associado	109
4.6.1 Identificar saberes e discernir atravessamentos	111
4.7 Formação: novas tecnologias, e ecopedagogia.....	113
4.7.1 Formação da Complexidade Educativa e Ambiental na Perspectiva da Ecopedagogia	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE A - TRAJETÓRIA DE VIDA DAS INTEGRANTES.....	142

ANEXO A - ESTATUTOS DA AM+L	144
ANEXO B - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	157
ANEXO C - QUANTIDADE DE ÓLEO SATURADO RECEBIDO NO MÊS DE JULHO E SETEMBRO DE 2012.....	161
ANEXO D - PAAS PSICOLOGIA	163

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa analisa as relações que acontecem no grupo Associação Mundo +Limpo (AM+L) e desta com outras instituições. Acompanha os passos e descompassos de uma sistematização de experiência no período de 2007 a 2012, questionando que relações sistematizadas têm finalidades emancipatórias.

Por tratar-se de uma pesquisa inserida em processos cotidianos e não apenas sobre uma prática social distante da pesquisadora, a investigação se realizou com a participação ativa das integrantes da associação e com as instituições parceiras. A pesquisa, no conjunto, assume as orientações da Sistematização de Experiências (SE) e as dimensões da investigação-ação participante (IAP), bebendo de suas diferentes vertentes, das quais uma é a sociológica, especificamente a posição ético-política de Orlando Fals Borda¹, que encontrou eco e enriquecimento no olhar pedagógico de Paulo Freire² e psicológico e antropológico de Carlos Brandão³.

A SE privilegia as relações com o contexto que influencia as práticas/experiências do processo, por isso as informações sobre o município de São Leopoldo, sobre as políticas públicas, sobre a associação, que se pesquisou, além dos dados acadêmicos dialogam ao longo da tese. Há uma intencionalidade da pesquisadora de ir associando/relacionando dados da realidade com entrevistas e com diferentes níveis de análises e voltar sempre ao diálogo com as mulheres da AM+L e com os/as professores/as para que outros/as possam colaborar, questionar, enriquecer.

A reflexão de práticas de mulheres associadas provenientes de classes populares é limitada pelo custo e por ser uma metodologia que exige tempo e reflexão. Considero que as mulheres associadas têm diversos cenários que necessitam ser analisados, identificando-se espaços de emancipação coletiva e de cooptação no processo desenvolvido conjuntamente com outras instituições públicas e privadas. As experiências coletivas que não são sistematizadas ficam na

¹ Sociólogo, investigador e historiador colombiano. Um dos criadores da Investigação-Ação Participativa (IAP). Atuou no Instituto Colombiano para a Reforma Agrária; trabalhou com Camilo Torres Restrepo e outros professores, consolidando a IAP.

² Reconhecido educador brasileiro 1921-1997. Foi professor de História e Filosofia na Universidade de Recife. Desenvolveu uma proposta pedagógica reconhecida como Educação Popular.

³ Antropólogo, com pós-doutorado na Itália e na Espanha. Professor do Doutorado na UNICAMP, professor convidado do Doutorado em Educação da Universidade Federal de Goiás. Foi um dos pioneiros da Pesquisa Participante.

invisibilidade e os processos de emancipação e seus limites se empobrecem. Corre-se o risco de repetir emancipação segundo algum autor, que com tais características, mas sem fazer uma escuta localizada. Por isso, justifica-se a opção pela metodologia da SE, que permite entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas. Chega-se assim a entender os processos na sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria. (JARA, 2006, p. 24). Ultrapassar a reconstrução narrativa e alcançar uma leitura interpretativa da metodologia das relações com toda a sua complexidade é o desafio da metodologia escolhida. Fazer com que a própria prática focalizada nas relações colabore para a reflexão teórica, incluindo os saberes acadêmicos e dos/as participantes dos processos.

No segundo capítulo, faz-se, primeiro, uma contextualização geográfica, política e das políticas públicas, sociais e ambientais da região onde se realizou a pesquisa. Apresenta-se o contexto, e perfilam-se as relações com a AM+L. Em um segundo momento, coloca-se a relação de quem escreveu a tese com os desafios ambientais nos movimentos sociais; a escolha da experiência referencial e sua relevância; a organização e gestação da AM+L, os fios, as relações, que oportunizaram a criação da associação. Que dinâmicas relacionais fizeram o grupo resistir ao desemprego e buscar alternativas de sobrevivência? Explicita-se o problema da pesquisa e identificam-se os objetivos, geral e específicos. Finalmente, a revisão da literatura, que ocupa um espaço significativo devido às imbricações de temáticas que perpassam a prática refletida. Primeiramente, a atenção está nos desafios ecológicos, fundamentalmente os desafios da proposta ecopedagógica, a seguir o olhar se direciona para os saberes associados, os desafios da educação popular e finalmente a compreensão da prática reflexiva da SE como espaço formativo.

No terceiro capítulo, realiza-se o processo metodológico da SE com base no eixo das relações, recolhem-se as entrevistas semiestruturadas, que se organizam em quadros com tópicos que permitam dialogar com os objetivos específicos. O capítulo apresenta passo a passo a metodologia desenvolvida. A escrita tem o horizonte de uma metodologia reflexiva, comunicativa e sintética, por isso a organização de quadros que facilitem organizar tópicos das respostas.

No quarto capítulo, realiza-se uma interpretação das práticas analisadas, fazendo-se conexões com referências teóricas que deram elementos de compreensão e de crítica, oportunizando outros olhares. Há um diálogo que parte da experiência local e se complexifica com outras temáticas que estão relacionadas à pesquisa em educação, desenvolvimento e novas tecnologias ou a interesses próprios de quem investiga. Destaca-se entre outras temáticas a importância das novas tecnologias para as incubadoras e a contribuição da ecopedagogia para grupos de formação com dimensões ecológicas, ambientais.

Finalmente, como quinto capítulo, as considerações finais realizadas de forma participativa. Momento que exigiu lembrar o que já tinha sido trabalhado para poderem ser iniciadas as conclusões com as integrantes da AM+L e, fechando, o trabalho, as conclusões coletivas e da pesquisadora dos diferentes objetivos específicos.

2 CONTEXTO (SOCIAL E POLÍTICO) EMPÍRICO E TEÓRICO EM ÂMBITO REGIONAL

Contextualizar, delimitar, relacionar, questionar e comunicar é próprio de quem pensa o contexto social, que não é só um acúmulo de dados, são características de processos que marcam estilos de vida societária e o cotidiano das pessoas. Para muitos/as, a política local e a administração municipal constituem um tipo de política com diminutivo, “coisinhas locais”.

No entanto, é no espaço local que vive a população, e as pessoas estão se dando gradualmente conta que a grande política, nacional ou global, nunca terá muito sentido se não se traduzir na prosaica qualidade de vida do cidadão, na segurança de ir e vir, na densidade de espaços verdes, no conforto de serviços bem organizados, na própria beleza da cidade, na organização adequada do seu potencial de trabalho. (DOWBOR, 2008, p. 9).

Ladislau Dowbor⁴ é uma referência na análise da importância do espaço local e seu contexto, a seguir, introduz-se o contexto local da pesquisa.

A Associação Mundo + Limpo (AM+L) é constituída por mulheres que buscam sobreviver conjuntamente por meio de um empreendimento de Economia Solidária-ES⁵. Nesta associação, realizou-se a pesquisa de SE, que está vinculada ao espaço público do município e ao espaço acadêmico privado/UNISINOS. Para a compreensão do processo relacional é fundamental conhecer o contexto que possibilitou a existência da associação/grupo. A denominação comum dentro do contexto municipal e dentro do próprio grupo é Grupo Mundo +Limpo, por isso se utilizam os termos como sinônimos. Para facilitar a escrita, quando se fala de associadas ou das mulheres associadas, ou do grupo das associadas se faz referência à AM+L. Legalmente se reconhece a passagem de grupo para associação, mas na linguagem cotidiana, faz-se referência a esta associação como

⁴ Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “A Reprodução Social”, “O Mosaico Partido”, “Tecnologias do Conhecimento: os Desafios da Educação”, “O que Acontece com o Trabalho?” (Ed. Senac) e co-organizador da coletânea “Economia Social no Brasil” (Ed. Senac). Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no seu site.

⁵ Há autores que fazem uma diferença entre Economia Popular Solidária - EPS e Economia Solidária-ES. Nesta tese, usa-se ES, que é o conceito utilizado pela Incubadora Tecnosociais da Unisinos e que incuba a AM+L.

Para ampliar os estudos de EPS, há trabalhos detalhados que podem ser encontrados em Tiriba (2001, 2009); Singer(2002a, 2002b); Adams,(2007 e 2010).

grupo. Justifica-se o descrito anteriormente no próprio folder intitulado Grupo Mundo +Limpo.

Figura 1 - Folder Grupo Mundo +Limpo

1 litro de óleo saturado (óleo de soja) despejado no esgoto contamina o equivalente a 1 milhão de litros de água, matando milhares de peixes e plantas.

Mais de 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável, e cerca de 2,4 bilhões sofrem de doenças originadas da ingestão de água insalubre.

Quatro milhões de crianças morrem anualmente porque o elemento que lhes dá a vida, a água, está contaminada.

Informações
(51)8473-7668
mundo_limpo@yahoo.com.br

Patrocínio
REFAP Alberto Pasqualini - Refap S/A
Fundepe
UPAN Desde 1971
100 ANOS DO SUL

Apoio
UNISINOS For saber, tem que viver
Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado

Grupo Mundo + Limpo

O Grupo Mundo Mais Limpo é formado por moradores de São Leopoldo/RS, que, diante da falta de oportunidades no mundo do trabalho, reconheceram a necessidade de se unirem para construir algo juntos. Através deste trabalho em grupo, encontraram uma forma de gerar renda e manter suas famílias, contribuindo também no cuidado e preservação do meio ambiente. Atualmente, fabricam produtos de limpeza com óleo de cozinha reciclado, evitando que este resíduo seja colocado na natureza.

Objetivos

Dentre os objetivos que norteiam o Projeto, pode-se destacar:

- o resgate e a promoção da auto-estima das mulheres que participam do grupo, através da produção de trabalhos artesanais;
- a contribuição no cuidado do meio ambiente, através do aproveitamento do óleo de cozinha usado;
- a formação de um grupo de trabalho informal, que tem como finalidade elaborar, a partir do óleo de cozinha, sabão e outros produtos de limpeza ecológicos, com o objetivo de gerar renda;
- o aprendizado do trabalho em equipe, buscando o desenvolvimento das capacidades de cada uma de forma criativa.
- o fornecimento de elementos para o aprendizado da administração do próprio dinheiro e a aquisição de uma certa autonomia econômica.

Produtos

- Sabão em barra
- Detergente de louça
- Desinfetante
- Amaciante
- Detergente gel

Ecológicos

Fonte: Grupo Mundo +Limpo (2011)

A AM+L é formado por moradoras de São Leopoldo/RS, que, diante da falta de oportunidades no mundo do trabalho, reconheceram a necessidade de se unirem para buscar alternativas juntas. Por meio deste trabalho em grupo, encontraram uma forma de gerar renda e manter suas famílias, contribuindo também no cuidado e preservação do meio ambiente. Atualmente, fabricam produtos de limpeza com óleo de cozinha saturado, evitando que este resíduo seja colocado na água ou na terra.

O acesso à água potável representa custos altos tanto para o governo como os consumidores, além da importância de águas propícias para o desenvolvimento da flora e da fauna. A contaminação das águas da região do Vale do Sinos está vinculada também ao incorreto destino de desperdícios domésticos, um deles é o óleo de cozinha.

Figura 2 - Folder contaminação das águas por óleo



Fonte: Maringá (2012)

Na pesquisa realizada para esta tese, os desafios atuais da região e o processo histórico, social e político do passado foram investigados, pois avanços e retrocessos estão vinculados aos projetos e decisões anteriores. Esta realidade local teve influências, vínculos, contextos históricos que oportunizaram sua gestão. Para sua compreensão, aprofundaram-se diferentes aspectos do contexto das políticas participativas da região de Porto Alegre e da região do Vale do Rio dos Sinos que permitem vincular e reconhecer articulações políticas e sociais do passado que repercutiram no presente. Averiguar como e onde se gestaram propostas participativas que influenciaram não só a região, mas também o país e o mundo faz parte da investigação.

A implementação do Orçamento Participativo⁶ (OP) surgiu com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, quando foi estimulada a participação popular na definição de políticas governamentais, por intermédio da criação dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas como espaços de controle social. As mudanças constitucionais aliadas à vontade popular e política viabilizaram a implantação em Porto Alegre, do OP, em 1989 tendo a proposta de discussão pública do orçamento e dos recursos para investimento. Muitas prefeituras adotaram a participação popular baseando-se no modelo de Porto Alegre (RS) como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideo (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC), Recife (PE), Olinda (PE), Belo Horizonte (MG), Atibaia (SP) e Guarulhos (SP). (ORÇAMENTO..., [2012?]).

O OP foi modelo de gestão para vários países e há uma reflexão que merece ser trazida para compreender e questionar a região do Vale do Rio dos Sinos. O OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, mediante processos da participação da comunidade. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo. No OP, retira-se parcialmente o poder de uma elite burocrática, repassando-o diretamente para a sociedade. Com isso a sociedade civil passa a ocupar espaços que antes lhe eram "furtados".

Com diferentes metodologias, em cada município em que o OP é executado, as assembleias costumam ser realizadas em sub-regiões municipais, bairros ou distritos, em discussões temáticas e/ou territoriais, elegendo-se delegados que representarão um tema ou território nas negociações com o governo.

⁶ No período de 1989, durante a gestão do Prefeito Olívio Dutra em Porto Alegre, iniciou-se a experiência do OP.

Esses delegados formam um Conselho anual que, além de dialogar diretamente com os representantes da prefeitura sobre a viabilidade de executar as obras aprovadas nas assembleias, propõem reformas nas regras de funcionamento do programa e definem as prioridades para os investimentos, de acordo com critérios técnicos de carência de serviço público em cada área do município. A questão do controle público do Estado passa a ser a questão institucional “chave” para o futuro dos regimes democráticos legados pelas revoluções da modernidade. Durante a elaboração do OP, observam-se valores. Por exemplo, a formação de consenso (FISCHER; MOLL, 2000), que pode parecer simples, mas, como há diferentes interesses, surgem conflitos, argumentos, números, dados e aparece a necessidade do consenso para poder exercitar uma relação democrática.

Este desafio forja formas diferentes de relações com o Estado, com o Município e um novo tipo de sociabilidade, uma nova prática de cidadania que expresse um novo modo de vida. A experiência de OP em Porto Alegre é reconhecida e refletida por pesquisadores internacionais, uma prática que gerou uma reflexão teórica:

Nos anos 60 e 70, a escala das lutas era nacional, hoje temos que lutar a nível local, como aqui em Porto Alegre através do Orçamento Participativo, uma forma extremadamente exitosa de uma maior redistribuição social a nível local, e temos também que lutar em nível global. (SANTOS, 2002, p. 31).

O reconhecimento da importância, não apenas local do OP, mas também como referência para lutas globais, não é um detalhe, ainda mais fazendo parte da análise de Boaventura de Sousa Santos⁷ que provoca repercussões no cenário social, político, epistemológico e nas práticas educativas. Outra característica deste autor que provocou a metodologia escolhida é sua capacidade de refletir sobre as experiências acontecidas, ele fala de ser “contra o desperdício da experiência” e de vivermos um tempo de pedagogia de conflito e de repetições⁸. Os desafios da região

⁷ Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; diretor do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade. Participante ativo do Fórum Mundial Social, conhece a realidade brasileira e esteve no 4^a. Seminário de Políticas Sociais, no dia 27 de janeiro de 2010, em São Leopoldo, na UNISINOS, colaborando com uma das atividades do Fórum Mundial 10 anos – Grande Porto Alegre.

⁸ O mesmo autor sublinha na palestra do dia 27 de janeiro de 2010, na UNISINOS que a ideia de repetição é o que permite ao presente alastrar o passado e o futuro, canibalizando-os. Há muitas repetições que não se analisaram e que se apresentam com maior possibilidade de repetição, por isso esta ideia escutada foi provocativa para não deixar a primeira intuição de refletir práticas realizadas e descobrir conflitos imbricados.

da Grande Porto Alegre são analisados com articulações e críticas pertinentes, por isso a tensão do local e global tencionou a escrita da tese.

O Governo estadual Olívio Dutra⁹ destacou-se pelo OP, que possibilita a atuação da comunidade nos destinos das obras a serem feitas. O coordenador da iniciativa no Vale dos Sinos, Antônio da Luz, colabora com as discussões e a estruturação do OP. Todos os municípios gaúchos tiveram a oportunidade de discutir as deficiências de cada local, as funções dos poderes municipais, estadual e federal. Definiu-se que:

- Todas as cidades com população acima de 20 mil habitantes farão pelo menos uma assembleia.
- Os participantes escolhem as prioridades, relacionando-as em ordem crescente.
- Após a escolha das prioridades, os delegados regionais são eleitos. A cada vinte participantes é escolhido um delegado.
- Os delegados de cada cidade estarão nas discussões da assembleia regional, que ocorre na primeira quinzena de junho.
- O Vale do Sinos terá direito a sete delegados para a assembleia estadual. (CUNHA, 1999, p. 03).

Depois de muitos anos de políticas de governo marcados pela centralização do poder, o Partido dos Trabalhadores (PT) assume o poder em São Leopoldo, no ano 2004. Esta realidade política marca uma diferença nas políticas públicas da região que possibilitou um processo de abertura à participação cidadã e uma organização na execução de defesa dos direitos das mulheres e do cuidado do meio ambiente, principalmente o cuidado das águas da região.

Um exemplo é o Projeto de Olho No Olho D' água, que se criou neste período e que envolve um coletivo educativo de São Leopoldo junto com o Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), Secretária Municipal do Meio Ambiente (SEMMAM), Secretária de Limpeza Pública (SELIMP), Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Secretária Municipal de Saúde (SEMSAD). Neste projeto, também colabora o Programa de Ação Socioeducativa na Comunidade (PASEC) – UNISINOS. A Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres – SMPM também foi organizada neste último período, mais adiante se destaca sua atuação na região e em relação ao grupo desta pesquisa.

Os desafios socioambientais afetaram a região, devido ao aglomerado da população nas cidades e ao abuso das fábricas que despejam produtos químicos nas águas dos rios. O desafio ambiental junto com uma maior consciência cidadã

⁹ Participou da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual foi presidente de 1980 a 1986.

possibilitou relações de apoios para enfrentar as dificuldades sociais e ambientais nas quais se incluem as mulheres da AM+L.

A proposta AM+L se gestou com a marca da sobrevivência coletiva de mulheres pobres que se cansaram de “sobrar” por não encontrar trabalho adequado para a subsistência e educação de seus filhos/as. A proposta de realizar um empreendimento com características do cuidado ambiental surge ao longo do processo pelas relações com outro empreendimento de ES que mais adiante se vai explicitar.

O novo contexto abriu um espaço de diálogo, de interlocução com a população que está vinculada às mudanças das políticas públicas da municipalidade e a implantação do OP na região. Os dados de São Leopoldo foram recolhidos principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ObservaSinós¹⁰ e da escuta dos/das moradores/as da cidade que estão vinculados/as com a temática da pesquisa. Deixa-se registrada a pouca bibliografia do contexto social e político de São Leopoldo registrada em fontes secundárias nas últimas quatro décadas. Diante desta dificuldade, optou-se por fazer entrevistas com pessoas vinculadas às políticas públicas no setor social, com mulheres e ambientalistas de São Leopoldo.

2.1 Dados Geográficos de São Leopoldo

O município de São Leopoldo está localizado na encosta inferior do nordeste do Rio Grande do Sul, na depressão central. Faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), distando 34 km da capital gaúcha. A cidade é cortada pelas rodovias BR 116 e RS 240 e está próxima de importantes rodovias, como a BR 290 e a BR 386, ficando acessível por diversas vias.

São Leopoldo possui uma área de 102,739 km², de distribuição territorial essencialmente urbana (68,29%), composta por um total de 24 bairros. Possui uma população de 214.210 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [2011]).

¹⁰ É um programa do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social – CCIAS UNISINOS, que objetiva sistematizar, analisar e publicizar indicadores socioeconômicos e promover o debate sobre a realidade e políticas públicas da região do Vale do Rio dos Sinos. O programa é coordenado pela Profa. Dra Marilene Maia, UNISINOS.

2.2 Urbanização de São Leopoldo: movimento migratório

O contexto local do município de São Leopoldo está relacionado com o processo da acelerada urbanização do Brasil, que elevou de dois terços de população rural nos anos 1950, para 80% de população urbana no início do ano 2000. No último censo (2010), houve um aumento da população em 9,6% devido ao fator migratório, e não pelo índice de natalidade, que teve um decréscimo do censo de 1950 ao censo de 2010.

2.3 Contexto Político de São Leopoldo e Políticas Sociais

Em São Leopoldo, o governo da Frente Popular, eleito em 2004 e reeleito em 2008, assumiu o compromisso de fazer uma Nova Cidade. Desde então, nas diversas áreas que compõem a Administração Municipal, foram desenvolvidas outras propostas referentes às políticas públicas.

No município, a Assistência Social esteve por muito tempo vinculada à área da saúde e, posteriormente, à área da habitação. Até o ano de 2004, o setor estava localizado sob as escadarias do Ginásio Municipal Celso Morbach e contava com uma equipe reduzida, composta por aproximadamente doze profissionais. Nessas condições, atendia à população no balcão. Muitas vezes, o trabalho da assistência social se caracterizava pela distribuição de cestas básicas, sem preocupação com o desencadeamento de processos emancipatórios e de construção da cidadania. Esse movimento era totalmente contrário aos direitos assegurados na Constituição Brasileira.

O Professor Arnold¹¹ foi entrevistado devido à sua histórica vinculação aos movimentos sociais de São Leopoldo e ao seu aprofundamento acadêmico na área histórica e social das políticas públicas e dos movimentos sociais.

Antes de 2005, não havia quase investimento na área social. Também não existia a Secretária de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (SACIS). O que havia

¹¹ Entrevista realizada em 10.08.2011, em São Leopoldo. Ele é graduado em Ciências Sociais (licenciado e bacharel), especialista em Sociologia Urbana e Mestre em História Ibero-americana-UNISINOS. Foi coordenador do Núcleo de Documentação Popular, do antigo CEDOPE e no IHU coordenou o programa de Cidadania e Inclusão Digital e posteriormente fez parte da equipe de formação do Tecnosociais, e professor da área de ciências humanas entre 1986-2008. Na prefeitura de São Leopoldo, de 2009 a 2010, foi assessor da diretoria de planejamento e gestão estratégica da Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social. Entre 2010 e 2012, foi o responsável pela implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Trabalhou como assessor técnico do Ministério da Cultura na elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Leopoldo, que é um convênio com a Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura, até dezembro de 2012.

era um departamento de ação social dentro da Secretária de Habitação, pela qual era feita entrega de rancho, de vale transporte e de gás para famílias em situação de emergência. Havia ajuda também relacionada à área habitacional. Desde os anos de 1970, os gestores públicos de São Leopoldo provinham de pequenas oligarquias ligadas à saúde (médicos, centros clínicos etc.) ou ao ramo imobiliário. Por isso não havia investimento na área habitacional. O poder local, até início do ano 2000, foi exercido por essas oligarquias. Hoje, investir no social é resolver outros problemas da cidade, incluindo o da gestão econômica. Os recursos que entram no município através das políticas de áreas sociais são todos, praticamente, injetados na economia do município. Os setores de economia e comércio diversificado, de calçados, de metalurgia, de química, de mobiliário, da construção civil e outros trazem muitos investimentos à região. O que ajuda a manter é a relação do gestor público com o governo federal. (Informação verbal).¹²

São Leopoldo está dividido em sete regiões, de acordo com a SACIS: Norte, Nordeste, Centro, Leste, Oeste, Sul e Sudeste. A Região Sudeste é formada pelos bairros Rio Branco, Santo André, Pinheiros e Campestre (São Cristóvão, Vila Born, Parque Recreio e Monte Belo). A Região Sul é composta por Duque de Caxias, Santa Tereza, Jardim América, São Borja, Morro de Paula e a Região Centro pelos bairros São José, Morro do Espelho, Fião, Cristo Rei e Padre Réus, essas cobertas pelo CRAS Centro. A Região Sul e a Região Centro estão vinculadas a AM+L por isso foram descritas com seus bairros.

Figura 3 - Mapa das oito regiões do OP de São Leopoldo



Fonte: São Leopoldo (2012?)

¹² Entrevista realizada com o professor Arnold no dia 23 de agosto de 2011.

A territorialidade permite que o município conheça melhor as necessidades e as potencialidades dos cidadãos/ãs, os locais vulneráveis e excluídos. Trata-se da valorização da comunidade segundo características próprias e, ao mesmo tempo, exigindo do Poder Público local o papel de catalisador de forças econômicas e sociais, fortalecendo as redes horizontais e intersetoriais.

A territorialidade, que permite que os/as cidadãos/ãs conheçam melhor suas necessidades, não considera as áreas ocupadas (elas não estão dentro das regiões consideradas no orçamento da municipalidade). Em São Leopoldo, existe uma porcentagem elevada de pessoas que moram nestas áreas e para administração municipal, as pessoas nelas residentes não possuem direitos de posse das terras. Tratar os cidadãos situados num mesmo território e seus problemas de maneira integrada exige um planejamento articulado das ações e serviços. Mas isso só não basta. É necessário um novo fazer que envolva mudanças de valores, de cultura como um “fenômeno ativo, vivo, através do qual as pessoas criam e recriam os mundos dentro dos quais vivem”. (MORGAN, 1996, p. 135).

Uns 80% das mulheres que integram a AM+L moram em área de ocupação sem uma casa legalizada, sem água encanada, sem luz, sem rede de esgoto. Este é seu ambiente, e é desta realidade que se está falando.

São Leopoldo é uma cidade com um alto índice de desenvolvimento econômico e de loteamentos territórios não legalizados. A entrevista com Arnold manifesta dados da relação entre economia e território no município. Há uma diversificação da atividade econômica na região; não é só focada no calçado. Há um alto contingente de pessoas, visto que suas características econômicas e comerciais atraíram muitas pessoas para cá. A região se expandiu e, hoje, há enormes loteamentos irregulares, principalmente nas regiões Norte, Leste, e no Bairro Vicentina. Isso implicou aumento da pobreza no município, na falta de infraestrutura, de saneamento, de transporte, de saúde, que são áreas que demandam grandes investimentos. A zona Norte de São Leopoldo cresceu. Compreende essa região as localidades Arroio da Manteiga, Grande Santa Marta, Campina. Aí se concentra o maior índice de pobreza, o que pode ser verificado pelo cadastro da Bolsa Família (63% se concentra nessa região). (Informação verbal).¹³

¹³ Entrevista realizada com o Professor Arnold no dia 23 de agosto de 2011.

2.4 A Relação da Pesquisadora com os Desafios Socioambientais dos Movimentos Sociais

O questionamento de como se refletem os desafios sociais e ambientais emerge conjuntamente de uma perspectiva de escuta e interação no meio acadêmico e em grupos de movimentos sociais de mulheres pobres¹⁴. As opressões, as tensões que os movimentos sociais vivenciam, estão carregadas de um pensar e agir muitas vezes dissociados. Por um lado, estão os desafios sociais e, por outro lado, os ambientais considerados em âmbitos separados.

De 1994 até 2001, colaborou-se com a pastoral da Universidade da UNISINOS, trabalho que permitiu um contato direto com as alegrias e questionamentos do mundo universitário. Os questionamentos dos/das professores/as em relação aos processos educativos e a suas implicações espirituais, sociais, éticas, ecológicas ecoaram. Durante oito anos, fez-se parte de diferentes projetos eclesiais e sociais, pensando em propostas criativas, críticas e marcantes para os/as acadêmicos/as.

Durante dez anos, acompanharam-se grupos de mulheres na dimensão pastoral bíblica e colaborou-se com os grupos de mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs.) da região. Durante dois anos, cooperou-se com a assessoria e a formação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo, acompanharam-se os dados dos espaços de trabalho para mulheres com pouca capacitação formal, o alto índice de violência e os relatos constantes de ter que trabalhar durante todo o dia em “biscates” ou na própria casa após os serviços gerais. Escutaram-se as alegrias e os sofrimentos das mulheres que começavam a se pronunciar sobre o mundo que vivenciavam seus sonhos e opressões.

Ao escutá-las sentiu-se o desejo de aprofundamento nas inspirações freirianas que partem sempre do cotidiano para caminhar com elas para a libertação. Suas obras continuam sendo inspiradoras, desafiam a criatividade e lançam à busca pelos processos de emancipação em uma cultura complexa. Sem deixar de trilhar a importância de uma educação libertadora, caminha-se com Freire, cooperando com o momento histórico atual. Por isso, procura-se perceber e sistematizar experiências

¹⁴ Na pesquisa escolhida, não há necessidade de uma explicitação detalhada da palavra pobre, pois fala-se de mulheres pobres sem as condições básicas de saneamento, de água, de luz e as diferentes violências que carregam por ser mulheres pobres. Conheço as explicitações do pobre como “sujeito histórico” no sentido gramsciano e do pobre como sujeito coletivo que é trabalhado pelos teólogos Leonardo e Clodovis Boff que inclui todo o bloco social dos oprimidos como fenômeno social do sistema capitalista. Todas estas dimensões de pobre já estão incluídas.

que possibilitem visibilizar caminhos de uma educação emancipadora socioambiental na pesquisa do doutorado.

No ano de 2005, concluiu-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS o Mestrado de Teologia, aprofundou-se a realidade de Ressurreição expressada pelo teólogo Jon Sobrino¹⁵, após a morte de seus cinco colegas, da senhora que cuidava da casa e de sua filha de quinze anos. Falar de Ressurreição de onde, de que lugar? O estudo permitiu saborear o silêncio e a tensão de não buscar respostas fáceis e prontas. Pode-se falar na esteira da escuta da realidade e da sacralidade que têm as pessoas que sofrem. Como a injustiça, o sofrimento é lido na teologia e na espiritualidade cristã? Aprofundou-se o pensamento de um teólogo luterano que esteve no campo de concentração, Jürgen Moltmann¹⁶, que é referência para a compreensão da Teologia da Libertação e para os fundamentos de uma Teologia Pública.

O trabalho realizado na equipe de coordenação do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) demanda leituras e reflexões cotidianas que provocaram um olhar articulado, interdisciplinar dos desafios sociais e ecológicos¹⁷. E surgiu a pergunta: como são integrados os desafios socioambientais nos processos educativos, especialmente nas assessorias aos movimentos?

Os estudos acadêmicos, as palestras relacionadas com o cuidado ambiental oportunizaram repensar o trabalho comunitário social que se desempenhava junto às mulheres no Bairro Duque de Caxias, em São Leopoldo. Acompanhavam-se as famílias que chegavam ao Hospital Centenário com problemas de saúde por falta de uma alimentação adequada e por não terem água tratada; ouvia-se a problemática das fábricas que jogam seus resíduos no Rio dos Sinos, os problemas de esgoto na região, da mortandade de peixes e do alto custo do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças vinculadas à contaminação das águas. Desafios sociais, injustiças ambientais, problemas de saúde parecem estar no centro dos desafios da educação.

Tomou-se a decisão de cursar o Doutorado em Educação para buscar alternativas a fim de qualificar as assessorias dos movimentos sociais, uma qualificação que recolhesse a trajetória da Educação Popular (EP) na América Latina e que

¹⁵ Um dos expoentes destacados da Teologia da Libertação, acompanha a reflexão e o compromisso com o povo de El Salvador. Atualmente, trabalha na Universidade Las Cañas de El Salvador.

¹⁶ Teólogo alemão, professor emérito de Tübingen e um dos mais importantes teólogos vivos inspiradores da Teologia Política nos anos 1960. Influenciou a Teologia da Libertação.

¹⁷ O Bem Viver é uma forma diferente de relação entre a sociedade e a natureza, e a sociedade e suas diferenças, que provocou questionamentos, sobretudo na forma das relações sociais e ambientais. Na página do IHU, há várias entrevistas sobre esta temática.

colaborasse com um olhar crítico na produção de práticas coletivas e sustentáveis nos meios populares.

Percebe-se como os desafios sociais estão implicados, relacionados entre si. Não se pode tratá-los isoladamente, e, ao mesmo tempo, a conectividade entre saberes da universidade e saberes dos grupos comunitários despertou o interesse pelas diferentes formas de produzir conhecimentos. A curiosidade epistemológica freiriana leva à mediação dos saberes que existem e dos saberes que se fazem no caminho da SE.

Foram importantes, na elaboração da problemática, as leituras das obras de Paulo Freire, das revistas semanais do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), especialmente relacionadas com a sustentabilidade do planeta e os artigos publicados sobre as diferentes crises de nossa época. A participação em Congressos Internacionais oportunizou escutar e dialogar com professores/as que buscam entender os desafios da sustentabilidade da vida das pessoas e do planeta sob uma perspectiva de processos educativos. Um exemplo foram os diálogos com Ricardo Petrella¹⁸ no Simpósio Internacional do Bem Comum na UNISINOS (2003), especialmente a temática do cuidado da água no planeta. Vandana Shiva,¹⁹ no mesmo simpósio, destacou as misérias realizadas pelo colonialismo e a ideologia do mercado em detrimento do bem comum. Ela trabalha a relação ecologia e mulheres e os deslocamentos do conhecimento “científico” com outros conhecimentos. Sua presença profética na academia e sua integração intelectual, social, ecológica e de gênero deixaram questionamentos que estão presentes na pesquisa.

2.4.1 A Relação da Pesquisadora com o Contexto Municipal e Regional

O contato com professoras que estão relacionadas à Rede de Educação Popular de Mulheres e com agentes eclesiais que sintonizam e colaboram com o

¹⁸ É economista e cientista político, doutor em ciências políticas pela Universidade de Florenza. Já esteve diversas vezes no Brasil, inclusive na UNISINOS por duas vezes, a convite do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Com diversos doutorados honoris causa, é professor emérito da Université Catholique de Louvain. Em 1991, fundou o Grupo de Lisboa, composto por membros universitários, empresários, jornalistas e agentes culturais para promover análises críticas das formas atuais da mundialização. Em 1997, fundou o Comitê Internacional para um Contrato Mundial da Água e, a partir de 2003, iniciou a Universidade do Bem Comum, que atua de modo experimental na Itália (Faculdade da Água) e na Bélgica (Faculdade da Alteridade).

¹⁹ Pensadora e ativista indiana, formada em física e filosofia da ciência, lutadora das causas do meio ambiente e do feminismo. Dirige a Fundação da Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Ecologia em Nova Déli, é consultora da Rede do Terceiro Mundo.

dizer e fazer de uma Teologia Feminista marcou uma integração processual e contínua de repensar as categorias de gênero nos movimentos sociais. Colaborou-se no Curso Monsenhor Romero, que se realizou em Santa Maria (RS), debatendo e argumentando a compreensão de gênero nos movimentos sociais e suas implicações na sociedade e nas igrejas.

Participou-se no projeto Assessoria a Movimentos de Mulheres e Organizações Comunitárias que a Profa. Ms. Clair Ribeiro Ziebell²⁰ coordenava. Trabalhou-se com o Prof. Ms. Alcido Arnold na Ação Social, na Área das Organizações Comunitárias e Movimentos da UNISINOS. Representou-se a UNISINOS na assessoria e na formação do Fórum de Mulheres em São Leopoldo (2004-2005), um espaço privilegiado de escuta a muitos grupos de mulheres. O que se ouviu de casos de mulheres de famílias, agora se abriu para um olhar municipal e regional. Os casos particulares começaram a ter um espaço de expressão e contenção coletiva e ao mesmo tempo de emancipação nos conflitos.

Uma das integrantes do grupo, Claudia Alves,²¹ quando participava do grupo do Voluntariado em Ação, iniciou sua caminhada de participação no projeto Assessoria a Movimentos de Mulheres e Organizações Comunitárias (AMMOC), coordenado por Ziebell. Este espaço oportunizou às mulheres da AM+L poderem verbalizar os desafios que enfrentavam como mulheres: na gestão associativa, nos grupos, a vergonha de falar em público, as dificuldades da relação com seus companheiros etc. Houve um encontro entre diferentes saberes que se potencializou gradativamente: professoras da UNISINOS, mulheres de diferentes movimentos sociais viabilizaram um espaço em São Leopoldo de participação, de emancipação coletiva das mulheres. Neste grupo, prepararam-se lideranças que hoje estão no Conselho Municipal de Mulheres, e este movimento de fortalecimento repercutiu nas mulheres da AM+L.

Participou-se das reuniões da AMMOC com Arnold e com Ziebell, e escutaram-se os diferentes grupos de mulheres, mudando-se a visão teológica carente de dimensões processuais educativas, com pouca sensibilidade para um olhar socioambiental com mulheres pobres. Os desafios da realidade levaram a leituras que aproximam a educação e a teologia, à procura de alternativas para os

²⁰ Graduada em Estudos Sociais com licenciatura em História e Geografia. Mestre em Educação pela UNISINOS. Atua como consultora de projetos sociais. Professora universitária e educadora popular no RS.

²¹ Dado recolhido na entrevista realizada no dia 14 jul.2010, em São Leopoldo. Falecida em 2011.

desafios de gênero juntamente com os desafios da sustentabilidade da vida. A participação no grupo de Teologia Feminista²² em Porto Alegre é outra realidade que interpelou a escutar e estudar coletivamente com mulheres e homens que se deixam questionar e que se esforçam por outras propostas de mundo.

2.5 Contexto das Políticas Públicas para Mulheres em São Leopoldo

A SMPM foi criada pela Lei 6.820/2008, é o órgão que tem por competência:

- a) propor, apoiar e desenvolver as políticas públicas pela ótica de gênero no município;
- b) elaborar e implementar campanhas educativas e de combate à discriminação contra a mulher;
- c) confeccionar e divulgar, por meios diversos, material sobre a situação econômica, social, étnico/racial, política e cultural da mulher, seus direitos e garantias;
- d) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegure os direitos da mulher.

A SMPM executa suas ações com apoio e o controle social do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM). Atua de forma integrada com outras Prefeituras do Vale dos Sinos e articula-se com demais administrações municipais no Estado e no país na implementação de políticas públicas para mulheres (SÃO LEOPOLDO, 2008).

O Centro Jacobina em São Leopoldo é um espaço de política de enfrentamento à violência contra mulheres. O Centro de Referência e Apoio à Mulher Vítima de Violência, desde outubro de 2006 até fevereiro de 2011, atendeu 2.016 mulheres.

Os dados da SMPM foram recolhidos pela escuta e pelo diálogo com Euli Marlene Necca Steffen,²³ coordenadora da SMPM, no dia 8 de março de 2012, no IHU. Nesta ocasião, estiveram presentes alguns universitários/as, integrantes da AM+L como parte de seu processo formativo do grupo e a autora da tese.

Para Steffen (Informação verbal)²⁴, não basta, por exemplo, cuidar bem da mulher no período da gestação e no parto.

É preciso garantir creche para seu filho ou filha, a fim de que se possa ir para o trabalho sem a culpa e preocupação que muitas delas carregam nessa situação. A nossa forma de intervenção estatal deve promover a

²² Grupo de pesquisa Miriam Dabar, relacionado à Escola Superior de Teologia Franciscana.

²³ É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutorado em Educação pela UNISINOS. Foi Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres da prefeitura de São Leopoldo no período de 2007 a 2011.

²⁴ Palestra, dia 8 mar. 2012, na sala do IHU.

autonomia e a cidadania ativa das mulheres; deve contribuir para a mudança dos papéis e estereótipos tradicionais de gênero, além de tornar visível e enfrentar a discriminação e as violências que as mulheres sofrem na sociedade de modo geral.

Os dados do ObservaSinós (2011) sobre esta realidade são alarmantes. As ocorrências policiais registradas nas três Delegacias em São Leopoldo, nesse mesmo período foram: 2006, 3.072; 2007, 3.071; 2008, 3.165; 2009, 3.310; 2010, 3.400. Um total de 16.018 mulheres vítimas de algum tipo de infração ou violência. Entre essas ocorrências existem os motivos que mais se caracterizam como violência doméstica que são lesão corporal, ameaças, estupro, mortes (mais próximas à caracterização de violência doméstica) e essas ocorrências somam 14.091 nesses 5 anos.

A boa notícia é que a mulher, no mercado de trabalho, avança significativamente, embora com salários inferiores e, ainda, com trabalhos informais, sem carteira assinada e seus direitos” Não há lógica quando notícias anunciam que as mulheres têm mais escolaridade, porém os homens têm salários mais altos. Infelizmente, a questão da desigualdade prevalece na sociedade. Ainda há homens pensando que dez mulheres morrerem, por dia, não é tão grave. A situação das mulheres brasileiras reflete fundamentos da sociedade, que continua machista, racista e com profundas desigualdades econômicas e sociais. Há avanços com novas leis, mas ainda não é o suficiente para combater a situação. (Informação verbal).²⁵

A SMPM realizou balanço das políticas de enfrentamento à violência no dia 10 de dezembro de 2012. A solenidade recordou as políticas públicas para mulheres implantadas no período de 2009 a 2012, de forma pioneira. (Informação verbal)²⁶

“Fomos a primeira secretaria municipal no Rio Grande do Sul, somos referência no estado”, disse a secretária municipal de Políticas para Mulheres, Euli Marlene Necca Steffen durante o balanço das políticas de enfrentamento à violência, que aconteceu no dia 5 de dezembro de 2012, no salão nobre da antiga sede da UNISINOS “[...] A violência não tem limites geográficos ou sociais, por isso a atuação integrada com demais órgãos e até outros municípios foi importante”, explicou Steffen (Informação verbal)²⁷ em tom de despedida.

Outros dados que indicam as condições das mulheres na região do Vale dos Sinós estão disponibilizados no ObserSinós (2011), outras formas instituídas de violência.

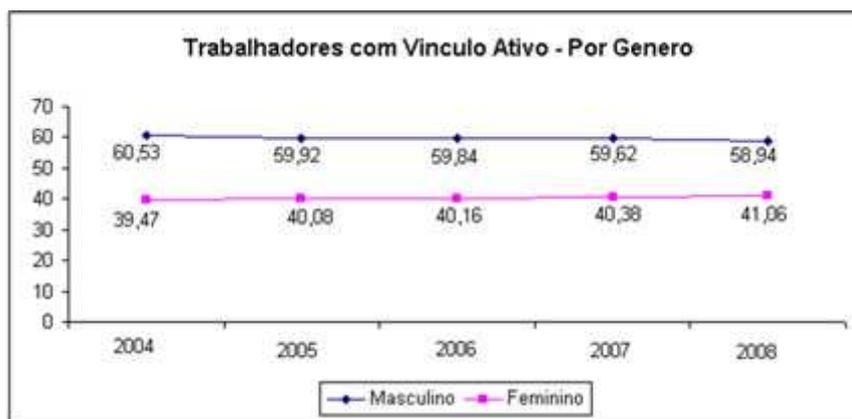
²⁵ Palestra, dia 8 mar. 2012, na sala do IHU.

²⁶ Palestra, dia 05.12, no salão nobre da antiga sede UNISINOS.

²⁷ Palestra, dia 05.12, no salão nobre da antiga sede UNISINOS.

Pode-se observar no gráfico a seguir que existe o crescimento da participação das mulheres no mundo do trabalho formal no Vale dos Sinos, e consequente aproximação entre os gêneros. Apesar disso, segue a oferta menor de postos de trabalho para as mulheres, mesmo que 51,5% da população economicamente ativa sejam do sexo feminino.

Gráfico 1 - Trabalhadores com vínculo ativo - Por gênero



Fonte: RAIS/CAGED

2.5.1 A relação da SMPM com o AM+L

Esta Secretaria é conhecida por todas as pessoas que integram AM+L, que fazem uso de seus serviços de assessoria e participam em palestras vinculadas à temática de mulheres e de violência. A relação da AM+L com a SMPM é pontual, mas as temáticas abordadas são transferidas para o cotidiano do grupo, são temáticas que não ficam só no momento da palestra, circulam e desencadeiam outras temáticas. Há interesse das mulheres da associação em participar em espaços formativos vinculados à temática de direitos das mulheres, gênero, violência. Um exemplo foi a participação delas na reflexão do dia Internacional da Mulher no IHU, no dia 8 de março de 2012, quando palestrou Euli Marlene Necca Steffen.

Na semana seguinte ao dia 8 de março de 2012, uma integrante da AM+L foi agredida fortemente por seu companheiro e necessitou hospitalizar-se. As pessoas vinculadas à SMPM assessoraram-na e prestaram seus serviços. Os vínculos de apoio foram efetivos. Além disso, sublinha-se também a importância do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em abrir espaço na academia para o diálogo das políticas

públicas e dar o apoio do grupo AM+L nesta situação violenta, por meio do Tecnosocias.

A violência física foi de tal grau que a pessoa necessitou hospitalizar-se, demandando uma assessoria e amparo judicial que desencadeou relações e assessorias que trabalharam conjuntamente. Os apoios afetivos e de qualificada assessoria foram indicadores de uma cooperação articulada entre as próprias pessoas da associação, Tecnosociais e SMPM. Foi uma situação limite, mas encontrou contensão e esclarecimentos dos direitos das mulheres violentadas. No Centro Jacobina, que está vinculado à SMPM, manifestaram a Cristina Giani,²⁸ “que a pessoa podia estar hoje declarando e denunciando seu ex-companheiro, porque tem um grupo que a acompanha”. A força do coletivo marcou um processo que possibilitou a emancipação da pessoa e, no grupo, abriu-se o diálogo para outras histórias de violências sofridas na família, no trabalho, no bairro e da importância da SMPM em São Leopoldo. Foi na própria associação que se adquiriram mais conhecimentos sobre os espaços da cidade que promovem os direitos das mulheres e sobre as diferentes formas de violências que as mulheres sofrem. Conheceram que dentro das políticas para mulheres está:

- Planejar ações de combate e enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Planejar ações de desenvolvimento econômico que contemplem e priorizem a geração de trabalho e renda para mulheres, visando à promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres.
- Garantir acesso à educação infantil a todas as crianças de zero a seis anos, proporcionando tranquilidade para as mulheres que trabalham fora;
- Aproximar cada vez mais os serviços e programas de saúde da mulher dos locais de moradia das mulheres, assegurando a todas as mulheres os direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Promover uma educação cidadã com conteúdos não discriminatórios, de educação para equidade de gênero e étnico/racial, valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos da educação básica;
- Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e de decisão. (SÃO LOEPOLDO, 2010).

O violento acontecimento centrou os momentos de reflexão na defesa da vítima e na sua proteção cidadã; igualmente outra realidade conversada pelas integrantes da AM+L foi o reduzido número de vagas nas creches públicas para deixar seus filhos/as e poderem trabalhar tranquilas. Foi um desafio que se

²⁸ Integrante da AM+L desde seu início. Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário La Salle – Canoas/RS.

manifestou em diferentes espaços formativos. Foram críticas aos impedimentos burocráticos, legais que vivenciam.

As associadas refletiram sobre garantir o espaço para os filhos de zero a seis anos para mães que trabalham fora. Como associadas, não reconheceram o atestado de seu trabalho de cooperação, enfrentaram filas pelas madrugadas para não ter resposta ou para escutar “tem que apresentar carteira assinada”. É um impedimento para que novas mulheres entrem na associação ou nos trabalhos de geração de renda que não têm carteira assinada.

Em âmbito nacional, a SMPM estabelece políticas públicas que contribuem para a melhora da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso com as mulheres do país. A SMPM enfrenta as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres deficientes. Seu principal desafio é a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a plena cidadania.

2.6 Contexto das Políticas Ambientais em São Leopoldo

A política de proteção do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência de uma sociedade. Ela envolve todos os aspectos da realidade em que as pessoas vivem. Duas questões urgentes entram neste desafio: os recursos hídricos e os tratamentos de resíduos sólidos.

O uso inadequado e o desperdício de água na nossa região podem colocar em risco os ecossistemas e as atividades humanas dentro da bacia. Para evitar este uso inadequado foram criadas diretrizes federais, estaduais e municipais (Legislação Municipal: Lei nº 6493, de 17 de dezembro de 2007. Alterada pela lei nº 7301, de 29 de outubro de 2010: estrutura o plano municipal de gestão integrada das sub-bacias do Rio dos Sinos).

Dentre os instrumentos para concretizar estas diretrizes está o Plano de Bacia que deve conter as ações a serem executadas para recuperar e conservar os recursos hídricos e a gestão no uso e qualidade da água. Nesta proposta de colaborar com o cuidado e qualidade do tratamento da água, insere-se a proposta que a AM+L faz para a municipalidade de reaproveitando do óleo saturado e estimulação da população a dar o destino correto ao óleo de cozinha.

2.6.1 A Relação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a AM+L

O ex-prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, fez o elo de ligação entre a SMMA e a AM+L. Como se gestaram estas relações? A iniciativa de dialogar com o prefeito no ano 2009 partiu das associadas em reunião com o coordenador da Cáritas²⁹ de Novo Hamburgo.

Nesse encontro esteve presente o Secretário do Meio Ambiente, convidado pelo prefeito do momento, o representante da Cáritas de Novo Hamburgo e representantes da AM+L. Na reunião, ficou decidido que, junto com a coleta seletiva de resíduos sólidos, seria feita a coleta seletiva de óleo saturado, que seria encaminhado para a AM+L. A proposta deu seus passos e iniciou-se uma maior articulação com a SMMA e com a SELIMP.

Na entrevista com Darci Zanini³⁰, Secretário do Meio Ambiente destaca-se a relação do poder público com AM+L.

A Prefeitura de São Leopoldo foi ousada em fazer a coleta de resíduos líquidos. É pioneira, não conheço outra. São Leopoldo tem 55.000 moradias. Se cada família recolhesse um litro de óleo usado, a situação do meio ambiente seria outra. Hoje os que colaboram são as empresas, restaurantes, não os cidadãos. Os que mais colaboram com as políticas públicas são os recicladores de resíduos sólidos, eles são os que mais trabalham em parceria conosco, não há outros grupos por isso é importante o trabalho que o AM+L está realizando com resíduos líquidos.

Dados desta entrevista foram levados para as associadas para discussão. Primeiro, elas ficaram curiosas para saber o que o secretário do meio ambiente tinha falado sobre elas. Em segundo, lugar, disseram que não há proporção entre o número de moradias de São Leopoldo e o óleo saturado recolhido, o cálculo não é proporcional. Seus questionamentos foram os seguintes:

- a) há famílias que quase não usam óleo;
- b) empresas e bares já têm contratos com outros municípios ou com cooperativas que não são incubadas. Exemplo o restaurante universitário da UNISINOS que seria um bom colaborador;

²⁹ A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1956. Tem como finalidade exercer atividades de assistência social, educação de base, promoção da pessoa, de grupos e da comunidade e de atendimento a emergências. A Cáritas da diocese de Novo Hamburgo por meio de seu representante, colaborou para articular o encontro com o ex-prefeito Ary Vanazzi.

³⁰ Entrevista realizada no dia 13.12.2010 com o secretário do Meio Ambiente.

- c) um número significativo da população não está informado do horário certo que passa o caminhão da coleta seletiva. Coloca-se o lixo no horário que fica bem para a família e os atravessadores recolhem antes;
- d) nem todo o óleo saturado da coleta seletiva é encaminhado para a AM+L, atualmente há um registro que revela o que elas recebem.

O conhecimento dos dados levantou questionamentos e levou a dar importância à contextualização dos dados porque se nota que há uma distância deles da realidade que se manifestou. Este encontro formativo suscitou a atenção e cuidado com os cálculos gerais ou aplicações de variáveis que não condiz com a situação real.

Foi apresentado também o parecer do Secretário Zanini sobre os desafios das associadas, e o grupo novamente se motivou a pensar como elas poderiam colaborar mais com a SMA e socializaram as dificuldades da comercialização dos produtos que foi apontada pelo secretário entrevistado.

A seguir apresentam-se as fotos do dia da primeira entrega do óleo saturado no caminhão da coleta seletiva em São Leopoldo.

Fotografia 1 - Primeira entrega do óleo da Coleta Seletiva - SL



Fonte: Acervo da AM+L

Fotografia 2 - Caminhão da Coleta Seletiva - SL



Fonte: Registrado pela autora

2.7 A Escolha de uma Experiência Referencial de Gestão Socioambiental: processos e desafios

Por que foi escolhida esta experiência para pesquisar? Em primeiro lugar, há o vínculo com pessoas que se associaram a esta proposta de geração de renda, o que levou ao desafio de colaborar com a compreensão da complexidade socioambiental. Considera-se que as experiências coletivas que não são sistematizadas ficam na invisibilidade sem compreensões críticas e sem recolher suas riquezas e desafios. Para avançar na reflexão não se podem “desperdiçar as experiências”. Outro fato que marcou a escolha referencial foi a quantidade de pessoas e instituições que tiveram interferências nesta associação.

A experiência que se pesquisou apontou mais de vinte e cinco pessoas só da UNISINOS que passaram alguma vez pela associação, dando suas ideias. Algumas foram uma ou duas vezes.

A pesquisa foi realizada com pessoas da própria associação e com as pessoas que a assessoram, pois o foco está nas relações coletivas emancipatórias e seus entrecruzamentos dentro do grupo e com seus vínculos “parceiros”.

2.7.1 Um processo de escutas e de desafios que interagem

Nas diferentes escutas, observações e diálogos surgiram várias perguntas. Em primeiro lugar, ouviram-se e registraram-se dados do grupo e seus vínculos com o contexto acadêmico e público. Depois houve a elaboração de um primeiro roteiro com muitas interrogantes, um processo que nasceu de várias perguntas pessoais e também da escuta aos colegas e professores/as que têm experiências nas trilhas da Educação Popular. Não se pode deixar de mencionar as aulas teóricas e práticas do Seminário de Pesquisa II, orientado pela Dra. Maria Clara Fischer³¹, que desafiou a olhar os saberes que já estão nos grupos de trabalho associado e a olhar os entrecruzamentos. Os encontros foram marcados por leituras das obras de Paulo Freire e a relação com o contexto dos movimentos de nossa época. A experiência de leitura, debate, elaboração escrita dos processos sobre os quais se refletia no seminário juntamente com a visita *in loco* ao grupo AM+L, foram experiências significativas para perceber as dinâmicas dos conhecimentos e dos atravessamentos que interagem nos grupos de cooperação.

Foi aí que se consolidou a necessidade de registrar para refletir coletivamente, despertando o gosto de conhecer metodologias que colaborem para sistematizar experiências e para problematizar questões que se entrecruzam. Os questionamentos que emergiam das leituras de Paulo Freire, a problemática que enfrentam hoje os movimentos sociais e a inquietação da pesquisadora de como os movimentos sociais integram na sua formação e nas práticas os desafios ecológicos apontaram para olhar e propor como campo empírico a AM+L.

Esboçando perguntas pessoais e coletivas, fazendo uma revisão da literatura, delimitou-se o foco de estudo, ao mesmo tempo que se percebiam as potencialidades e os desafios que este grupo traz para a academia.

Perguntas que começaram a incomodar:

- Que valores são percebidos com resistência e que entrecruzamentos convivem ou se atravessam no grupo?
- Que visões pedagógicas têm que ser questionadas e quais as que devem ser reafirmadas?

³¹ Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham, Inglaterra. Dedicou-se a estudos sobre trabalho e educação. Atualmente, é professora na UFRGS. Professora e pesquisadora da Linha de Pesquisa de Educação e Processos de Exclusão do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS do qual foi coordenadora de 2007 a 2010.

- Que tensões são percebidas ou não pelas associadas e pelos/as professores/as e estudantes?
- Que dimensão é importante na organização e qualificação do grupo?
- Quais são as maiores dificuldades em relação à sua família, à venda e qualificação de seus produtos?
- Quais foram os espaços formativos fundamentais e de quais participaram, mas as associadas consideram que não agregaram valores para o grupo? Por quê?
- Conteúdo, metodologia, interesses etc.?
- O grupo não trabalhou por vários meses na segunda-feira, por que e como chegaram a essa decisão?
- O rendimento econômico é um pouco mais que a metade de um salário mínimo, iniciou com muito menos e cresceu.
- Quais são as maiores dificuldades que enfrentam no cotidiano em relação à sua emancipação?
- Por que o grupo tem um número elevado de assessores/as acadêmicos/as e uma participação significativa em outros espaços acadêmicos?
- Como se dá a escolha de quem representa a AM+L nas viagens junto com professoras da UNISINOS a outros estados?
- Como a viagem afeta a elas e a suas famílias?
- Os/as professores/as que formam parcerias sabem, conhecem, estimulam os princípios de um grupo de cooperação solidária ou tentam transformar a AM+L em uma empresa?
- Onde se encontram os limites da academia e os limites da AM+L?
- Qual é a visão de pessoas que já passaram pela AM+L?

A experiência escolhida abriu muitas questões que motivavam a pesquisa, porém foi a familiaridade com a metodologia da vivência e a troca de experiência realizada em Caracas e em Bogotá que colaborou para delimitar o foco da pesquisa. Faz parte do processo iniciar com uma ampla gama de perguntas, mas o foco fundamental é a metodologia da SE. Leva tempo escutar e dialogar para centralizar o problema da pesquisa. Chegado o momento de maior maturidade metodológica, conseguiu-se aprofundar algumas destas perguntas sobre o foco das relações, e

isso “limpou o campo”. Ficou claro o foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, abriram-se possibilidades de diferentes conexões.

2.8 Formulação do Problema e dos Objetivos

Problema: Que relações internas do grupo e que relação da AM+L com instituições públicas e privadas permitem a emergência de processos pedagógicos emancipatórios em grupos populares?

2.8.1 Objetivo Geral

Sistematizar experiências coletivas na AM+L no período 2008-2012, para explicitar, analisar e compreender processos pedagógicos emancipadores e os seus limites de atuação.

2.8.2 Objetivos Específicos

- Compreender o contexto social, econômico, político e cultural da AM+L na região do Vale do Sinos e sua relação com as políticas públicas do município de São Leopoldo;
- Sistematizar e analisar práticas de fortalecimento coletivo e de cuidado ambiental no grupo;
- Sistematizar relações entre as práticas acadêmicas e a AM+L;
- Sistematizar relações entre as práticas da AM+L com o poder público para identificar aprendizagem, tensões, desafios e novos conhecimentos;
- Colaborar para um maior conhecimento de experiências sistematizadas e analisadas da região em relação aos desafios emancipadores da educação ambiental em grupos populares de mulheres;
- Contribuir para a formação das pessoas que participam em comitês, fóruns, grupos/movimentos sociais para a elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de ações de cooperação e apoio;
- Experimentar a sistematização como uma metodologia investigativa que permite a apropriação do processo e dos resultados da pesquisa pelo coletivo de participantes.

Quadro 1 - Cenários metodológicos

Objetivos específicos	Metodologia	Participantes
Obj.1 Compreender o contexto socioeconômico da AM+L no da região do Vale do Sinos e sua relação com as políticas públicas do município de São Leopoldo	Entrevistas semiestruturadas, material que mostre a situação regional em jornal, fotos, pôsteres e eventos. Participação em seminários onde se apresentaram dados da Região do Vale do Sinos e do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, significativos para a pesquisa. Coleta de dados: Indicadores da Região do Vale do Rio dos Sinos.- Mapeamento Nacional.	Sujeitos:- Pessoas relacionadas ao Poder Público: Secretário do Meio Ambiente,- SMPM. Mulheres da AM+L que estão presentes desde sua gestação.
Obj. 2 Sistematizar e analisar práticas de fortalecimento coletivo e de cuidado ambiental no grupo.	Participação no trabalho com elas, diálogos e entrevistas semiestruturadas. Material elaborado por elas na gestão do grupo, fotos de momentos coletivos significativos no processo. Entrevistas, diálogos com pessoas que colaboram com a assistência jurídica da Associação.	AM+L e pessoas que estiveram no grupo. Contador da Associação e pessoas vinculadas com esta assessoria do Tecnosociais.
Obj. 3 Sistematizar relações entre as práticas acadêmicas e a AM+L.	Observação, diálogos e entrevistas semiestruturadas no próprio grupo e com representantes do Tecnosociais.	Professores/as e estagiários/aos que assessoram a AM+L. -Representantes que apoiam. Tecnosociais, UNISOL. -Integrantes da AM+L -Pessoas que hoje não estão mais no grupo.
Obj.4 Sistematizar relações entre as práticas da AM+L com o poder público para identificar aprendizagem, tensões, desafios e novos conhecimentos.	Entrevista com pessoas vinculadas ao Poder Público, pesquisa do material documentado, relatórios, fotos, jornais.	-SELIMP- -Secretário do Meio Ambiente -Fórum de Recicladores de São Leopoldo -Coordenadora da SMPM.
Obj. 5 Colaborar para um maior conhecimento de experiências sistematizadas e analisadas da região em relação aos desafios emancipadores da EA em grupos populares de mulheres.	Por meio dos registros, das releituras coletivas, análise de dados e da comunicação do processo na AM+L no meio acadêmico e das pessoas do Poder Público que colaboraram com a pesquisa.	Sistematização e análise do processo escolhido. Uma tese que bebeu de muitas águas e que está aberta para que outros/as possam criticar e colaborar com os desafios ambientais a com base em situações reais e desafiadoras.

Obj. 6 Contribuir para a formação de pessoas que participam em comitês, grupos/movimentos sociais no tocante à sua formação para uma sensibilidade ecopedagógica.	Dialogando e socializando a dimensão participativa e crítica de uma educação socioambiental para práticas socioambientais emancipatórias.	Por meio de artigos e da participação no espaço acadêmico com professores/as e alunos/as.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

2.9 Processos de Geração: antes de ser Associação, como se gestou o grupo?

Antes de ser associação, que processos foram tecidos? O que está por trás? Como se gestou? Que fatos coletivos desencadearam resistência a uma cultura individualista e criativamente levaram as integrantes a buscar alternativas de cooperação? Não se forma um grupo por uma simples decisão. Há processos, trilhas com subidas e descidas. Algumas participantes do grupo trouxeram fotos e relataram como se conheceram e ajudaram no próprio bairro, as dificuldades entre elas, na família e no bairro.

As relações não são sempre fáceis, umas gostam de trabalhar de uma maneira, outras de outra e não se podem fazer as coisas sempre de um jeito diferente. É preciso organização para que os sabões possam ficar iguais e não um pequeno e outro grande, um duro e outro brando (X1).

Realizaram muitos encontros, muitas reuniões para poder organizar-se e gerar a valorização da organização participativa e o cuidado com a produção e apresentação dos produtos. Houve tensão entre não sufocar a criatividade de cada uma e fortalecer práticas de um trabalho organizado, fazendo uma produção que tivesse uma linha de apresentação semelhante.

Fotografia 3 - Primeiros sabões produzidos



Fonte: Registrado pela autora.

Fotografia 4 - Melhoria na qualidade dos produtos



Fonte: Registrado pela autora.

Fotografia 5 - Nova linha de produção de sabonetes³²

Fonte: Registrado pela autora.

O que está por trás faz parte do todo. Por isso; segundo Demo³³ (2002, p. 22-3), a crítica social da realidade é tipicamente hermenêutica, “precisa do contexto, de antecedentes históricos para ser reformulada, não dispensa a subjetividade que sempre domina a cena, interpreta de um ponto de vista, é inevitavelmente reconstrutiva”. Para sistematizar e acompanhar processos, é necessário olhar os antecedentes históricos culturais das mulheres; só assim tentaremos uma aproximação pedagógica geralmente não recolhida nos relatórios acadêmicos dos projetos sociais.

³² A nova linha de produção teve participação das professoras Ms. Amanada Golçalves Kieling da Engenharia Ambiental e Dr^a Feliciane Andrade Brehm da Engenharia Civil da UNISINOS que colaboraram com a melhora da qualidade dos produtos.

³³ Doutor em Sociologia com PhD pela University of Califórnia at Los Angeles. Professor titular da UnB (Mestrado/Doutorando de Políticas Sociais).

No caderno de anotações, registraram-se práticas de fortalecimento que influenciaram para que elas saíssem de suas casas e se organizassem em grupo:

- a) compartilharam situações semelhantes: as necessidades econômicas e a dependência que tinham de seus companheiros. A partilha do sofrimento das famílias sem os meios básicos para a sobrevivência foi um elo comum;
- b) trabalhar nas fábricas não desejavam. Algumas já tinham trabalhado; outras não, mas concordavam que o trabalho em fábricas era de vigilância. Relações autoritárias, não tinham liberdade de opinar, “além disso”, não tinham com quem deixar seus filhos/as para cumprir todo o horário exigido;
- c) as faltas por problemas de saúde não têm quase valor, o que resulta em descontos no salário;
- d) fazer limpeza, faxina é o que tenho que fazer quase todos os dias na minha casa;
- e) trocar experiências, fazerem companhia umas às outras, saírem para um trabalho coletivo, fortaleceu o sentido de um trabalho de cooperação, principalmente diante da própria família que não acreditava que iriam organizar-se para trabalhar;
- f) as queixas de ter que enfrentar relações opressoras com seus companheiros, familiares e vizinhas.

Nos relatos aparece o que escutaram de seus familiares e vizinhas. Para que fazer trabalhos comunitários? Que ganham com isso? O que estão fazendo lá? Palavras que as incomodaram, que as fizeram pensar em suas práticas que hoje não são lembradas como grandes empecilhos, senão como oportunidades de repensar e explicitar o que elas descobriam das relações e fortalecimentos que perpassam práticas grupais. O questionamento e a crítica foram socializadas e entre elas descobriram valores, saberes que elas colocaram nos estatutos da AM+L. Por exemplo, quando elas disseram como chegaram a formular os princípios da AM+L, com orgulho falaram de valores que recolheram da experiência dos anos anteriores de trabalhar em grupos sociais, eclesiais. A partilha de seus limitados bens materiais e as dificuldades do dia a dia vinham sendo praticadas anteriormente. Uma prática que fez refletir foi quando se partilhou o pequeno salário da produção com uma mãe grávida de gêmeos que não podia vir mais ao trabalho. Ela recebeu sua parte. Não houve cobrança de que fazia pouco tempo que se tinha integrado ao grupo, que

precisaria trabalhar um ano para ter seus direitos. Há outra lógica, outros valores que desafiam algumas lógicas trabalhistas.

Algumas das mulheres realizaram um trabalho voluntário durante muitos anos e elas reconhecem que muitas práticas coletivas de aprendizagem com suas luzes e sombras se enraizaram antes de constituir associação.

Na gestação do grupo de mulheres, estava presente a perspectiva de criar um grupo de geração de renda para a sobrevivência das mulheres e de suas famílias, que não se encontraram no perfil de trabalhadoras da indústria ou de outros serviços. Por diferentes circunstâncias, algumas tiveram que assumir o papel de mãe de seus irmãos, outras cuidar mais de perto da saúde de familiares e não tinham condições de assumir um trabalho formal em uma fábrica. A possibilidade de um trabalho formal foi-se limitando. Vejamos alguns dados da região que mostram esta realidade: Quanto à ocupação, percebe-se, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que as mulheres trabalhadoras da região estão inseridas majoritariamente na indústria (45,58%), seguido dos serviços (31,6%) e do comércio (21,88%).

Não estava no horizonte do grupo a dimensão de buscar alternativas de sustentabilidade ambiental; esta dimensão cresceu através da socialização das experiências com outros grupos de associados/as no espaço acadêmico. Este processo de conscientização foi construído e aparece nas entrevistas. Para conhecer como se deu o processo de gestação, além das entrevistas individuais e grupais com as participantes, foram entrevistadas pessoas que participaram e que por diferentes motivos hoje não estão mais no grupo. Recolheu-se todo o material elaborado por elas e por outros profissionais com o intuito de visibilizar os diferentes olhares de processo antes de ser associação.

O material elaborado por elas desde o início (fôlder, cartazes, dados da realidade, fotos) foi reunido e relido com elas nas conversas e nos espaços formativos. Foram examinados os antecedentes históricos para colorir o tecido das resistências e dos entrecruzamentos que vivenciaram como grupo em relação à sua família, sendo mulheres pobres que agiram no seu próprio local com propostas de cooperação e ao mesmo tempo reproduzindo esquemas patriarcais. A solidariedade

em práticas sociais não significa emancipação automática. Há pesquisas³⁴ revelando que, ao lado de empreendimentos com características emancipadoras, se encontram iniciativas marcadas por uma relação de dependência com as entidades de apoio.

2.10 Na socialização de experiências entre associadas, gesta-se a opção socioambiental

Uma das integrantes da AM+L ficou sabendo que o Programa de Trabalho coordenado pela Dra. Marilene Maia,³⁵ oportunizara um encontro no Instituto Humanitas Unisinos (IHU) entre grupos de cooperativas, associações e pessoas que tivessem interesse em conhecer estas experiências para partilhar seus desafios e saberes. Partilhou esta informação com as demais integrantes do grupo e organizaram-se para participar, estar no horário exigiu deixar seus filhos com amigas e vizinhas. Participaram do encontro as mulheres que hoje formam a AM+L e aí, nos diálogos, nas escutas, nas sugestões, gestou-se um novo elo do grupo com a UNISINOS, mediado e acompanhado por Cristina Giani, que trabalhava no IHU e faz parte da associação desde o início. Ela oportunizou uma aproximação de saberes entre o grupo e a academia, trouxe colaborações e autocríticas para repensar os diferentes tempos dos processos de emancipação coletiva.

Os tempos do grupo das mulheres e os tempos dos/das professores/as e estagiárias são bem diferentes. Eu aprendi e aprendo que, para caminhar com elas, não se pode impor, há que esperar e respeitar seus tempos. Trabalhar junto com elas e não para elas marca a diferença para poder compreender diferentes visões e diferentes tempos. Levou tempo decidir por onde o grupo se ia organizar, o encontro das Conversas do Trabalho no IHU tencionou a pensar por onde seguir". (X3).

É possível descrever essas tensões porque houve uma aproximação que foi oportunizada no espaço acadêmico e que também são registradas na tese com o intuito de afirmar e valorizar os impactos dos/das professores/as que possibilitam as diferentes escutas e saberes, trazendo pequenos e grandes impactos regionais.

³⁴ Uma referência que aponta a realidade descrita é a pesquisa realizada pela Cáritas do Rio Grande do Sul, coordenada por Gaiger em 1994. O autor citado destaca-se pelas suas pesquisas em grupos de Economia Solidária vinculadas à Cáritas principalmente no Rio Grande do Sul.

³⁵ Doutora em Serviço Social. Docente do Curso de Graduação de Serviço Social da UNISINOS. Coordenadora do Programa ObservaSinOS do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Algumas tensões importantes no processo partem de saberes, de diálogos amorosos e críticos dos/das associados/as na academia. Por exemplo: neste caso, a Sra. Odete Maria Faustino Spies³⁶, de Dois Irmãos, depois de escutar os questionamentos das mulheres por onde começar a organizar-se como grupo de geração de renda, sugeriu-lhes iniciar um grupo para produzir sabão ecológico. Uma proposta que deslocou totalmente o horizonte que vinha sendo pensando. Inicia um tempo de pensar os prós e os contras da proposta da senhora Spies. Ela foi escutada e colocou-se à disposição para continuar o diálogo com o grupo. Foi a gestora educadora do grupo ARDI³⁷ de reciclagem de material sólido que apontou o desafio de realizar um empreendimento que cuidasse do meio ambiente, e justificou sua proposta. Este espaço de diálogo na academia com os diferentes grupos de trabalhos de geração de renda teve um impacto no processo de gestão que não pode ser esquecido.

As mulheres do grupo AM+L pensavam em realizar algum empreendimento relacionado com o fazer culinário, com base em seus saberes cotidianos. No diálogo e na escuta de outras experiências de cooperativas, abriram-se outras possibilidades que tiveram de ser discutidas e assumidas por elas; foram provocadas a assumir uma experiência diferente e a incorporar dimensões novas relacionadas com as leis da comercialização e da sustentabilidade do cuidado da água na região.

Essa é uma dimensão de socialização, de partilha crítica que estimulou um pensar diferente e que gerou um tempo e espaço para repensar as trilhas por onde orientar o grupo. Esta pessoa que não participa da AM+L e que não é assessora nem parceira foi entrevistada devido à importância que teve no desencadear do processo socioambiental e por estar no anonimato dos registros escritos lidos até o momento (22.12.12). Na entrevista, ela lembrou que sua intervenção foi modesta:

Seria bom pensar em uma proposta de geração de renda que colabore com o meio ambiente: por que não fazer sabão com óleo usado? Na região de São

³⁶ Gestora educadora da Associação de Recicladores de Dois Irmãos ARDI. Recicladora desde 1994.

³⁷ Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. A tese de Telmo Adams (2007) é referência para a compreensão desta associação de recicladores/as de Economia Popular Solidária. O autor tem diversos trabalhos na linha da Educação Popular e em Economia Popular Solidária no Rio do Grande do Sul e atualmente trabalha como Professor de Educação na UNISINOS, coordenando a pesquisa Analisando as Políticas Públicas de Formação em Economia Solidária: CFES e PRONINC. Centro de Formação em Economia Solidária CFES/Sul e Programa Nacional de Incubadoras é o Programa Nacional de Incubadoras PRONINC- pode ser considerado o primeiro ensaio de políticas públicas de formação e apoio técnico à ES.

Leopoldo não existe um grupo que trabalhe com óleo saturado, e vocês (o grupo de mulheres) estariam contribuindo para o cuidado das águas da região, que é um problema que está enfrentando o município. (SPIES, entrevistada no dia 10 ago. 2011).

Há pessoas nos movimentos sociais que trazem conhecimentos da realidade e provocam com simplicidade práticas diferenciadas.

Um tempo para refletir, pensar a proposta de fazer sabão com óleo saturado. Seria isso que o grupo queria fazer? O grupo viveu um tempo de tensão interna necessária até chegar a uma decisão.

Não foi assumida a proposta rapidamente. Novamente apareceu a dimensão do tempo de que se necessita para assumir decisões coletivas, levando em conta sua realidade. Tempo para refletir, incorporando dados do contexto ambiental. O grupo começou a estudar e informar-se mais dos desafios da região e do impacto que isso teria para suas famílias e para as gerações futuras.

Neste processo, utilizou-se uma metodologia que foi descrita por uma das participantes como um tempo de reflexão, discernimento e de escuta das pessoas do bairro. Levou aproximadamente dois meses a tomada da decisão coletiva.

Refletir como as relações dos diferentes apoios desencadearam impactos, oportunizando uma reflexão complexa: mulheres que buscam um trabalho de geração de renda, a UNISINOS, que entra como apoio, e o poder público, todas essas práticas de vínculos merecem uma reflexão que levou a autora desta tese a escolher a AM+L como referencial para a pesquisa. Viu-se um campo fértil e importante para repensar o espaço das mediações dos movimentos sociais e sua interação com o espaço acadêmico. Como se produz um aprendizado coletivo e processual? Uma referência nesta temática é a tese de Telmo Adams, que está detalhada na revisão da literatura.

2.11 Relevância da Pesquisa para a AM+L

O grupo de mulheres que compõe a AM+L teve a possibilidade de refletir sobre a complexidade de algumas práticas, por meio de uma metodologia participativa e formativa que vincule a realidade delas as outras realidades. O desejo que outros/as possam aprender da experiência delas foi manifestado no início dos diálogos desta pesquisa participante; esta relevância foi expressa no primeiro encontro quando se dialogou sobre a reflexão das práticas. Uma das mulheres com

muita simplicidade diz: *Nós não tivemos ninguém para nos orientar, como se fazia um grupo, os acertos e as dificuldades; se nós temos a história escrita vamos poder passar para outros grupos.* (X4). A AM+L se beneficia da compreensão de dados da região onde elas estão inseridas e da socialização de outras práticas ecoformativas que se vão propor durante a pesquisa. Ajudou para que o grupo possa fazer críticas a suas próprias práticas e buscar alternativas dentro de seu processo. Sistematizar experiências coletivas de mulheres que resistem a práticas individualistas e com uma dimensão socioambiental é uma prática concreta que ajudaria a visibilizar os desafios que encontram no seu processo de emancipação.

2.11.1 Relevância da Pesquisa para a Academia

Para a Universidade, na linha de Pesquisa de Educação, Desenvolvimento e Tecnologias, a tese pode colaborar para apontar a importância das relações nos processos formativos. Também a tese focaliza um proceder metodológico formativo crítico que permite recolher os conhecimentos das práticas com a riqueza de olhar de mulheres pobres e de outros olhares diferentes. Tenta-se oportunizar uma aproximação mais real das riquezas e das ambiguidades das relações que envolvem desafios sociais, acadêmicos e políticos. Há na tese a intenção de descrever diferentes visões que não se podem anular e sem repensar e socializar a prática no meio acadêmico e disponibilizar para a região a importância de SE para prosseguir pesquisas que aproximem diferentes saberes, proporcionando uma formação crítica que esteja vinculada à própria vida e aos indicadores teóricos que refletem as práticas.

Nesta perspectiva, a pesquisa busca trazer uma colaboração para os grupos de Economia Solidária e para as assessorias que desejem contribuir para a compreensão de dimensões formativas antropológicas, culturais, que se devem considerar e repensar. Consideram-se também dimensões socioambientais relacionadas com indicadores sociais que proporcionam uma aproximação aos desafios e à compreensão do contexto da região.

2.12 Revisão da Literatura

A revisão de literatura foi importante para conhecer o que já se tem pesquisado e encontrar caminhos de continuidade e de diálogo com diferentes autores/as que trabalham na dinâmica de uma educação emancipatória coletiva, identificando saberes associados e seus cruzamentos. A pesquisa da tese abrange várias temáticas que estão imbricadas entre si. É impossível fazer a revisão da literatura de cada uma das dimensões trazidas na reflexão, por isso se fez uma escolha que se descreve a seguir. Compreende-se o conceito pedagógico com uma abrangência ampla político-social, que influencia a formação. Não se entra em uma revisão do conceito, porém se esclarece sua compreensão.

Uma das temáticas que influenciou para que a AM+L tivesse atração e fama, é o fato de trabalhar com produtos ecológicos. Uma fama carregada de uma baixa renda e de contradições. Este desafio marcou por onde iniciar a revisão da literatura. Pesquisar que visões estão por trás da palavra ecologia e Educação Ambiental (EA). Uma segunda etapa da revisão da literatura focaliza-se nos saberes das associações, das cooperativas, das mudanças da Educação Popular e finalmente na metodologia da SE.

No Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), há mil e cinquenta e seis artigos de EA, a maioria relacionada à Biologia, Engenharia Ambiental, Saúde, Gestão Social. Trinta e oito periódicos de EA, relacionados com classes de Educação Popular, dos quais três relacionam a EA com as classes populares pobres e estão marcados como artigos relevantes. O mais acessado no portal da CAPES até o dia 8 de fevereiro de 2012 é o artigo de Nilton B. Fischer (2009) "Educação não escolar de jovens e educação ambiental um balanço de produção de conhecimentos". *Revista Brasileira de Educação*. O artigo é uma referência e analisa a produção de conhecimento presente na relação entre os campos da educação de adultos e educação ambiental em projetos e práticas não escolares, explicitadas em trinta e nove dissertações e teses entre 1988 e 2006. Analisa como as ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas nas pesquisas nem sempre percebem a relação entre os saberes acadêmicos e os saberes das populações estudadas.

A tese de Telmo Adams (2007) *Educação e Economia (Popular) Solidária: Mediações Pedagógicas do Trabalho Associado na Associação dos Recicladores de*

Dois Irmãos, 1994-2006, foi uma referência importante para refletir a temática das mediações pedagógicas nos espaços dos trabalhos associados. Colaborou nos referenciais teóricos e metodológicos. Dentre as teses estudadas, ela foi de significativa importância pela sintonia com o objeto de estudo da pesquisa. Está no portal da CAPES e na Biblioteca da UNISINOS.

Na EA, há muitas propostas e, em um primeiro momento, procuramos pesquisadores/as que aproximam esta realidade com a educação em meios populares. Depois buscamos teses com a temática que focaliza as dimensões da ecopedagogia, assim como as que fazem referência à categoria gênero e EA.

A discussão sobre a necessidade de se criar uma ecopedagogia ganhou impulso, sobretudo a partir do Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio do Conselho da Terra e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 23 a 26 de agosto de 1999, em São Paulo, e no Primeiro Foro Internacional sobre Ecopedagogia efetuado na Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Porto, Portugal, 2000. Os princípios, as diretrizes para o movimento surgem destas duas reuniões e estão abrigadas na *Carta sobre Ecopedagogia*.

A temática da ecopedagogia está sendo pesquisada, levando-se em conta diferentes ângulos, mas, nos artigos e teses referentes à temática, encontra-se uma base teórica comum. Em quase todas as teses, dissertações e artigos, a referência teórica é a *Carta da Terra*, marco importante para o movimento ecopedagógico.

A tese de Ângela Antunes, secretária executiva do Instituto Paulo Freire, colabora neste processo, trazendo fundamentação sobre a Pedagogia da Sustentabilidade. Sua tese explorou a *Carta da Terra* como um documento filosófico que interpela e propõe uma pedagogia diferente. A autora confessa como ela teve que criar processos para seguir esta proposta. No prefácio do livro *Pedagogia da Terra*, de Moacir Gadotti, está clara a resistência que teve no início e o processo de aproximação e desenvolvimento. Ângela Antunes e Moacir Gadotti apresentam um artigo chamado *A ecopedagogia como a pedagogia indicada para o processo da Carta da Terra*. Um ensaio temático que faz referência a introduzir os valores da *Carta da Terra* na educação.

Na UNISINOS, encontramos uma dissertação que nos aproximou da temática sob um olhar escolar e particularmente sob uma proposta do fazer pedagógico

infantil. A referência é de Elizabeth Amorin *A dimensão do cuidado essencial no fazer pedagógico infantil como exigência primeira na construção da cidadania planetária*. Nesta dissertação, encontramos uma referência clara a Paulo Freire como um clássico contemporâneo. A autora tece as diferentes tendências pedagógicas para desenvolver, no capítulo V, um olhar ecológico. A dissertação está focada na educação infantil, mas a fundamentação teórica colaborou com minha pesquisa.

Um artigo na revista eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental da Universidade de Rio Grande do Sul, de Hilda Gomes Dutra Magalhães, questiona qual é o melhor conceito de gestão escolar para contemplar as demandas da proposta ecopedagógica. Chama a atenção para as diferentes dimensões de um processo democrático e coloca a espiritualidade como um dos componentes de uma democracia para uma gestão ecopedagógica. Os conceitos básicos e as referências teóricas se aproximam dos autores citados por Ângela Antunes.

No site de ANPEd, no GEEA 22, há pesquisas sobre educação ambiental. Sublinho o trabalho de Taglieber, José Erno³⁸- UNIVALI e Galliazzi, Maria do Carmo³⁹ que apresentaram um estudo extraído das dissertações e teses catalogadas no Dossiê de Implantação do Grupo de Estudos de Educação Ambiental da ANPEd (GEEA 22), na 25^a. Reunião Estadual de Caxambu (MG), em 2002. Pela catalogação das dissertações e teses no SIBEA,⁴⁰ o número de produções nos programas de pós-graduação cresceu muito e as temáticas possivelmente se diversificaram. O estudo ficou restrito aos dados do dossiê de 2002. Igualmente o material apresentado colabora para questionar a compreensão do que é educação ambiental e as diferentes posturas epistemológicas. A pesquisa em EA parece ser algo denso, unitário, coeso, monolítico, mas quando se pergunta: Que pesquisa? Que EA? Essa visão logo se esvai. As pesquisas como a EA não são conceitos monolíticos, muito menos conceitos claros e homoganeamente aceitos por todas as pessoas.

Em torno dos dois conceitos, formam-se grupos com entendimentos diferentes, apoiados em filosofias e enfoques epistemológicos, os quais, usando os mesmos termos, significam coisas diferentes. A pesquisa no site da ANPEd é

³⁸ Doutor e pesquisador de Educação Ambiental - Ensino de Ciências Naturais na UNIVALI.

³⁹ Graduada em Química pela UFRGS, licenciada em Ciências Primeiro Grau (FURG), mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Educação.

⁴⁰ Sistema Brasileiro de Informação Ambiental.

oportuna, já que abre para conhecer outras pesquisas que trazem diferentes elementos epistemológicos que colaboram com posições críticas e ajudam a não perder-se dentro do grande guarda-chuva da EA que, muitas vezes, fica mais na ênfase do meio ambiente e não em um processo educacional ambiental.

Carvalho e Farias (2011) permitem ter um olhar amplo dos trabalhos, artigos apresentados nas reuniões da ANPEd, ANPPAS, nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade e nos encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) como representativos da produção de pesquisa em educação ambiental (EA).

No mesmo site da ANPEd, houve a familiarização com Figueiredo (2003), onde se encontrou apoio para recolher e encaminhar a pesquisa de EA na perspectiva da educação popular, pois o foco da pesquisa é ecopedagogia em um grupo de mulheres em situações complexas, marcadas por muitos espaços de opressão. Nos artigos do autor, é possível conhecer mais a trajetória dos trabalhos de pesquisas realizados nos últimos anos em educação ambiental. Outra referência na temática é o dossiê *Revista Educação e Realidade*, da UFRGS, sobre educação ambiental (2009). A pesquisa em EA busca a construção de um processo transformador: a consciência ambiental alerta e atuante, por isso a metodologia escolhida da pesquisa na prática está intimamente relacionada com o objeto de estudo.

Por fim, uma característica fundamental da EA é buscar uma postura existencial coletiva, trabalho de grupos e mesmo de comunidades inteiras. A comunidade acadêmica e a comunidade do grupo que, ao mesmo tempo, estão imersas em comunidades regionais e planetárias, têm o desafio de escolher caminhos processuais coletivos onde os dados sociais e os dados locais têm que dialogar e produzir conhecimentos coletivos para que estejamos nas rumos de uma EA. Philippe Layargues lembra que a educação ambiental tem que trazer mudanças sociais.

Uma segunda etapa da revisão da literatura está relacionada a teses e artigos que identificam a produção de conhecimento coletivo junto a associações, cooperativas, que acompanham os desafios da Educação Popular (neste tempo de desafios tecnológicos e ambientais) e finalmente a SE e sua importância no processo formativo. A revisão da literatura da SE foi recolhida de teses e artigos de

pesquisadores/as do Brasil, porém a maioria das teses e dos artigos foi recolhida na experiência *in loco* em Caracas e Bogotá.

Ainda existem outros estudos que colaboram com os trabalhos associados de cooperativas e a educação popular, ampliando a pesquisa, que merecem ser citados.

Fischer (2006) escreveu um artigo que faz uma referência que se aproxima do objeto da pesquisa. Nesta mesma perspectiva de produção de conhecimentos e de trabalhos associados, temos os seguintes artigos que colaboram na reflexão: Fischer (2004; 2009); Saviani (2009); Schmitz (2012), além da *Revista Educação Unisinos*, v. 10, n. 2, 2006.

Zitkoski (2007) questiona algumas fundamentações da EP e chama a atenção para o contexto atual que traz mudanças na fundamentação da EP. Para a reflexão sobre Educação Popular e os desafios das novas tecnologias, temos como referência o artigo *Educação Popular e Novas Tecnologias*, de Telmo Adams e Danilo Streck (2010) na revista *Educação*. O artigo aborda as mudanças da Educação Popular no que se refere à sua contribuição para a formação da cidadania e os desafios das novas tecnologias em grupos de escassos recursos.

A revisão da literatura focaliza-se na compreensão da metodologia da SE. A revisão traz a colaboração de pesquisadores/as brasileiros/as e da experiência da tradição latino-americana. Há características que englobam boa parte das múltiplas e variadas aproximações e definições de SE que se produziram em diferentes regiões do Brasil, da Colômbia, da Venezuela e do México. O site: www.cepalalforja.org/sistematiza%C3%A7%C3%A3o/biblio.shtml, é um espaço virtual obrigatório para quem pesquisa SE. Nele existem muitos artigos, tornado-se impossível reunir todos, porque o site está continuamente em atualização. Destacam-se Cendales (2004); Cifuentes (2011); Eckert (2010); Ghiso (1998, 2011); Jara (1984, 1986, 2011); Torres (2011).

Em várias bibliotecas, encontram-se trabalhos sobre SE. Na biblioteca da Universidad Central de Venezuela, por exemplo, destaca-se a tese de Alejandra León Cedeño e Marisela Montenegro (1993), que apresenta diferentes dimensões das relações que devem ser integradas em uma pesquisa com dimensões participativas.

Salinas (1997) sublinha a importância da linguagem descritiva para se fazer uma análise da prática, e não do sonho da prática. Desenvolve uma fundamentação teórica da autonomia com base na prática de uma associação, e não da autonomia

como resultado linear de um processo. Focaliza que autonomia implica um desenvolvimento em processos particulares para cada indivíduo, em que intervêm fatores diversos, como proteção, saúde, vínculos afetivos, códigos, gêneros, valorização da pessoa nas suas etapas de vida. A autora não pretende estabelecer um ditame que diga se a associação se encontra em um grau de autonomia, propõe-se a localizar elementos e relações que favoreçam ou limitem individualmente e grupalmente o processo de organização da associação.

Torres, Cendales e Ghiso (2004) escreveram diferentes artigos sobre a temática em questão. Também de grande importância, para enriquecer o conhecimento sobre o assunto foi a descoberta do artigo de Coraggio (2011) Universidad Javeriana.

Na biblioteca de Dimensión Educativa, Lola Cendales partilhou sua experiência de sistematização de experiências, indicou falar com Santiago Gómez Obando⁴¹ e ler o seu trabalho: *Sistematización de la Experiencia del Movimiento Alimentario de BOSA*. O autor apresenta conceitos de sistematização, seus elementos ético-políticos e as diferentes etapas do processo da prática em estudo. O trabalho não foi publicado até o momento.

A sistematização de experiências como conceito e prática metodológica não tem um significado único, e a riqueza se radica na diversidade de enfoques, na contextualização e no sentido prático da reflexão.

Há características que englobam boa parte das múltiplas e variadas aproximações e definições de SE que se produziram em diferentes regiões do Brasil, da Colômbia, da Venezuela e do México.

Para Torres (2004, p. 59), a sistematização é

Uma modalidade de conhecimento de caráter coletivo sobre práticas de intervenção e ação social que, a partir do reconhecimento e interpretação crítica dos sentidos e lógicas que a constituem, busca capacitá-las e contribuir com a conceituação do campo temático no qual se insere. (tradução nossa).

Para Cendales (2004, p. 59),

Uma modalidade de investigação qualitativa que busca reconstruir e interpretar as experiências, privilegiando os saberes e o ponto de vista dos

⁴¹ Em Bogotá, em Dimensão Educativa, falou-se sobre SE com o Professor Santiago Gómez Obando no dia 9 de fevereiro de 2012. Com muita generosidade, ele partilhou a experiência de sua dissertação em SE.

participantes. Como proposta que se faz da Educação Popular, a sistematização busca gerar espaços de inclusão; espaços de reconhecimentos e interlocução entre diferentes atores do processo; complexificar a leitura da realidade e potencializar as capacidades investigativa e pedagógica, conceituais e metodológicas das pessoas, das organizações e instituições involucradas. (tradução nossa).

Finalmente Cendales; Torres (2004, p. 3-5) destacam:

Se bem é certo, toda investigação é uma experiência formativa, pois permite a seus participantes incorporar novos conhecimentos. Na sistematização, a formação é um traço definitivo, pois é a garantia da participação, da apropriação da metodologia e da qualidade da compreensão da experiência [...] Por outro lado, a própria experiência de sistematizar é formativa, porque incorpora ou retoma práticas e habilidades investigativas como a leitura, a análise de informação e conceituação, em muitos casos marginais a experiências populares .

Levando em conta a revisão da literatura que deu marcos teórico e metodológico para o desenvolvimento desta tese, inicia-se o terceiro capítulo com o processo metodológico da SE.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se primeiramente um marco teórico amplo que mostra a importância desta metodologia (ao longo da tese também se faz referência ao marco teórico porque é impossível separá-lo da prática refletida). Logo se descrevem características próprias da SE. Em terceiro lugar, fala-se sobre a relação da SE com a EP e com IAP, buscando-se saber quem colaborou para dar vida a esta “filha” e no quarto item, a relação da SE com a Linha de Pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias. Os quatro pontos abordados formam um marco, são balizas que demarcam o espaço por onde se vai transitar. Em seguida, relata-se passo a passo a metodologia desenvolvida. Colocam-se os diferentes momentos do processo, levando-se em conta que não são etapas isoladas, mas um processo dinâmico, relacional que revela, ao mesmo tempo, rupturas e ambiguidades. Há uma preocupação pela comunicação do processo, por isso opta-se por se elaborarem gráficos que mostram os tópicos das entrevistas, e não uma descrição de todo o material das entrevistas realizadas.

3.1 Sistematização de Experiências

A sistematização coloca-se como uma metodologia adequada para acompanhar diferentes processos de experiências. Segundo Berdegú et al. (2002), a sistematização pode eleger os seguintes contextos:

- Uma experiência que teve êxito e interessa conhecer os motivos do resultado positivo. Em que aspecto teve êxito?
- Uma experiência fracassada e que interessa conhecer os motivos dos resultados. Em que aspecto fracassou?
- Uma experiência que está em curso, que não sabemos se teve êxito, mas tem elementos inovadores interessantes que queremos conhecer. Em que aspecto a experiência foi inovadora?

O pressuposto é que, sendo o objetivo da sistematização resgatar e acompanhar experiências, visando a recolher uma aprendizagem, isso pode e deve ser feito não apenas com as que tiveram resultados exitosos, mas também com experiências que podem ter tido resultados não tão exitosos assim. Além do mais, deve-se ter claro que, em geral, as experiências exitosas também vivenciaram seus

fracassos, mas que souberam enfrenta-los, sendo importante o resgate do processo realizado. Como experiências fracassadas também puderam ter seus aspectos positivos e devem ser recuperados.

A sistematização e a avaliação são elementos que possibilitam a apropriação coletiva do processo, mas quase sempre são esquecidos pela intensidade dos trabalhos. Para aprofundar a temática, encontra-se um artigo de Jara (1986) que desenvolve os dois elementos citados anteriormente. Segundo este autor, cresceu, nestes últimos anos, o interesse pela temática de Sistematizar Experiências em diversos campos: saúde, educação, projetos de capacitação agrária, projetos vinculados ao meio ambiente etc. Há um desejo de aprender das práticas, o que é valorizado positivamente, porém intervêm múltiplas razões que devem ser levadas em conta:

- a) muitas vezes parece que é tão complicado que só um grupo de especialistas contratado pode realizá-lo e que leva muito tempo e custo;
- b) falta clareza sobre o que é a sistematização. Não se tem uma definição precisa e se se realiza uma busca na Internet, se encontra todo tipo de sistematização;
- c) quem realiza a sistematização?
- d) o que pode ser sistematizado? Todo o processo? Devem-se sistematizar principalmente as “boas práticas” ou também as experiências frágeis, débeis?
- e) outro fator que dificulta a sistematização é que as pessoas que desejam fazê-la não encontram o apoio da instituição ou da direção do projeto, pois leva tempo para refletir.

Não existe um método de sistematização válido para todas as experiências, e sim orientações e lineamentos gerais que devem ser recriados segundo o tipo de práticas e as condições de quem sistematiza. (FRANCKE; MORGAN, 1995).

3.2 Características da Sistematização de Experiências

Algumas considerações básicas são necessárias. Quando se fala de sistematização, fala-se de um exercício que se refere a experiências práticas concretas. No caso em questão, faz-se referência a uma associação de mulheres pobres que se organizam para sua sobrevivência, produzindo sabão com óleo saturado da coleta seletiva do município de São Leopoldo. Estas experiências são

processos sociais dinâmicos, complexos, que se interrelacionam muitas vezes de forma contraditória devido a um conjunto de fatores objetivos e subjetivos:

- a) as condições do contexto em que se desenvolvem;
- b) situações particulares a enfrentar;
- c) ações dirigidas para conseguir determinado fim;
- d) percepções, interpretações e intenções dos diferentes sujeitos que intervêm no processo;
- e) resultados esperados e inesperados que surgem;
- f) relações e reações entre os participantes.

Estamos falando, então, de experiências vitais, carregadas de uma enorme riqueza acumulada de elementos que, em cada caso, representam processos inéditos e que não se repetem. É por isso que é tão apaixonante a tarefa de compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-los.

a) Um dos elementos da sistematização de experiência é que a iniciativa pode vir do grupo ou de um agente externo, mas têm que existir vontades partilhadas da ação, do sentido da pesquisa-ação. Esta realidade está estabelecida, há vontades partilhadas e necessidades de sistematizar algumas práticas do processo.

b) Outra característica da sistematização de experiência é a escolha de eixo ou eixos. A definição de eixo do processo de sistematização deve ser entendida como um “fio condutor que atravessa a experiência e se refere aos aspectos centrais dessa(s) experiência(s) que interessa sistematizar” (JARA, 2006). Uma mesma experiência pode ser sistematizada sob diferentes enfoques e, por isso, definem o eixo e não todo o processo.

c) Ir além da narrativa o desafio da interpretação de dados coletivos. (JARA, 2006, p. 21).

Seguindo as reflexões de Jara, (2006, p. 25-26), sistematização não é

Narrar experiências (mesmo que o testemunho possa ser útil para sistematizar, deve ir além da narração) Descrever processos (pois, ainda que seja necessário fazê-lo, é preciso passar do nível descritivo ao interpretativo). Classificar experiências por categorias comuns (esta pode ser uma atividade que ajuda o ordenamento, mas não esgota a necessidade de interpretar o processo). Ordenar e tabular informações sobre experiências (igual ao caso anterior). Fazer uma dissertação teórica, exemplificando com algumas referências práticas (pois não seria uma conceitualização surgida da interpretação desses processos).

Com outras palavras, mas seguindo o mesmo caminho, Torres (2011) expressa o horizonte que deve ser alcançado pela sistematização de experiências, vejamos:

Um dos maiores desafios da prática de sistematização é ir além da reconstrução descritiva ou narrativa da experiência para alcançar uma leitura interpretativa que aporte uma reflexão teórica dela. São poucas as sistematizações que alcançam um nível de compreensão conceitual da prática analisada e menos ainda as que acedem a uma reflexão metodológica de como foi elaborada. (TORRES, 2011, p. 47, tradução nossa).

Esta metodologia penetra no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos de sua própria lógica, extraíndo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria. (JARA, 2004).

3.3 A Relação da SE com a EP e com o IAP

A SE iniciou como uma prática da EP na década de 1980, no México, quando profissionais vinculados ao Centro de Estudos do Terceiro Mundo (CEESTEM) começaram a sentir a necessidade de recuperar e comunicar experiências sobre as quais vinham trabalhando há alguns anos, gerando lições que não eram devidamente divulgadas e tampouco replicadas. Nesse momento, organizações de educação popular⁴² começaram a teorizar e a programar iniciativas de experiências que, a princípio, se aplicavam, sobretudo aos programas de educação popular em que trabalhavam.

Tanto a IAP como a EP se configuraram na América Latina, por fora dos contextos acadêmicos formais nos primeiros anos. Conscientes de que os sujeitos populares, além de serem sujeitos históricos, são portadores de saberes e de conhecimentos não reconhecidos e valorizados pela cultura escolar e científica, os paradigmas investigativo-pedagógicos construíram formas de vincular os atores populares no processo de compreensão e transformação da realidade. Borda (1985) afirma que a recuperação crítica da história do povo faz referência à versão seletiva dos conflitos de classe do passado, produzida pelas pessoas dos casebres e

⁴² Além do CEESTEM, há outras entidades pioneiras envolvidas nessa proposta de SE e de EP como o Centro de Estudo de Educação (CIDE), a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), a Red Alforja da América Latina Central, o Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS) do Peru e o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEEAL).

calçadas pela memória, pelas lembranças da memória coletiva, das lembranças individuais, da tradição oral e pelos documentos e objetos recolhidos nos velhos baús dos lares humildes. A IAP é o grande guarda-chuva que tem uma marca da política latino-americana, marcou uma época, principalmente nos anos 1980 até 1990 e continua recriando-se.

O contexto onde nasce a pesquisa participante foi mudando e mudando os paradigmas. Nos anos 1960 e 1970, o paradigma da libertação trazia uma carga política que é diferente dos desafios do contexto atual. Semeraro (2006) analisa dois grandes conceitos que marcaram a educação popular na segunda metade do século passado: “libertação” e “hegemonia”.

A libertação foi a tônica predominante nos anos 60 e 70. A hegemonia tem sido a palavra de ordem ao longo dos anos 80 e 90. A primeira, representada particularmente pelo pensamento de Paulo Freire, expressava os anseios e as lutas dos que queriam se libertar da ditadura (1964-1984) e da longa história de opressões impostas no Brasil. A segunda, tendo Antonio Gramsci como referência, passou a significar o projeto das forças populares que, com o fim da ditadura, direcionavam seus esforços para a construção de uma democracia socializadora e para a conquista do poder governamental. (SEMERARO, 2006, p. 19).

As mudanças culturais marcaram as práticas e as reflexões da EP⁴³ popular onde os dados sociais, políticos, éticos e as diferentes subjetividades vão configurar uma complexidade nos diferentes espaços da vida. Como o foco da pesquisa são as diferentes relações, escolheu-se a Sistematização de Experiência que abrange as seguintes dimensões: possibilita refletir, conceitualizar a prática e oportuniza explicitar as interpretações que os sujeitos têm sobre eles. Cria-se assim um espaço para que essas interpretações sejam discutidas, compartilhadas e confrontadas. Acredita-se que estas características básicas perfilam uma concepção de sistematização que não se confunde com outros processos de reflexão.

A pesquisa participante dá origem a outras metodologias que se aproximam e ao mesmo tempo se enriquecem pelos diferentes contextos. A SE bebe das dimensões do IAP, pode-se dizer que há uma filiação e ao mesmo tempo traz sua especificidade.

⁴³ Para aprofundar as mudanças culturais, é necessário levar em conta na Educação Popular os diferentes paradigmas contemporâneos. Recomenda-se Jaime Zitkoski (2007).

3.4 A relação da Metodologia Escolhida com a Linha de Pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias

A linha de pesquisa de Educação da UNISINOS é um espaço de valorização da IAP. Investe-se na escuta, no diálogo com os colegas e professores que criticamente apontam para dimensões desta metodologia. O grupo de estudo da linha de pesquisa citado anteriormente, os diálogos com pessoas de movimentos sociais (CEBs, Cáritas, Grupos de Mulheres, integrantes da ARDI) influenciaram na escolha metodológica. A tensão dos conhecimentos acadêmicos e dos conhecimentos/saberes e desafios dos grupos sociais intensificaram a curiosidade epistemológica de uma aprendizagem coletiva, com diferentes olhares críticos. No espírito da curiosidade e, sabendo-se dos limites do tempo, buscaram-se as trilhas da metodologia participativa pela seriedade da aproximação com as pessoas e com o contexto com toda a sua complexidade. Outra experiência que foi provocativa e que influenciou na maneira de observar, pensar, sentir, escutar foi o Seminário de Sistematização de Experiências com o Professor Alfonso Torres Carrillo,⁴⁴ em 2010. Nesse seminário, vivenciou-se o diálogo de professores, alunos/as com representantes de movimentos sociais, desenvolveu-se uma metodologia de trabalho e de elaboração do conhecimento, que não é fácil de encontrar no cotidiano acadêmico. Foi outro espaço de empatia com a metodologia de SE e de comunicação com outros/as pesquisadores/as que trilham esta opção metodológica. Este estilo de produção dialógica entre universidade e movimentos sociais ecoa na história da pesquisadora, que se une ao lócus de caminhada de uma educação reflexiva e coletiva de saberes.

A linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias oportunizou o Simpósio Internacional em Porto Alegre, sobre Pesquisa Participante, ampliou a perspectiva da importância das pesquisas com dimensões participativas em diferentes contextos. O intercâmbio dos pesquisadores/as visibilizou uma produção de conhecimentos contextualizada e com características de transversalidade. Uma intervenção aguda de Carlos Brandão apontou a seguinte reflexão: em uma universidade não se pode encaixilhar em um departamento acadêmico a IAP, ela

⁴⁴ Licenciatura em Ciências Sociais na Universidad Pedagógica Nacional, especialista em Sociologia Política de la Universidad Santo Tomás, Magister em História de la Universidad Nacional de Colombia. Professor pesquisador do departamento de post-graduação de la Universidad Pedagógica Nacional. Ele coordenou os contactos com professores/as que, em Bogotá, trabalham com SE. Muita bibliografia e entrevistas realizadas, além da participação em processos de SE em Bogotá, foram socializadas generosamente pelo professor.

tem que perpassar os diferentes espaços. Há uma transversalidade na forma de conhecer a realidade e seus desafios.

Neste horizonte, movimenta-se a linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologia, incentivando pesquisas com temáticas amplas, mas que tenham uma forma de conhecer localizada crítica transversal. A SE, como já foi explicitado anteriormente, apresenta dimensões participativas. Seu proceder metodológico focalizado em práticas escolhidas e interpretadas manifesta uma transversalidade de saberes que colabora com uma postura educativa que é incentivada nesta linha de pesquisa.

3.5 Passo a Passo a Metodologia Desenvolvida

Descrevem-se experiências vitais, carregadas de uma riqueza acumulada de elementos que, em cada passo, é necessário compreendê-las, extrair seus ensinamentos e comunicá-los. Não são passos isolados e sem ramificações que percorrem diferentes espaços e que se sistematiza do foco das relações.

3.5.1 Um Marco Conceptual

Em um primeiro momento da investigação, buscou-se uma aproximação com pesquisadores/as que refletissem e produzissem conhecimentos com base na SE. Esta aproximação se realizou por meio de leituras de teses, livros, artigos que foram descritos na revisão da literatura e também com a participação *in loco* em espaços onde se desenvolvia esta metodologia em Bogotá⁴⁵, Curitiba⁴⁶ e São Leopoldo⁴⁷.

O marco conceptual da SE está explicitado ao longo da tese, não se coloca em um só ponto, pois perpassa toda a prática metodológica escolhida. A referência

⁴⁵ Na sede de Asociación Vecinos Solidarios (AVESOL), em Bogotá, a SE foi coordenada por Alfonso Torres. A vivência metodológica e o material socializado neste espaço e em Espaço Pedagógico com Lola Cendales foi significativo, porque possibilitou integrar a opção de trabalhar ao mesmo tempo a metodologia e a reflexão com os/as integrantes da pesquisa. Não fazer nos grupos levantamento de dados e depois fazer uma conclusão pessoal, os dois pesquisadores mencionados alertaram para este risco metodológico que marcam uma postura ética coletiva.

⁴⁶ Participou-se junto ao CEFURIA, coordenado pelos professores Danilo Streck e Telmo Adams com todos/as os/as participantes do Projeto: Práticas Educativas, Justiça Social e Desenvolvimento: a educação popular ante as reformas políticas e mudanças culturais na América Latina. Foi um processo de vivência de pesquisa-ação e de SE no qual a autora desta teses envolveu-se com seus colegas.

⁴⁷ Participou-ses de um projeto de SE coordenado pela Dra. Marilene Maia no ano 2010 que oportunizou enxergar continuidades e rupturas em práticas sociais no Projeto Voluntariado em Ação.

teórica orientou a lógica e a relação (interdependência) dos passos escolhidos no processo assim como a flexibilidade em ir e voltar a diferentes momentos da sistematização. Em outras palavras, não se pode conceber um momento sem o anterior ou anteriores e sem o posterior ou posteriores.

O início do processo deve ter uma visão holística e em perspectiva que não perca o propósito da SE em geral de aprender, produzir conhecimentos, elaborar propostas transformadoras e socializar os resultados. (ARTEAGA et al., 2010). Para Oliveira et al. (2010), a sistematização de experiências vem sendo utilizada como metodologia para narrar vivências coletivas, recuperar aprendizagens e construir conhecimentos das práticas sociais.

Agora se detalham os passos da metodologia realizada.

3.5.2 Delimitação e Combinações Práticas

A delimitação da SE foi o primeiro acordo que se fez com o grupo de mulheres, considerando-se contexto, espaço e tempo. Ficou claro que, nas reuniões coletivas, não se podia abarcar toda a história da AM+L apenas algumas experiências que depois se definirão. Essas práticas devem ter acontecido de 2007 a 2012. Um critério que se levou em conta para a delimitação foi um período de tempo que possibilite abordar a complexidade de algumas práticas coletivas da própria associação e delas com outras instituições que a apoiam. A complexidade de algumas práticas/experiências exige uma delimitação de tempo e um plano organizacional para escolher onde e como fazer a coleta de alguns dados e não de todo um processo histórico. Outro critério da delimitação foi dar conta da finalização da tese.

O trabalho teve início pelo tempo de escuta mútuo e pela organização de datas possíveis para o trabalho em conjunto. Não foi fácil a combinação de horários para integrar o maior número de participantes. O diálogo sobre o tempo e a organização esteve presente desde o primeiro momento e perpassou por toda a sistematização.

Os registros de fotos, apontamentos e gravações foram combinados antes com as integrantes da associação. Houve uma negociação. Algumas gostavam, outras tinham vergonha, mas ficou acordado que o registro é uma riqueza para a

história da associação e que as fotos ou gravações que elas não autorizassem não seriam socializadas.

3.5.3 Momentos de Conversas

Considerou-se oportuno, além das reuniões coletivas, conhecer os espaços próprios das mulheres, nos quais elas expressam outras coisas: sonhos, preocupações, críticas, gostos, contam piadas, riem... Escutar e falar destas coisas que não necessariamente têm uma incidência direta na elaboração do processo sistematizado escolhido foi fundamental para os passos posteriores da SE.

O fato de dedicar-lhes tempo de escuta de forma ininterrupta foi sinal de acolhida mútua. No meio do trabalho delas, perguntou-se se elas o ensinariam, e elas tiveram, então, a experiência de ensinar e de perceber que algumas pessoas têm dificuldades manuais. Este momento prévio apontou perguntas, diferentes opiniões, palavras que se repetiam e deixavam questionamentos. Mas o objetivo dos momentos de conversas foi dedicar um tempo para estar com elas no próprio processo de organização do trabalho e escutá-las com suas experiências e percepções, passar junto com elas um dia de trabalho para depois iniciar as atividades de coleta de dados, por meio das entrevistas e do material documentado.

3.5.4 Plano de Trabalho e Mapeamento das Instituições e Pessoas Relacionadas com AM+L

Foram determinados os primeiros encontros coletivos e marcado o tempo possível para trabalhar na SE. Pela mobilidade de horário das mulheres e pela demanda de reuniões em que são convidadas a participar justificam que não podem marcar mais de dois encontros no semestre. Iniciou-se, então, com dois encontros coletivos por semestre, depois se foram somando os demais encontros. À medida que o processo avançou o cronograma de datas, espaços e sugestões para os demais encontros foram aleatórios, sem agenda prévia. Marcar datas e horário não foi uma tarefa ágil. Sete encontros coletivos ao longo de dois anos e meio, para pesquisar relatórios, tirar fotos, redigir artigos para jornais, fazer vídeos e para colaborar com elas em alguns momentos da prática do trabalho.

Ao organizar o plano de trabalho da SE, as mulheres relatam o plano de trabalho da semana da associação. Com orgulho, destacavam os dias comprometidos com reuniões do Fórum de Recicladores, com os estagiários de Psicologia, com as representantes do Tecnosociais. Assim, elas mostraram uma agenda de reuniões ampla com vários atores implicados. A pergunta que naturalmente emergiu foi: Como fazer para que a SE não seja uma reunião a mais, e sim um espaço de pesquisa, formativo e de colaboração para elas? Este conflito foi conversado em várias oportunidades. Articular o tempo de reuniões e o tempo de produção e vendas era um desafio que aparecia constantemente.

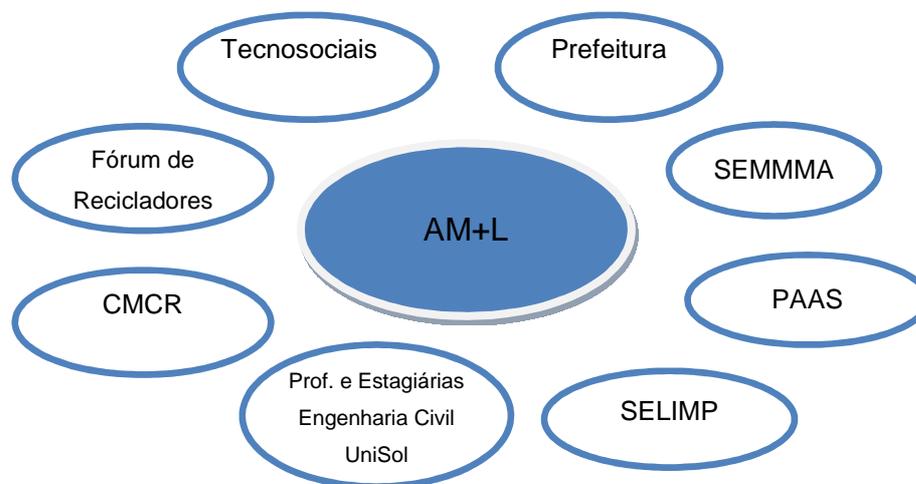
Nesta complexidade, encontrou-se um caminho que facilitou a integração do processo de sistematização ao cotidiano da associação: incorporar-se com as associadas a alguns momentos formativos que elas têm com o Tecnosociais, às reuniões do Fórum de Recicladores, aos encontros com representantes da SELIMP e com os representantes da SMMA. O plano de trabalho ficou extenso e não só limitado às sete reuniões coletivas que aconteceram no próprio espaço da associação. Era uma construção que se realizava, não se tinha clareza desde o início, mas aconteceu e colaborou para a focalização do eixo escolhido e para fazer um processo gradual formativo com uma vasta integração ampla do cotidiano das relações.

Os momentos de participação em outros espaços foram previamente combinados entre as instituições implicada. Em alguns espaços próprios da associação não se participou, por exemplo, na aceitação ou não de novas integrantes, na resolução de conflitos pessoais, nas reuniões de prestação de contas. Houve abertura aos vínculos que fazem parte dos apoios institucionais, porém houve situações que não eram pertinentes a quem escrevia a tese, considerando-se prudente ficar distante. Isso foi necessário para poder colaborar com a reflexão no espaço acadêmico.

Alguns encontros foram em uma sala da associação onde organizam a semana de trabalho, guardam a documentação do grupo e é o local da partilha dos alimentos. Foi o primeiro espaço apresentado por elas para fazer os encontros, depois propuseram outros lugares com mais mobilidade para fazer dinâmicas e ficarem mais cômodas.

No plano da organização, fez-se um primeiro mapeamento das instituições que mais vínculos têm com a AM+L.

Figura 4 - Mapeamento das relações entre AM+L e instituições públicas e privadas



Fonte: Elaborado pela autora

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas coletivas e individuais. As entrevistas coletivas se realizaram no ambiente da AM+L e com representantes do Tecnosociais da UNISINOS. No meio dos encontros coletivos, surgiram dados, perguntas que demandaram outras vozes que se vincularam ao processo. As entrevistas pessoais trouxeram outros elementos a considerar, por isso se realizaram entrevistas com ex-integrantes da associação, com uma professora da UNISINOS, com uma estagiária, com estudantes voluntários/as, com o Secretário do Meio Ambiente.

A relação com a SMPM não foi por meio de entrevista, utilizaram-se outros recursos; participar de algumas oficinas que a própria Secretaria ofereceu com integrantes da AM+L e depois refletir com base no que ouviram e no material fornecido.

3.5.5 Escolha do Eixo

Foi necessário escutar várias vezes as integrantes do grupo AM+L, até chegar a explicitar qual seria o foco da pesquisa, o que levou tempo. A definição do eixo sob a qual será elaborado o processo de SE é uma das dificuldades para que possa desabrochar a sistematização que deve ser explicitada aos atores envolvidos e entendida por eles para que não se perca o foco. Até não encontrar um eixo que pudesse desencadear perguntas e subperguntas mobilizaram-se muitos dados.

Por isso, do foco do eixo das relações se organizou o cronograma de entrevistas, a leitura de documentos registrados (atas, apontamentos de reuniões, publicações referentes ao AM+L, fotos, gravações). Clarificou-se que a finalidade do trabalho em conjunto, da SE, não se iria fazer um trabalho de toda a história do grupo. Combinou-se olhar as práticas das relações. O eixo apareceu das dificuldades (problemas) e da criatividade das superações. O foco escolhido representa contenção, dignidade pessoal e coletiva e ao mesmo tempo rupturas distanciamento, contradições.

Fotografia 6 - Encontro de SE, cada integrante da associação expressou com símbolos o significado da produção coletiva



Fonte: Acervo da AM+L

3.5.6 Socialização dos Registros Históricos

No momento posterior, socializaram-se os regulamentos da AM+L, as mulheres explicaram o sentido dos itens e compartilharam o que foi construído por muitas delas, algumas que fazem parte do grupo, e outras que já passaram por ele. A referência à mobilidade de pessoas aparece reiteradamente.

Quando entra uma nova integrante são apresentados os regulamentos da associação para que ela entenda a forma de trabalho. Não é um grupo qualquer, é um grupo de ES. Depois mostraram a documentação escrita e fotos. O contato com a documentação da associação: estatutos da associação, livros de atas, publicações em jornais, na Internet, e apontamentos de reuniões foram momentos importantes no início da partilha do processo histórico. As mulheres que não fizeram parte do início do grupo se mostraram interessadas em

conhecer, fizeram perguntas que exigiram rememorar determinadas práticas. Percebe-se a diferença de pessoas que vivenciaram um processo por mais tempo e aquelas que entraram depois. A diferença, a curiosidade e o assombro foram elementos que colaboraram no diálogo entre elas.

Com a colaboração de uma das mulheres, organizou-se o material documentado. Depois houve o tempo de leitura pessoal para organizar a informação, levantar questionamentos e esclarecer dúvidas nos próximos encontros. Este material foi de apoio na elaboração das perguntas e subperguntas que se apresentam nos quadros seguintes. O material documentado das atas foi escrito por um longo período pela mesma pessoa. Em um ano e meio, há treze atas que relatam a necessidade de organizar-se internamente ou de organizar-se para cumprir com a demanda das instituições que recebem apoio, para comparecer às reuniões, para ir às feiras da municipalidade, às feiras de ES em Santa Maria, para assistir aos cursos, para fazer trâmites etc. A palavra organização está escrita reiteradamente. Nos momentos das entrevistas, levaram-se em conta dados que emergem da leitura das atas, das fotos e dos símbolos do grupo (camisetas, pôsteres).

As narrativas feitas por meio de imagens, símbolos, fotos criaram um clima de empatia e de apropriação da história. O material que se pode visibilizar traz lembranças, é um facilitador para o diálogo, evoca expressões relacionadas ao espaço, à corporeidade. Facilmente as participantes reconhecem a escassez dos recursos com que iniciaram e o que alcançaram hoje.

Fotografia 7 - Fases do Processo da AM+L



Fonte: Acervo da AM+L

Fotografia 8 - Local onde se iniciou a AM+L.



Fonte: Acervo da AM+L

Fotografia 9 - Celebração no dia da Inauguração do local atual da AM+L.



Fonte: Acervo da AM+L

Conversou-se com as mulheres da AM+L, a maioria delas, pois iniciaram um processo de alfabetização no projeto Coruja⁴⁸ ou com pessoas conhecidas. Atualmente, 85% das integrantes participam do processo de alfabetização. Este

⁴⁸ A sigla do Projeto Coruja significa Construção e Releitura do Universo dos Jovens e Adultos. Tem como lema Ler, Escrever e Libertar. A parceria entre Banco do Brasil (BB) e SMED iniciou em 2005 e já formou 1,375 pessoas em São Leopoldo.

dado trouxe o desafio da linguagem, da comunicação e também a decisão de que o texto escrito desta sistematização de experiências fosse feito pela pesquisadora, com o compromisso de que elas pudessem ter acesso a ele e fazer sugestões. Antes de tomar esta decisão, dialogou-se com pesquisadores/as que trabalham com esta metodologia, e o conselho foi que, dependendo do grupo e do tempo, é possível que uma pessoa redija o texto, mas o grupo deve tomar conhecimento do que foi escrito, para que ele se sinta reconhecido e possa fazer alterações. Optou-se por esse caminho, levando-se em conta o tempo e as possibilidades do grupo.

3.5.7 A Produção Coletiva de Dados

Após a organização do material histórico, iniciou-se a produção coletiva de dados por meio das entrevistas semiestruturadas coletivas e pessoais. As entrevistas coletivas se realizaram na sede da AM+L e com representantes do Tecnosociais da UNISINOS. Durante os encontros coletivos, surgiram informações e perguntas que demandaram outras vozes que estão ou estiveram vinculadas ao processo da organização da associação. Sem perder o foco das entrevistas coletivas, contudo, devido à necessidade de outros dados realizaram-se entrevistas pessoais com ex-integrantes da associação, com uma professora da UNISINOS, vinculada aos/às estagiários/as que estiveram no projeto da associação, apresentado a UNISOL, com uma estagiária, com uma estudante voluntária, com pessoas vinculadas ao poder público. No total, foram oito entrevistas: cinco realizadas pessoalmente, algumas delas gravadas, outras as pessoas preferiram que não fossem gravadas, e três realizadas via e-mail.

Participou-se com as integrantes da AM+L de algumas oficinas que a própria Secretaria ofereceu e depois se fez reflexão sobre as falas e o material fornecido.

As entrevistas coletivas foram gravadas para se ter a possibilidade de escutá-las novamente. Este recurso facilitou a organização do material em tópicos. As perguntas para as entrevistas com as mulheres da AM+L foram refeitas várias vezes, até chegar-se a formular três perguntas principais, e as subperguntas surgiram no diálogo e nas escutas.

As entrevistas foram organizadas em quadros com os tópicos das respostas. Não se realizou quadro das entrevistas pessoais das ex-integrantes da associação

nem de uma estagiária entrevistada por e-mail, nem das pessoas que trabalharam voluntariamente, e suas falas foram consideradas redação.

A opção de fazer quadros com perguntas e subperguntas e colocar os tópicos das respostas é uma forma de organizá-las e visibilizá-las para relacionar continuidades, rupturas, reproduções etc. São quadros que ajudam a abrir, expandir a complexidade, mas há perguntas em cada quadro que são um marco, que colaboram para focalizar a temática das relações. Há um cuidado de abrir, de escutar várias pessoas e também de fechar para dar conta dos objetivos.

Logo se inicia com detalhes o processo de autoindagação dialógica. Não só aparecem perguntas e respostas, emergem subperguntas. Encontram-se perguntas subperguntas e tópicos das respostas relacionadas aos encontros realizados no próprio grupo, e as leituras do material documentado que também foram socializados por elas. Perguntas e tópicos das entrevistas realizadas com representantes do Tecnosociais (UNISINOS) e com uma representante do grupo de pesquisa da Engenharia Civil da mesma universidade. Perguntas e tópicos relacionados com os representantes do poder público que mais relação tiveram ou têm com a AM+L. Apontam-se ainda tópicos das mudanças políticas na municipalidade que interferiram nas relações que também foram alvo da reflexão.

3.5.8 Autoindagação Dialógica: perguntas principais e subperguntas na AM+L

As perguntas principais, amplas, foram pesquisadas, partindo-se de fatos marcantes (*hitos* em espanhol) que o coletivo da AM+L trouxe e foram pensados, levando-se em conta aspectos dos objetivos específicos, principalmente os objetivos das relações do processo interno do grupo com outras instituições e do processo de gestão e formação. Os próprios fatos apontados nas entrevistas suscitaram subperguntas nas participantes do grupo e em quem pesquisa.

É um processo de autoindagação que aponta para um processo de apropriação, pois nem todo processo vivenciado é de apropriação. A metodologia de sistematização por meio da autoindagação sobre fatos do processo possibilita a releitura e a apropriação de alguns momentos chaves e orienta para identificar os desafios teóricos que influenciam nas práticas dos grupos, nos passos e descompassos.

Os fatos e momentos importantes que as integrantes da AM+L nomearam foram assumidos durante dois anos e meio durante as entrevistas semiabertas pessoais e coletivas, enriquecidos por fotos, relatórios, atas, material impresso e *on-line* para atingir os objetivos do trabalho. Em alguns encontros, estiveram presentes a maioria das integrantes, mas em outros não. Foi necessário fazer reuniões, repetindo as mesmas perguntas para poder escutar todas, além de considerar o tempo de concentração e o tempo de que podiam dispor para esta reflexão no meio do trabalho. Nas devoluções dos textos escritos, surgiram outras indicações e reflexões que foram incorporadas no momento das reuniões. Mostrar o que fora realizado facilmente abria para as correções e complementações, dadas as características do grupo de desenvolver mais as potencialidades da oralidade que da escrita. Nos encontros, houve momentos de entrevistas coletivas que duraram mais de uma hora e trinta aproximadamente, que se alongaram com a utilização de outros instrumentos: fotos, vídeos que facilitaram a continuação da reflexão. Alguns exemplos foram os vídeos de Economia Solidária e a fábula *Águia ou Galinha* de Leonardo Boff.

O quadro nº 2 visibiliza passos desta prática metodológica. As três perguntas amplas e as subperguntas possibilitam desenvolver os objetivos específicos, pois focalizam relações do processo do grupo e das relações com as diferentes instituições. O quadro facilita a ordenação e a análise das narrativas. Colocam-se tópicos das respostas em forma descritiva e conservam-se expressões próprias das entrevistadas que se indicam com aspas. As expressões próprias das pessoas da associação trazem representações sociais que as histórias oficiais muitas vezes deixam fora, menosprezando-as, por “não serem científicas”. Neste quadro, são recolhidas intencionalmente para compreender o caráter polifônico do texto oral e escrito. Não se idealizam as expressões do grupo, sabe-se que as expressões organizadas das resistências sociais e populares também configuram versões oficiais, hegemônicas sobre sua história, mas para analisar, criticar e socializar, parte-se do contexto do cotidiano onde se reproduzem ou se questionam sistemas de relações sociais.

Quadro 2 - Perguntas Amplas, Fatos marcantes, Subperguntas e comentários

Perguntas Amplas	Fatos Marcantes (<i>hitos</i>)	Subperguntas	Comentários
1. Que fatos e relações foram importantes na formação da AM+L?	<p>- Voluntariado em Ação na Escola Amadeo Rossi.</p> <p>- Conhecer outros grupos: cooperativas, associações na UNISINOS e as visitas aos próprios grupos incubados pelo Tecnosociais.</p> <p>- Conhecer a Sra. Odete da ARDI.</p> <p>- O tempo em que o grupo esteve na Associação Vila São Jorge.</p> <p>- A relação com a Prefeitura de São Leopoldo e com a Secretaria do Meio Ambiente.</p> <p>- A incubagem, a relação com Tecnosociais e com UNISOL.</p> <p>- Limpar e reformar o espaço da AM+L.</p> <p>- Inauguração da AM+L no novo local cedido pela Prefeitura de São Leopoldo com mediação da UNISINOS.</p> <p>- Segunda reforma da AM+L.</p> <p>Licenciamento ambiental.</p>	<p>- Como surgiu a iniciativa da AM+L?</p> <p>- Qual foi a necessidade que vocês tiveram no início do grupo? Qual foi o grito, o problema que tiveram?</p> <p>- Que valor ou valores vocês percebem que foram importantes para a formação do grupo? Que dificuldades teve o grupo?</p> <p>- Quem colaborou para que vocês aprendessem a fazer o sabão?</p> <p>- Como iniciou a relação com a UNISINOS?</p> <p>- Por que deixaram a Associação São Jorge para ir para Bairro Pe.Reus? Tiveram dificuldades no novo local? Quais? Quanto tempo levou a reforma do local e como conseguiram conciliar a produção com a reforma?</p> <p>O que é licenciamento ambiental? Quanto tempo demorou para conseguirem?</p>	<p>Cozinhar juntas no voluntariado foi o ambiente para confiar alegrias e dificuldades. Desafios do trabalho coletivo, do cotidiano, das relações familiares, questões de gênero se expressam neste espaço.</p> <p>O grito das mulheres: ter uma renda para todas. Valores apontaram o trabalhar juntas com as irmãs e com os/as voluntários/as. Apontaram como momentos bons a prática das reuniões após o almoço onde avaliavam o dia e partilhavam sua vida, dores e alternativas, o momento "nosso". "Sempre tivemos essa costume"</p> <p>- Tempo de muitos aprendizados e de crescimento do grupo no meio de um espaço precário.</p>
2. De que maneira a relação da AM+L com as outras instituições tem influenciado os processos administrativos, organizativos e comunitários?	<p>- O traspasso de uma parte do óleo saturado da coleta seletiva de São Leopoldo permitiu administrar melhor o trabalho e o rendimento.</p> <p>- A colaboração de irmãs da CMCR, as representantes do Tecnosociais e da UNISOL para a reforma do novo local e para a organização Administrativa.</p> <p>- Os estagiários de psicologia da UNISINOS ajudaram na organização do próprio grupo e nas relações com outras instituições.</p> <p>- O licenciamento ambiental foi encaminhado pela Engenharia Ambiental da UNISINOS, Tecnosociais</p>	<p>- A participação das instituições que mais trabalham com vocês em que têm colaborado e quais as dificuldades ou tensões?</p>	<p>- O trabalho em rede possibilitou que o grupo se abra não só na cidade, mas também em outros espaços e estados.</p> <p>- "Foi através dos cursos do Tecnosociais que conhecemos a Economia Solidária, antes participava uma de nós no Fórum de Economia Solidária, mas agora todas fomos aos cursos". Conheceram outros grupos de reciclagem da cidade. "Eles ganham mais que nós e não têm o desafio de vender seus produtos."</p> <p>- Viajaram a Santa Maria, a São Paulo, a Minas Gerais, a Belo Horizonte,</p>

	<p>e o próprio grupo tiveram que trabalhar em conjunto para obter a permissão. O poder público, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, entregou o licenciamento e explicou os passos a cumprir.</p>		<p>Manaus, “impensável para nós, se abriu um mundo!”. Fizeram-se conhecer, dando palestras e divulgando seus produtos em diferentes escolas, fábricas, uma alternativa diante dos impedimentos legais.</p> <p>-Dificuldades legais, jurídicas que impedem as vendas dos seus produtos.</p> <p>-Dificuldades no trabalho em conjunto no grupo.</p> <p>-Dificuldades com parceiros: “nos sentimos cobradas, exigidas por alguns parceiros.”</p> <p>-Chega pouco óleo saturado no caminhão da coleta seletiva, dificuldade que está sendo revisada por diferentes instâncias.</p> <p>-Tudo o que a Secretaria do Meio Ambiente exige no licenciamento já se está fazendo na AM+L. Igualmente tem que cuidar os prazos para renovação. O processo do trâmite do licenciamento ambiental levou quase dois anos.</p>
<p>3. Que resultados deste processo vocês recolhem e que desafios apontam?</p>	<p>-Trabalho coletivo feito por elas.</p> <p>-As vendas dos produtos</p> <p>-Creche para poder deixar os/as filhos/as das integrantes do grupo.</p>	<p>Quais foram as principais aprendizagens para o trabalho da AM+L e para a vida de vocês?</p> <p>Os principais desafios para o crescimento do grupo?</p> <p>As principais aprendizagens do processo desta reflexão?</p>	<p>Relacionadas com o crescimento pessoal e com falar diante de diferentes públicos.</p> <p>As vendas dos produtos. Que as novas integrantes entendam o espírito da ES e do trabalho em grupo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

3.6 Associação Mundo + Limpo: autoindagação

Que fatos e relações foram importantes na formação da AM+L?

De que maneira a relação da AM+L com as outras instituições tem influenciado nos processos administrativos, organizativos comunitários?

Que resultados deste processo vocês tiram e que desafios apontam?

As três perguntas são como os ramos de uma árvore, ajudam a estender a temática. Nos diálogos, as pessoas respondiam, vinculando-as com as outras, por isso o quadro três focaliza alguns tópicos das respostas e visibiliza a relação de trânsito, próprio da complexidade das relações.

Quadro 3 - Tópicos recolhidos da Autoindagação da AM+L

Pergunta ampla nº 1	Que fatos e relações foram importantes na formação da AM+L?
<p>Subperguntas Como surgiu a iniciativa da AM+L?</p> <p>-Qual necessidade vocês tinham no início do grupo? Qual problema se destacava?</p>	<p>Relação com Voluntariado em Ação na Escola Estadual Amadeo Rossi.</p> <p>1.1. - 2002 e 2007- O Voluntariado em Ação foi um projeto pastoral da Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado desenvolvido na Escola Estadual Amadeo Rossi junto à comunidade do bairro Vila Teresa e Cohab Duque. Durante este período, encontravam-se todos os sábados mulheres jovens para cozinhar e realizar projetos educativos e de lazer para as crianças e adolescentes. Os diferentes projetos foram elaborados junto com universitários/as, que eram voluntários/as e com as pessoas da própria comunidade. Havia reuniões de projeção e reflexão dos projetos primeiro semanalmente, depois a cada quinze dias. O grupo de todos os voluntários/as universitários/as e pessoas da comunidade participavam nas reuniões que aconteciam no próprio bairro e também na CMCR. Nas reuniões ampliadas, em várias oportunidades, houve a colaboração de diferentes profissionais: psicólogas, educadores populares, assistentes sociais, nutricionistas, administradores e pessoas que traziam o conhecimento das políticas públicas da região. Desde o início, o projeto se desenvolveu na comunidade como um espaço educativo e de lazer. Criou-se um ambiente familiar, de compartilhar alegrias e dificuldades, principalmente no grupo da “cozinha”.</p> <p>1.2- O problema do desafio emerge com toda a sua força em 2006 -2007, o grito das mulheres aconteceu em muitos encontros na cozinha. Nas conversas, elas revelavam uma angústia em comum: “Não encontramos trabalho e não temos muitas vezes como sustentar nossos/as filhos/as”. As histórias das mulheres traziam uma semana de sofrimentos de necessidades vitais, não bastavam as atividades voluntárias. O grito se acolheu como o problema a resolver comunitariamente. Iniciou-se um período de escutar e de buscar como sobreviver em grupo e não individualmente.</p> <p>Um valor que o processo gerou ao longo dos anos de gestação foi a capacidade de buscar juntas alternativas de sobrevivência, e não cada uma sozinha. A solidão e a tristeza do trabalho nas fábricas ou a impossibilidade de encontrar lugar para deixar seus filhos/as geraram tristeza, desesperança. Diante destas dificuldades, desde o início, o grupo fez um acordo de buscar uma alternativa todas juntas, e não individualmente, de trabalho, “serviços”. Em julho de 2007, o grupo começou a se encontrar na escola Amadeo Rossi para receber cursos de capacitação sobre o reaproveitamento de óleo saturado de cozinha para produção de detergentes, desinfetante e sabão em barra. O curso foi no próprio local onde as mulheres se encontravam para outras atividades voluntárias, mas os cursos eram esporádicos e com pouco material.</p> <p>Metodologia: Em primeiro lugar, escutou-se a realidade delas e detectou-se que era comum a dificuldade. Elas se reconheceram umas às outras nas falas e iniciou-se um tempo de procurar alternativas. O grupo de mulheres que se organizou para buscar um trabalho coletivo iniciou em 2007.</p> <p>Uma dificuldade que tiveram que vencer foi o espaço onde realizar a produção dos sabões: Em agosto de 2007, o grupo Mundo + Limpo iniciou seu projeto em São Leopoldo, na Associação de Moradores do bairro São Jorge, em um espaço comunitário. Nesse tempo, três integrantes do grupo moravam no próprio bairro.</p>

<p>Que valor ou valores vocês percebem que foram importantes para iniciar a formação do grupo?</p>	<p>1.3 Ao iniciar, estabeleceram alguns critérios de organização. O primeiro foi a Regra de Ouro: “Não faço ao outro aquilo que não gosta que me façam”, que marca uma orientação para as relações, principalmente no próprio grupo. Outro critério, um acordo do grupo de deixar-se um tempo para apreender a fazer bem o sabão, investir na qualidade dos produtos e o terceiro foi seguir participando do Fórum de Economia Solidária. É um grupo que quer crescer com as orientações da ES.</p>
<p>Que dificuldades tiveram que vencer?</p>	<p>Neste período, <i>relacionaram-se com a Cáritas de Novo Hamburgo, por meio da qual</i> participaram de vários cursos em que aprenderam a fazer sabão. Elas recordam com carinho a professora de química Carini que lhes ensinou a fazer sabão. A experiência de organizar-se para ir a Novo Hamburgo e participar dos cursos foi um fato importante para o grupo. Duas relações que apareceram nas narrativas e que não estão explicitadas nos objetivos específicos foram: a relação da AM+L com a Cáritas de Novo Hamburgo e com o Fórum de Economia Solidária. Destaca-se o apoio da Cáritas em cursos e na elaboração de um projeto elaborado por seu coordenador, que foi encaminhado para a Petrobrás, no início da formação do grupo. Esse incentivo possibilitou o investimento em insumos para produção, material de divulgação e aulas de químicas. A vinculação com a Cáritas Diocesana oportunizou exercitar-se na prática de fazer sabões, tiveram professoras de química, instrumentos, materiais e espaço adequado para aprender. Quando chegaram a seu espaço na associação de bairro, tiveram dificuldades: o material de trabalho escasso e o espaço limitado. Relataram como tiveram criatividade, sacrifício e perseverança para fazer as receitas, combinando as medidas certas e aprendendo que a receita depende também do estado do tempo (muita umidade, pouca umidade) com instrumentos precários. A expressão narrada foi: “Fazer o sabão no próprio local não foi fácil, mas conseguimos”.</p>
<p>-Que critérios colaboram na gestão e na formação do trabalho da AM+L?</p>	<p>-Quando se iniciou a relação com o Fórum de Economia Solidária, o grupo decidiu que uma delas participasse nas reuniões. No fórum, revelou-se que a Prefeitura de São Leopoldo podia ceder um local que estava abandonado para um projeto de ES. As mulheres logo manifestaram seu interesse, e o próprio fórum considerou que a participação do grupo tinha sido importante e começaram a agilizar as negociações. Depois veio a mediação da UNISINOS. Fizeram campanhas de conscientização no próprio bairro e na Escola Amadeo Rossi de como reciclar o óleo saturado, solicitavam que o óleo fosse entregue para o grupo e divulgavam seus produtos. Foi um tempo de aprendizado da técnica do sabão e da consciência do cuidado com o meio ambiente, principalmente se apropriaram de dados de poluição do Rio dos Sinos.</p>
<p>Como iniciou a relação com a UNISINOS?</p>	<p>1.6- O primeiro contacto com a UNISINOS foi por meio do Programa Trabalho, no Instituto Humanitas Unisinos (IHU) “Conversas do Trabalho”. Cristina G., que trabalhava no IHU e que é integrantes da AM+L, ficou sabendo que o Programa Trabalho, coordenado pela Profa. Dra. Marilene Maia, oportunizara um encontro chamado “Conversas do Trabalho” no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, que tratava de experiências de trabalhos de cooperativas e trabalhos informais de grupos. Podiam participar pessoas que tivessem interesse em conhecer as experiências para partilhar seus desafios e saberes. A participação da Sra. Odete Maria Faustino Spies neste encontro do Programa de Trabalho no Instituto Humanitas Unisinos – IHU oportunizou a troca de saberes, de perguntas e de propostas, e ela propôs ao grupo de mulheres que hoje formam a AM+L fazer um grupo de geração de renda que ao mesmo tempo cuidasse do meio ambiente. A Sra. Odete Spies é fundadora da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos (ARDI). Foi importante sua intervenção pela descontinuidade que ocasionou no pensar e no fazer do grupo de mulheres. O grupo nunca tinha imaginado fazer sabão com óleo saturado, nem sabia fazer. As associadas estavam pensando em fazer pão ou outra proposta relacionada à alimentação. A sugestão foi uma prática diferente com relações de cuidado ao meio ambiente e de sustentabilidade. No processo, houve um deslocamento de horizonte, de projeção. A metodologia desta prática foi participativa e crítica. A escuta e a cooperação estiveram imbuídas de dados da realidade da região expostas pela professora</p>

<p>Na gestão do grupo, qual foi a participação de estudantes da UNISINOS?</p>	<p>Marilene Maia e pelos diferentes grupos que participaram do encontro. Observou-se que poucos projetos sociais trabalham conjuntamente o desafio da geração de renda e o cuidado ambiental.</p> <p>Valores aprendidos desta prática: buscar outras experiências, aprender com a fala dos integrantes das cooperativas, das associações, dos/as professores/as que assessoram grupos de cooperação, levando em conta os desafios da realidade e da região.</p> <p>No ano 2007, iniciou-se um vínculo de aproximação, não de incubagem, com o Programa Tecnosociais por intermédio da Profa. Vera Regina Schmitt. O grupo buscou sua assessoria profissional. A professora participou em uma reunião que se realizou na Associação São Jorge. O grupo narrou seus sonhos e suas dificuldades, a pergunta deste momento foi: Por onde iniciar? Ela aconselhou pesquisar na comunidade, no próprio bairro, quais eram as necessidades locais, as competências para colocar o produto. O grupo se organizou e fez uma dinâmica da educação inaciana, analisando os prós e os contras das possibilidades de ser um grupo para se dedicar ao ramo da alimentação (cucas, pão) ou para produzir sabões. Integraram outras dimensões, principalmente o desafio ambiental que apontou a Sra. Odete da ARDI: São Leopoldo não tem ninguém que faça a reciclagem de óleo saturado. Aproximadamente dois meses levou o discernimento que indicou por onde o grupo se projetou.</p> <p>Esta metodologia foi proposta por Cristina Giani. É conhecida dentro da espiritualidade inaciana, foi aceita pelo grupo e pela Profa. Dra. Vera Regina, então coordenadora do Tecnosociais. As categorias tempo, realidade do grupo e da região foram importantes no processo de tomada de decisões.</p> <p>1.7- Em 2008 e 2009, o grupo foi conhecido por universitários/as. A Comunidade Missionária convidou estudantes da UNISINOS para auxiliar na administração e nos problemas de vínculos pessoais e grupais. Os estudantes não eram estagiários, e sim voluntários. Desenvolveram atividades vinculadas a seus estudos e às necessidades do grupo. Ensinar a fazer o registro das vendas, dos materiais, colocar um preço adequado para as vendas e para as necessidades do grupo e realizaram dinâmicas que incluíam símbolos, gestos e reflexão dos processos grupais. Os/as estudantes foram acompanhados na sua dinâmica pedagógica de integração e de reflexão por pessoas da comunidade missionária que tinham mais de dez anos de experiência e reflexão nos processos de integrar estudantes e profissionais a um trabalho de educação popular. Os voluntários tinham seu tempo para refletir, para fazer perguntas com base no que ouviam das pessoas do grupo.</p>
<p>Como foi a relação com a comunidade, com o bairro?</p>	<p>1.8 Em 2008, “Fizemos duas campanhas de conscientização sobre o cuidado do Rio dos Sinos, a necessidade de não atirar o óleo usado na pia ou na terra, na Escola Amadeo Rossi e na vila São Jorge”. A Escola Amadeo Rossi e a vila São Jorge foram lugares de recolhimento de óleo saturado. Além disso, recolhiam o óleo em seis locais (lancharias, pastelarias e restaurantes) de São Leopoldo. Em certas semanas, recolhiam 80 litros de óleo saturado. “Não recolhemos mais porque não tínhamos nem local para armazenar nem transporte”. O ano de 2008 foi um tempo de conscientização, apropriação de dados da realidade ambiental, principalmente da poluição do Rio dos Sinos.</p>
<p>Como chegaram a dialogar com o Prefeito de São Leopoldo?</p>	<p>1.9- Em 2009, aconteceu a relação com o Poder Público mediado pela Cáritas Diocesana de Novo Hamburgo. Cláudio Shaab, coordenador da Cáritas de Novo Hamburgo, junto com o Pe. Flávio Correia, integrante da equipe de coordenação da Cáritas, Cristina Giani, integrante do grupo de mulheres e a autora desta tese, falaram com o Prefeito Ary Vanazzi e com o Secretário do Meio Ambiente, Darci Zanini, de São Leopoldo. No encontro, apareceu o que este grupo de mulheres já vinha fazendo para sua sobrevivência e para o cuidado ambiental da cidade. Este encontro foi marcante e desencadeou um processo de articulações entre o grupo e o poder público, a Secretaria do Meio Ambiente. A proposta do Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, e do Secretário do Meio Ambiente, Zanini, foi apoiar o grupo, fazendo chegar o óleo saturado da cidade por meio do caminhão da coleta seletiva, realizada pela Secretária da Limpeza da Cidade - SELIMP.</p> <p>1.10 -“Precisávamos um local fixo para trabalhar”.</p>

<p>Por que deixaram a Associação São Jorge para ir para o Bairro Pe.Reus?</p> <p>Tiveram dificuldades no novo local?</p> <p>Quanto tempo levou a reforma do local e como conseguiram conciliar a produção com a reforma?</p> <p>Quanto tempo demorou?</p>	<p>- “Não foi pelo bairro Padre Reus, foi o local que nos ofereceram no Fórum de Economia Solidária”.</p> <p>- “Sim, além de estar sujo sem luz, com os canos estragados, no local que a Prefeitura nos emprestou, viviam moradores de rua e foi difícil limpar o espaço e buscar um diálogo com eles. Antes de vir para o novo local, tivemos que ir para a casa de uma das integrantes do grupo. Não foi fácil o tempo de espera para ter o local. Levou <i>tempo</i> a acomodação e trouxe o desafio da disputa com os moradores de rua. Ainda hoje há um morador de rua. Organizar o local leva tempo, somos poucas, trabalha-se com óleo saturado que tem que ser coado, chega sujo e não é fácil de manter o local arrumado”.</p> <p>1.11- O primeiro passo foi providenciar a reforma da instalação elétrica, tirar as umidades em todas as paredes e foi difícil conciliar a construção da obra (o pó, a falta de água) com o espaço para poder trabalhar. Além das vezes que, pela chuva ou por outros problemas, os construtores não iam trabalhar. Nesse tempo, tiveram uma encomenda de 2000 sabões para a empresa Stihl e foi com a ajuda dos recicladores da Feitoria que deram as formas para fazer os sabões e com a ajuda das irmãs que conseguiram levar o material para fazer os sabões em outro local. “Choveu muito nesse tempo, e os sabões demoram em secar, mas entregamos 2000 mil sabões.”</p> <p>A reforma do local foi possível pelo apoio econômico do projeto da UNISOL, encaminhado pelas professoras da Engenharia da UNISINOS. Houve dificuldades na tomada de decisões da gestão do projeto que incluía a reforma. O projeto relacionado com a UNISOL finalizou em março de 2012. Algumas reformas que estavam no projeto não foram concluídas.</p>
<p>Pergunta ampla nº 2</p>	<p>De que maneira a relação da AM+L com outras instituições tem influenciado nos processos administrativos, organizativos?</p>
<p>Subpergunta da pergunta 2. Quem colaborou na organização, na gestão do grupo?</p>	<p>2.1- “A Prefeitura de São Leopoldo, as irmãs da CMCR e Tecnosociais da UNISINOS”</p> <p>O traspasso de uma parte do óleo saturado da coleta seletiva de São Leopoldo permitiu administrar melhor o trabalho e o rendimento. Elas têm que coar, chega muito óleo sujo que não tem condições de ser aproveitado e elas têm que buscar o destino. Ter o óleo permite iniciar o processo de produção.</p> <p>As irmãs incentivaram a participação em cursos. Ensinaras muitas vezes a fazer o livro caixa. Todas as semanas há uma reunião, e o grupo se organiza.</p> <p>Em 2009, a incubagem da AM+L no projeto Tecnosociais UNISINOS foi um momento significativo. A partir da Incubagem no Tecnosociais, as associadas participaram nos cursos de Economia Solidária que ajudou na troca de experiência dos grupos e cooperativas e na compreensão do que é ES. As participações nas Feiras Populares da Cidade de São Leopoldo e na Feira de Economia Solidária em Santa Maria ajudaram a conhecer outros grupos e a organizar e qualificar os produtos. O projeto de Incubadoras da UNISINOS auxiliou na gestão administrativa, na busca de pessoas para qualificar os produtos, nas relações com o poder público e com as professoras de Engenharia Ambiental.</p> <p>Em 2009 e 2010, a Profa. MS Amanda Gonçalves Kieling, de Engenharia Ambiental pelo Tecnosociais, chegou ao grupo para ver a qualidade dos produtos. Ela introduziu um novo produto: sabonetes, e o grupo assumiu esta nova linha de produção e começou a fazer durante dois meses cursos nos laboratórios de Química da UNISINOS. Foram acompanhadas por professoras e estudantes. Aprenderam extração das essências de resíduos de sementes, folhas, cascas, flores e frutas. O aprendizado tecnológico e o domínio da técnica oportunizou uma melhora na qualidade dos produtos. As participantes do AM+L aprenderam a técnica, mas não têm os instrumentos para continuar a produção. O aprendizado foi válido, mas não podem aplicar para continuar melhorando a qualidade dos produtos.</p> <p>Em 2009, no 12º Concurso Banco Real / Universidade Solidária, o Tecnosociais participou de edital com o Projeto para Qualificação do Grupo Mundo + Limpo: “Aproveitamento de Resíduos na Elaboração de Produtos de Limpeza e Higiene”, em parceria com a Profª Dra. Feliciane Andrade Brehm, do PPG de Engenharia Civil e da Profa. MS Amanda Gonçalves Kieling, do Curso de</p>

	<p>Engenharia Ambiental. Entre centenas de concorrentes, a proposta foi contemplada para ser executado em 2010, com recursos no valor de R\$ 40.000,00. Após avaliação, as entidades financiadoras optaram por renovar o convênio para 2011, com aportes financeiros também no valor de R\$ 40.000,00.</p> <p>O projeto apresentado ao Banco Santander – Universidade Solidária, que foi escrito pelas professoras da Engenharia Ambiental, incluiu quinze estagiários de diferentes áreas.</p> <p>Neste período, foram integrando-se outros/as professores/as e estagiários/as. A gestão do dinheiro do projeto num total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ficou nas mãos das professoras da UNISINOS. Entretanto, quanto foi destinado ao projeto AM+L as associadas não sabem.</p> <p>Metodologia: O grupo foi percebendo como essa decisão de enviar um projeto sem ser elaborado, baseado apenas em conversas e prioridade do grupo foi perpassado por dores e silêncios. A prática demanda uma reflexão que vai ser analisada em outro momento da tese. O atravessamento sacudiu e fez repensar quem decide pelo grupo. Como é o processo de tomada de decisões do grupo com as instituições que o apoiam? Esta experiência marcou o processo de relação com a Universidade que se desenvolvia na perspectiva de cooperação. Continua o processo com tensões e silêncios, no grupo e na academia.</p> <p>2.2- “As parcerias trazem coisas boas, mas demandam muitas reuniões (tempo e dinheiro para as passagens), exigem coisas que, pelo reduzido número de pessoas, não se pode acompanhar”. Comunicação pouco organizada, “ligam com pouco tempo para marcar às reuniões e o custo do transporte é um problema para nós”</p> <p>2.3- “É reunião no Fórum de Economia Solidária, na UNISINOS com o Tecnosociais e com as professoras de Engenharia Ambiental, com a SELIMP, com a SEMEDE, com a Secretária do Meio Ambiente, com a Secretária da Mulher, ir nas escolas divulgar o projeto pela Secretária da Educação...Temos que fazer os produtos e sair a vender porta a porta ou levar a entrega a Porto Alegre no trem. As parecerias são boas, mas demandam muito tempo. Temos que administrar o tempo de reuniões, pois fica pouco para a produção e como não temos nota fiscal é difícil vender”.</p> <p>A organização é quase sempre tema das reuniões de todas as semanas.</p> <p>2.4- Todas as semanas, o grupo se reúne para organizar seu trabalho no local e para dar conta de participar nas diferentes reuniões solicitadas, seja pelo poder público, seja pela universidade, além de precisar sair para vender os produtos. A organização é a temática que mais aparece no Livro de Atas da AM+L. Organizar-se para cumprir o horário do trabalho, organizar-se para comparecer aos diferentes locais solicitados, organizar-se para acolher e acompanhar novas mulheres.</p> <p>2.5- Para que a organização e as relações na AM+L fossem melhorando, o Tecnosociais colaborou, conseguindo estagiários de psicologia, que semanalmente se reúnem com o grupo.</p> <p>2.6- “Há diferença de critérios políticos entre eles, um dia vêm uns de uma Secretaria, outro dia vem de outra Secretaria, e todos querem que o grupo responda a suas expectativas” Há muitas promessas, mas tudo vai devagar e sempre terminamos no mesmo: na nota fiscal e no licenciamento ambiental e que somos poucas.”</p> <p>2.7- “Agora terminamos a parceria com o projeto da UNISOL, não foi fácil para nós nem para elas.”</p> <p>2.8- “ Fizemos muitos planos para organizar-nos e sair a vender, mas são poucas as que gostam de sair a vender porta a porta”. A venda dos produtos se aponta como uma dificuldade.</p> <p>2.9- “Carolina Molina e a Técnica Renata Hahn, do Tecnosociais ajudam na administração, na assessoria do livro caixa, no registro das horas trabalhadas, levamos muito tempo para aprender, quando uma aprende, depois de um tempo se vai e tem que iniciar tudo de novo com outra”. Há uma rotatividade de pessoas, o núcleo que permanece fixo é pequeno.</p>
Pergunta Ampla nº 3	Que resultados deste processo vocês tiram e que desafios apontam?
Subperguntas	3.1-“A alegria de ter algo feito por nós”!

Quais foram as principais aprendizagens para o trabalho da AM+L e para a vida de vocês?	3.2-“A importância do trabalho coletivo, a força do grupo eu aprendi aqui. Não é fácil trabalhar em grupo”. 3.3- “Acho que as escolas deveriam ensinar a trabalhar em grupo”. 3.4-“Sair de minha casa e ter que falar no grupo, nas reuniões”. 3.5 - “Ter que escutar, dialogar e buscar acordo entre nós”. 3.6- “Administrar contas”. 3.7- “Animar-nos quando as coisas não dão certo. Muitas mulheres entraram e saíram”.
Quais foram os principais desafios para o crescimento do grupo?	3.8- “Aprendi a falar com pessoas que nunca imaginava, no Fórum de Economia Solidária, nas escolas com os/as diretores/as, com as professoras e os alunos, com o público nas Feiras de Economia Solidária, conhecemos outros lugares de Porto Alegre e algumas de nós viajamos a São Paulo, Belo Horizonte e Manaus. Para viajar tive que deixar meus filhos e esposo, e eles se arrumaram bem sem mim. Conheci lugares que nunca imaginei. Foi a primeira vez que subi num avião. Estava nervosa, mais as professoras da UNISINOS e a estagiária nos ajudaram”.
Quais foram as principais aprendizagens do processo desta reflexão?	3.9- Apreender a relacionar a vida das pessoas e o cuidado da água, dos rios. 3.10- “Encontrei no grupo apoio para enfrentar a violência e conhecer os locais de apoio na cidade ”. 3.11- ”Nas reuniões, agora eu colocou minha opinião”. 3.12- “Quando uma se desmotiva, tem outra que dá força e assim nos ajudamos”. 3.13- “Não temos nota fiscal, então dá trabalho vender”. “Demora muito tempo os papéis. É complicado para nós”. 3.14- As vendas dos produtos. 3.15- Creche para poder deixar os filhos/as das integrantes do grupo. 3.16-Que as novas integrantes entendam o espírito da ES e do trabalho em grupo. 3.17 “Que as mulheres mais novas do grupo fiquem sabendo mais da história da AM+L”. 3.18 Pensar e partilhar “nossa história”. 3.19 “Gostei de olhar as fotos desde que começou o grupo até agora”. 3.20 “Os encontros de partilha foram com a participação de quase todas, as fotos ajudaram a lembrar-se da história e fomos tirando outras ideias”.

Fonte: Elaborado pela autora

3.7 A Relação da AM+L com a incubadora Tecnosociais da UNISINOS

A incubadora do Tecnosociais está inserida em um programa mais amplo e vincula-se à missão da UNISINOS. Tem um vínculo histórico de atuação da Universidade junto a iniciativas de promoção ao cooperativismo, reunindo professores, técnicos e alunos estagiários.

O Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais/UNISINOS) surgiu em 2004 com a proposta de fomentar e acompanhar sistematicamente empreendimentos de ES, na perspectiva de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social. Busca, desde seu início, promover modelos inovadores e tecnologias de intervenção que levem em conta as dimensões ecossociais e a complexidade do mundo do trabalho.

Localiza-se física e organicamente, no Instituto Humanitas Unisinos (IHU), desde janeiro de 2011 e destaca-se como um dos programas de Ação Social da Universidade, que vai ao encontro de um dos seus principais enfoques, qual seja, a "atenção com a superação da pobreza, com ênfase nas novas tecnologias no mundo do trabalho". Dialoga com a missão da UNISINOS como universidade jesuíta, tornando efetiva a missão da Companhia de Jesus, em relação à diaconia da fé, da promoção da justiça e do diálogo cultural e inter-religioso.

Um dos princípios de ação do trabalho de incubagem é entender a atividade de trabalho como educativa, tanto no sentido da produção de conhecimento técnico como das transformações que ocorrem com o indivíduo no que diz respeito à sua relação com o saber.

Apoia-se no histórico de atuação da Universidade junto a iniciativas de promoção ao cooperativismo, reunindo professores, técnicos e alunos estagiários. Neste aspecto, conta com uma equipe interdisciplinar e estabelece diálogo internamente na Universidade, com diferentes áreas de conhecimento, a fim de atender às diferentes demandas originadas dos empreendimentos. Entende-se que o Tecnosociais tem dado uma contribuição fundamental às atividades de acompanhamento a empreendimentos econômicos solidários, buscando o entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão, articulando vivências e saberes populares, oriundos das práticas da economia solidária, contribuindo na difusão de uma cultura de solidariedade.

Tendo como um dos objetivos específico a relação da AM+L com a academia (UNISINOS) foi realizada uma entrevista com a coordenadora do Tecnosociais⁴⁹, com a técnica administrativa⁵⁰ da incubadora da UNISINOS e com uma representante do grupo da Engenharia Civil da UNISINOS.

Primeiramente, nas entrevistas, buscou-se uma compreensão mais ampla da assessoria aos grupos incubados. Na sistematização de experiência, não se pode desvincular a prática local pesquisada de um processo mais amplo de compreensão, por isso há perguntas mais gerais e depois se focaliza na relação da academia com a associação.

⁴⁹ Célia Severo, assistente social. Coordenadora da Incubadora Tecnosociais da UNISINOS desde dezembro de 2011. A entrevista com ela foi realizada o dia 10.09.2012.

⁵⁰ Renata Hahn, técnica do Programa Tecnosociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Foi entrevista também no dia 10.09.2012.

Foram elaboradas às seguintes perguntas para o diálogo com as representantes do Tecnosociais:

- 1- Quais são as instituições cooperativas e associações que estão incubadas pelo Tecnosociais?
- 2- Qual é a relação do Tecnosociais com o Poder Público? Que tensões e contradições aparecem?
- 3- Quantas pessoas trabalham no Tecnosociais? Há muita rotatividade de pessoas? A que se deve?
- 4- Os objetivos que vocês têm como incubadoras estão conseguindo realizá-los? Que processos observam que foram desenvolvidos e que dificuldades encontram com a AM+L?
- 5- Que desafios apresenta a formação de ES? A formação ambiental não seria um desafio ou não seria competência de vocês?
- 6- Qual o conceito de tecnosociais relacionado com as novas tecnologias? Que novas tecnologias os grupos desenvolvem?

Na entrevista, apareceram elementos que colaboraram para compreender a complexidade das relações. Por isso, das seis perguntas que foram pensadas algumas foram substituídas por outras. No quadro que vem a seguir estão as perguntas realizadas nas entrevistas e os tópicos. A metodologia escolhida possibilita pensar as perguntas e estar atenta a outras dimensões que são fruto do diálogo que trazem elementos novos que não havia no momento de pensar as perguntas. Na entrevista com representantes do Tecnosociais, revelaram-se elementos de maior complexidade, especialmente os diferentes atravessamentos do público e do privado.

Fotografia 10 - Formação de ES com representantes de Tecnosociais.



Fonte: Acervo da AM+L

Fotografia 11 - Formação de ES para os grupos incubados por Tecnosociais – UNISINOS



Fonte: Acervo da AM+L

3.7.1 Tópicos de Respostas a Representantes do Tecnosociais

Agora não estamos diante de um processo de práticas de autoindagação, e sim de uma entrevista coletiva, que permite outras escutas acadêmicas e políticas.

Quadro 4 - Tópicos da entrevista coletiva com representantes do Tecnosociais

<p>1- Quais são as instituições, cooperativas, associações incubadas pelo Tecnosociais?</p>	<p>Atualmente, o Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários incuba quatro grupos. Localizados em São Leopoldo, um é atuante no segmento de artesanato e os outros no segmento da reciclagem de resíduos sólidos e líquidos. Customizações Recriar, Associação de Trabalhadores Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI Vitória, Associação de Reciclagem Nova Conquista e Associação Mundo Mais Limpo</p>
<p>2- De onde provêm os recursos para a incubadora da UNISINOS? 2.1- A escassez de recursos que efeitos traz?</p>	<p>Até 2012, a incubadora recebeu apoio financeiro do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC). Em dezembro de 2012, a incubadora parou de receber o recurso da PRONINC e houve uma redução importante no número de integrantes da equipe. O grupo teve dez integrantes e passou a ter três integrantes e um estagiário. Em primeiro lugar, a redução da equipe traz como consequência uma quebra de vínculos, uma instabilidade no projeto. Temos uma rotatividade de pessoas que está relacionado com o/a profissional que quebra o vínculo com a equipe e com os grupos incubados. O tempo de formação da proposta de ES ficou reduzido e outra dificuldade: chegam várias pessoas aos grupos para dar formação da ES. Não há um trabalho articulado, e os grupos abrem espaço a quem eles desejam, são autônomos. Além disso, não se pode exigir que todos os incubados participem da formação. Seus participantes ganham pelas horas de trabalho. O tempo de reflexão da própria prática é um desafio para os grupos de ES e também para nós (Tecnosociais) com a reduzida equipe de trabalho. Há pessoas dentro da equipe que têm uma carga horária reduzida, quatro horas semanais, trabalham mais pelo sentido e exigência do projeto, só com uma reunião e na elaboração de relatórios se foi o horário. O grupo praticamente teve que iniciar novamente com poucos recursos. Não tínhamos nem material para fazer as oficinas. Estamos repensando o projeto.</p>

<p>Quais têm sido as demandas e os enriquecimentos da AM+L em relação ao Tecnosoicias?</p>	<p>- Demandas: Assessoria técnico-administrativa, assessoria para melhorar a qualidade dos produtos. As professoras de Engenharia Ambiental tiveram uma colaboração importante neste sentido. Outra solicitação foi alguém que colaborasse com o grupo para resolver as dificuldades, os conflitos e ao mesmo tempo dar elementos para a organização do trabalho, projeção de tempo, dinâmicas grupais etc. Conseguiu-se uma psicóloga que, com sua equipe de estagiários, assessoraram o grupo nessas temáticas, porém há um rodízio de estagiários. O problema é que eles trocavam suas metodologias e não conheciam o espírito da ES nem as dimensões de uma educação popular. Realizou-se a colaboração durante dois anos, no início, a cada quinze dias, depois semanalmente. Os profissionais e estagiários que conseguem ter a experiência de acompanhar AM+L se questionam sobre o estudo, o estilo de vida, se enriquecem com os desafios que os grupos trazem e revelam outra situação das quais não se fala nas aulas: a falta de tempo e de pessoas é uma limitação do Tecnosoicias para colaborar com a formação da ES.</p>
<p>4. Por que a AM+L tem mais dificuldades econômicas que outros grupos incubados?</p>	<p>A AM+L não tem nota fiscal para vender seus produtos, faz pouco tempo que conseguiram o licenciamento ambiental e para poder vender os sabonetes ou detergentes líquidos necessitam do licenciamento da ANVISA que requer um técnico químico permanente, e isso está longe ainda. Outra diferença da AM+L de outros grupos é que as cooperativas não têm que se preocupar com as vendas dos produtos, eles os vendem para os atravessadores que os encaminham para as indústrias. No grupo da AM+L, as mulheres têm o desafio da elaboração dos produtos e das vendas e a produção depende do óleo que a Coleta Seletiva entrega.</p>
<p>4.1 Diante das dificuldades com o poder público, o Tecnosoicias faz o papel de mediador com a AM+L ou não?</p>	<p>No caso da entrega da Coleta Seletiva de São Leopoldo, não está nas mãos do poder público. É uma empresa privada que está encarregada desse serviço, e as cooperativas e associações ficam dependendo dela. O contrato foi assinado por vinte anos e quebrar o contrato tem alto custo. A privatização em um espaço público é um dado significativo para enxergar a realidade e fazer a reflexão.</p>
<p>4.1 Diante das dificuldades com o poder público, o Tecnosoicias faz o papel de mediador com a AM+L ou não?</p>	<p>Em várias oportunidades, a equipe do Tecnosoicias tem indicado caminhos para dialogar com o poder público, com o Fórum de Economia Solidária, assessorado trâmites legais, encaminhado pessoas do grupo AM+L para a Secretaria da Mulher, colaborado para a obtenção do licenciamento ambiental através da conexão com o curso de Engenharia Ambiental.</p>
<p>5. Quais são os maiores desafios que a AM+L enfrenta?</p>	<p>-As relações no próprio grupo, o poder centralizado em algumas pessoas de determinados informações, serviços ou cargos é um problema que vemos em quase todos os grupos. O número reduzido de pessoas e as vendas dos produtos. É difícil de romper o círculo. São poucas pessoas e não podem ser muitas porque não há renda suficiente para repartir entre muitas...</p>
<p>6. O grupo da AM+L apresenta algumas fortalezas? Quais?</p>	<p>- O fato de ser um grupo que tenta organizar-se para resistir às lógicas do mercado, não como um grupo isolado mas como parte da ES. -Os produtos que elaboram colaboram para o cuidado ambiental da municipalidade. -Vimos como as mulheres que participam no grupo têm crescido em dignidade, arrumam-se mais, estão contentes, pronunciam sua palavra, têm maior participação nos espaços de políticas públicas, como o Fórum de ES, buscam assessorias em situações de violência familiar, não ficam mais caladas, superaram a vergonha de ir aos diferentes espaços e vender seus produtos. -O apoio das irmãs da CMCR tem sido importante para a formação das mulheres. Isso o grupo e as professoras da Engenharia Ambiental reconhecem.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

3.7.2 A Relação da AM+L com o Tecnosocias abriu Outros Espaços de Relações

Integrantes da AM+L participaram de um encontro com professores/as da Extensão Universitária em Economia Solidária. Elas foram informadas que tinham que participar sábado pela manhã no IHU e que depois acolheriam um grupo de aproximadamente cinquenta professore/as no local de trabalho. Essa foi uma oportunidade para observar as relações dos grupos incubados com a academia. Então a autora desta tese participou do evento, dialogou com professores/as que apoiam e assessoram projetos de incubadoras de ES. Percebeu-se o intercâmbio de saberes e de poderes de conhecimentos. No próprio local do IHU quem mais falou foram os acadêmicos. Trouxeram dados importantes dos avanços e impedimentos da legislação brasileira para os grupos de ES, fizeram vários aportes, e os grupos incubados se expressaram timidamente. Quando o grupo de congressistas chegou ao local de trabalho da AM+L, pediu que lhe explicassem o processo de organização e de trabalho. Houve uma atitude de escuta, e as mulheres foram as protagonistas, explicando o processo de produção e venda dos produtos.

Acompanhar esta prática trouxe enriquecimentos significativos para a tese, os diferentes espaços e os tempos de escutas fazem a diferença para os intercâmbios de conhecimentos, de saberes.

O Tecnosociais fez a mediação entre AM+L e o Programa de Pós-Graduação de Engenharia Civil. Esta relação durou dois anos e trouxe vários benefícios para a academia e para as associadas. A UNISINOS foi premiada e saiu em vários espaços midiáticos. Deu-se ênfase ao prêmio recebido pela Universidade, socializando-se o fato para todos os funcionários e professores por e-mail e em publicações na mídia interna. Observa-se um marketing institucional, dando-se pouca visibilidade ao trabalho em conjunto.

Ao mesmo tempo, o projeto da associação foi contemplado para melhorar a qualidade do espaço, com materiais e viagens que algumas integrantes da AM+L fizeram com professoras e estagiárias do Curso de Engenharia Civil. Esta relação trouxe benefícios e tensões que se manifestaram nos tópicos das entrevistas.

Quadro 5 - Tópicos da entrevista com representantes da Engenharia Civil

Perguntas	Alunos	Áreas	Atividades
Quantos alunos/as participaram no projeto da AM+L e que trabalho desenvolveram?	Aluno 1	Engenharia de Alimentos	Extraír essências e corantes, preparar resíduos orgânicos, produzir sabonetes, aprimorar os produtos de limpeza.
	Aluno 2	Engenharia de Alimentos	Extraír essências e corantes, preparo resíduos orgânicos, Produzir sabonetes, aprimorar os produtos de limpeza.
	Aluno 3	Design	Desenvolver embalagens.
	Aluno 4	Design	Desenvolver embalagens.
	Aluno 5	Educação Física	Exercer práticas de ginástica laboral, realizar um diagnóstico de necessidades preventivas, promover a saúde.
	Aluno 6	Gestão Ambiental	Montar os sistemas na sede do grupo, produzir sabonetes, aprimorar os produtos de limpeza, oficinas, licenciamento ambiental.
	Aluno 7	Gestão Ambiental	Montar os sistemas na sede do grupo, produzir sabonetes, aprimorar os produtos de limpeza, oficinas, licenciamento ambiental.
	Aluno 8	Fisioterapia	Avaliar e corrigir a postura, realizar um diagnóstico de necessidades preventivas, promover a saúde.
	Aluno 9	Fisioterapia	Avaliar e corrigir a postura, realizar um diagnóstico de necessidades preventivas, promover a saúde.
	Aluno 10	Comunicação	Oficinas, desenvolver novos pontos de venda,
	Aluno 11	Comunicação	Oficinas, desenvolver novos pontos de venda.
	Aluno 12	Engenharia Ambiental	Oficinas, realizar diagnóstico socioeconômico-ambiental da Vila São Jorge.
	Aluno 13	Engenharia Ambiental	Oficinas, realizar diagnóstico sócio-econômico-ambiental da Vila São Jorge.
	Aluno 14	Engenharia Ambiental	Oficinas, realizar diagnóstico socioeconômico-ambiental da Vila São Jorge.
	Aluno 15	Engenharia de Alimentos	Extraír essências e corantes, preparar resíduos orgânicos, produzir sabonetes, aprimorar produtos de limpeza.
	Equipe completa	Todas as áreas	Atividades integradoras: realizar uma campanha ambiental na comunidade para coleta, realizar uma campanha ambiental no município de São Leopoldo, enfatizando o caráter ambiental proposto pelo projeto.
Quando considera o início e o fim das atividades em relação à AM+L?	Início e fim das atividades: março de 2010 a março de 2012.		

Que pontos positivos e negativos poderiam ser destacados?	Como pontos positivos, saliento a vivência de diferentes alunos e professores com um projeto social, alinhando os tempos de resposta e também os objetivos. Como ponto negativo é possível citar a dificuldade em motivar os alunos para o trabalho depois de alguns meses de atividade, pois o objetivo maior do projeto era auxiliar o crescimento do grupo em número de mulheres e renda, o que não foi alcançado a contento. Além disso, a ideia de organizar e realizar a produção de forma "mais correta" não foi atingida em sua plenitude. Como consequência, os alunos da área técnica ficaram desmotivados.
-----------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

3.8 Tópicos da Entrevista realizada com o Secretário do Meio Ambiente e Mudanças na Municipalidade

Quadro 6 - Relação com as políticas públicas

1. Qual é a importância da AM+L na municipalidade? Que riquezas e dificuldades você enxerga na AM+L?	<p>-A AM+L tem o mesmo problema dos grupos de ES, a colocação dos produtos. Não é fácil competir com o mercado.</p> <p>-A Prefeitura de São Leopoldo foi ousada em apoiar um grupo de mulheres que trabalha com resíduos líquidos. É pioneira. Não conheço outra prefeitura na região que faça esse trabalho. São Leopoldo tem 55.000 moradias. O cálculo aponta para que se recolha um litro de óleo por família no mês. Se cada família armazenasse um litro de óleo usado, a situação do meio ambiente seria outra.</p> <p>-O Prefeito Ary Vanazzi logo que soube da existência do projeto do grupo de mulheres (AM+L), ligou para que a Secretaria do Meio Ambiente pensasse como apoiar e encontrar uma alternativa para recolher o óleo saturado junto com a coleta seletiva de São Leopoldo. A proposta do projeto está de acordo com tudo o que se realiza no município para o cuidado da água e do meio ambiente.</p> <p>-O grupo da AM+L, com o seu trabalho, apoia as políticas públicas do cuidado ambiental. Na região, temos o desafio do cuidado das águas. Existe muita poluição, e a morte de peixes tem atingido toda a região do Vale do Rio dos Sinos.</p>
3. A SMMAM tem uma proposta formativa para o cuidado ambiental?	<p>Todos os grupos que conheço têm o mesmo desafio.</p> <p>Sim, explicou o projeto Martín Pescador e sua importância para a educação das crianças e dos/as professores/as. É uma educação que leva muito tempo, tem que mudar o estilo de vida. Isso não é fácil. Também explicou o que faz a Secretária do Meio Ambiente vinculado aos cuidados do controle de resíduos das empresas, que é uma maneira de formar a população na prática. A Secretaria de Educação tem projetos. Seria melhor perguntar diretamente para pessoas que trabalham nesta Secretaria.</p> <p>Obs: O cálculo da coleta de óleo saturado do secretário de Meio Ambiente é um cálculo aproximado feito em relação às famílias de São Leopoldo. Faltaram outros indicadores como consumo, destino, educação e atravessadores.</p>
Tópicos do contexto social – político de São Leopoldo 2004-2012	<p>-Uma nova realidade social e política a partir das eleições de 2004-2012. O novo governo oportunizou uma nova gestão de diálogo e apoio com os grupos de ES e com a população em geral. Iniciam-se mecanismos de diálogo participativo por meio do OP.</p> <p>O interesse social, ambiental, foi trabalhado pela agenda pública na região. Neste contexto, o projeto da AM+L se relaciona com o Prefeito Municipal de São Leopoldo Ary Vanazzi (2009) que encaminhou ao diálogo com o secretário do Meio Ambiente.</p> <p>Observação: Em outubro de 2012, as eleições municipais marcaram uma mudança no contexto político. Em janeiro de 2013, a Prefeitura de São Leopoldo foi assumida pelo Dr. Aníbal Moacir da Silva – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).</p> <p>Dada a importância da reflexão das mudanças políticas, sociais transcreve-se o</p>

<p>Eleições Municipais, Mudanças do contexto político.</p>	<p>texto que segue: Em dois importantes colégios eleitorais (São Leopoldo e Novo Hamburgo), o Partido dos Trabalhadores não conseguiu a reeleição. Qual o significado concreto e simbólico deste fato? Não se sabe ao certo o que isso significa, pois como nos referimos anteriormente com a ausência das ideologias políticas para reger a plataforma de governo dos partidos, essas ficam, muitas vezes, determinadas pela mentalidade do Prefeito eleito, por isso a cada eleição temos uma surpresa. Essa afirmação não era possível de ser feita ao PT, principalmente nos anos 1980 e 1990, porque tinham claramente uma proposta ideológica de esquerda muito bem estruturada. Principalmente depois do Governo Lula, o PT começa dar sinais de que o mais importante é a busca e manutenção do poder. Acrescentamos a esse enfraquecimento da ideologia de esquerda do PT, o fato de os membros do PT estarem sendo acusados de corrupção no cenário nacional e local: “Mensalão” em Brasília; em Novo Hamburgo o candidato que venceu as eleições com 53,21% dos votos às eleições está sendo julgado pela Lei da ficha limpa. Em São Leopoldo, há graves denúncias de corrupção contra a atual gestão. Nesse sentido, penso que esse enfraquecimento da proposta político-partidária, prejudica a democracia, porque a campanha fica personalizada nas características pessoais do candidato e não em uma plataforma de governo pensada por um coletivo. As fronteiras entre direita e esquerda ficam desgastadas a ponto de não sabermos quem defende o marxismo ou o neoliberalismo. Também os interesses das classes sociais ficam encobertos, com isso não sabemos a que interesses esses partidos defendem” (Texto elaborado pelo Observasinos). Disponível em: <www.ihu.unisinos.br> Acesso em: 29 out.2012).</p>
------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora

Fotografia 12 – Entrega do Licenciamento Ambiental com representante da SSMA e do SELIMP às associadas



Foto: Acervo da AM+L

Fotografia 13 - Licenciamento Ambiental

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
RIO GRANDE DO SUL

LICENÇA ÚNICA LU Nº 057/2012-DLA

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMAM, criada pela Lei Municipal nº 3.484, de 27/07/1989, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 6.938, de 31/08/1981, a Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, a Resolução CONSEMA nº 033, de 26/06/2003 e a Lei Municipal nº 6.463, de 17/12/2007, que dispõem sobre as atribuições e critérios ao exercício do Licenciamento Ambiental, e com base nos autos do processo administrativo nº 30528/2011, expede a presente LICENÇA ÚNICA que autoriza a:

Empreendimento: 1289 CODRAM: 2220,20

Empreendedor: ASSOCIAÇÃO MUNDO MAIS LIMPO
Endereço: Rua Padre Werner, 350 – Bairro Padre Reus.
Município: São Leopoldo – RS

Foto: Acervo da AM+L

3.9 Tópicos da Relação da AM+L com a Secretaria da Mulher

Nas entrevistas realizadas com as integrantes da associação, apareceu a colaboração da SMPM. A relação foi marcada como importante em alguns momentos do processo e como lugar de referência de proteção e esclarecimentos legais para as mulheres em São Leopoldo. O vínculo com esta Secretaria não é permanente, mas pontual em casos limites ou em datas especiais relacionadas a alguma oficina ou palestra. As palestras, oficinas, são lembradas como momentos de formação, pois falam de temáticas relacionadas com a vida delas, e elas indicam essas oficinas para outras mulheres.

Com os pôlderes e relatórios que a própria SMPM distribuiu, dialogou-se em um encontro com as mulheres e descobriu-se que, além dos serviços mais conhecidos na municipalidade, esta Secretaria tem como objetivos acompanhar e assessorar grupos de mulheres na ótica da organização coletiva para a geração de renda. Este dado foi novo para o grupo, a novidade surgiu, então, das informações da SMPM e do espaço que o grupo organizou para refletir e dos momentos que se marcaram para os encontros da sistematização das experiências. As informações sobre as quais se refletiu podem ou não gerar outros espaços de organicidade.

Esta Secretaria atua de forma integrada com outras prefeituras do Vale dos Sinos e articula-se com demais administrações municipais no Estado e no país na implementação de políticas públicas para mulheres.

Fotografia 14 - Representante da Cáritas de Novo Hamburgo e representante da SMPM em um espaço de reflexão e de celebração na AM+L



Foto: Acervo da AM+L

4 INTERPRETAÇÃO DAS PRÁTICAS

No quarto capítulo, analisam-se algumas práticas e experiências sistematizadas da complexidade à cotidianidade. Há uma intencionalidade proposta pela própria metodologia da SE que é passar do descritivo para o interpretativo. No capítulo terceiro, iniciou-se uma descrição raciocinada, porém neste capítulo se focaliza a interpretação. As experiências analisadas levam em consideração os objetivos específicos. Primeiramente se direciona o olhar teórico da complexidade à cotidianidade. A fundamentação teórica escolhida se desprende, desabrocha dos dados recolhidos e organizados no terceiro capítulo. Em segundo lugar, neste capítulo, inicia-se passo a passo uma análise de seis práticas da sistematização que estão vinculados aos objetivos específicos. Em alguns momentos, indica-se que a análise foi realizada coletivamente e em outros momentos, a autora da tese faz análises das práticas sistematizadas e dos aprofundamentos teóricos de diferentes pesquisadores/as. As práticas escolhidas são as seguintes:

- a) a entrada do/a outro/a nas relações;
- b) relações de violência: patriarcado e sistema capitalista;
- c) a “venda da marca ecológica” nos processos formativos de ES;
- d) relações de *tensões entre* o Poder Público e a AM+L: a socialização e o caçador furtivo;
- e) saberes e habilidade nas relações no trabalho associado;
- f) formação Novas Tecnologias e Ecopedagogia.

4.1 Análise das Práticas da Complexidade à Cotidianidade

Neste item, reflete-se sobre a complexidade das crises que estão relacionadas com os atravessamentos da ES e que repercutem nos grupos incubados.

A crise dos grupos de ES tem que ser analisada em um contexto amplo, global. A crise civilizacional exige uma interpretação sistêmica. As crises não são isoladas e requerem uma abordagem com base no paradigma da complexidade, como propõe Morin (2003). Trata-se de perceber que “não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte”. Tudo está interligado, entrelaçado, e há uma

interdependência entre as crises. Nossos problemas não podem mais ser concebidos como separados uns dos outros.

O que é a complexidade? À primeira vista, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. (MORIN, 2003, p. 20).

A dificuldade do pensamento complexo é que deve enfrentar a confusão (o jogo infinito das inter-retroações), a solidariedade dos fenômenos entre eles, a bruma, a incerteza, a contradição. (MORIN, 2003). Este paradigma comporta um princípio dialógico e translógico, que integraria a lógica clássica, levando simultaneamente em conta os seus limites de fato (problemas de contradição) e de jure (limites de formalismo). Traria nele o princípio da Unitas multiplex, que escapa à Unidade abstrata do alto (holismo) e do baixo (reducionismo). (MORIN, 2003).

Neste sistema complexo, acompanhar processos emancipatórios passa pela compreensão e práticas de processos dialógicos. Os diálogos não acontecem espontaneamente, é necessário ter atitude, disposição para determinados valores e criticismo, é necessário fazer uma desconstrução de antivalores. Freire (1993) expõe com clareza esta realidade e Fischer (2006) agrega a importância das diferentes escutas como condição para que aconteça o diálogo:

A linguagem do silêncio, a linguagem dos gestos, a linguagem do cheiro, a linguagem da palavra – como nós procedemos a suas escutas? Quais são os registros que temos para produzirmos uma acolhida a essas tão diversas formas de comunicação? Quais são os filtros que colocamos nessa relação interativa com os nossos alunos? Nesse momento poderemos associar o que nós exercitamos com a nossa escuta (pessoal) e verificamos como estamos disponíveis para a escuta do outro, sob as mais diversas formas de comunicação! (FISCHER, 2006, p. 67).

As escutas fazem referência à capacidade de dar atenção às vozes que ecoam dos contextos das pessoas, de seus gestos, de suas falas, de seus corpos, a observação e a disposição de estar com os sentidos afinados com esta realidade marca um proceder metodológico e ético. Certeau (2006) é outro autor que propicia sua fundamentação teórica em práticas contextualizadas e ao mesmo tempo mantém a tensão do global e do local e vice-versa, pois a complexidade tem movimento, rotação, aproximações, rupturas.

Seguindo suas trilhas, documentam-se e analisam-se diferentes práticas coletivas as quais estão imbricadas nas relações entre AM+L, Universidade (UNISINOS) e Poder Público. No momento da interpretação, fez-se a escolha de algumas realidades que privilegiam os objetivos da tese.

4.2 A Entrada do Outro nas Relações

As dificuldades nas relações foram uma constante nas entrevistas realizadas junto com a instabilidade e a dimensão da disputa pelo poder pessoal, institucional, público. A proposta da discussão teórica vai ao encontro dos objetivos específicos dois, três e quatro que manifestam o poder que permeia a capilaridade relacional. (ROMERO, 2007).

Muitos/as pesquisadores/as têm colaborado neste desafio teórico, mas escolhe-se para analisar os objetivos desta tese a influência do legado de Michel Certeau e de Paulo Freire. Os dois se debruçam na importância de pesquisar práticas/táticas do cotidiano e a capacidade de não ficar só no descritivo, mas de abrir brechas para uma análise social, cultural.

Certeau (1993, p. 18) fala de um dinamismo constantemente assegurado pela chegada do estranho, do outro, isto é, “uma solidariedade sempre edificada sobre o respeito pela diferença”. Esse voltar-se ao outro, no entanto, abre-nos caminho para o nosso próprio espaço. Esta óptica de pensar as práticas quebra a linearidade de um “usar o outro por um tempo e desvincular-se quando não for oportuno”, lógica do consumo e descarte, sem analisar a riqueza que se recolhe não só no intercâmbio de trocas, mas também nessa nova realidade coletiva em que se precisam uns dos outros, que se respeitam com suas diferenças. Por isso, Certeau (2006, p. 28), diante do outro, proclama “Sem ti, já não posso viver”. O outro é alguém diferente de mim, mas é também alguém de quem preciso, “posto que o que eu sou de mais verdadeiro está entre nós”. Escolher essa experiência do outro significa, ao mesmo tempo, escolher um caminho e um lugar (estável, firme). De um lado, o caminho é um partir que nunca termina. De outro, o lugar estável é uma prática comunitária⁵¹, um fazer juntos, um mutirão. O caminho para produzir conhecimentos e práticas coletivas de cooperação só se faz realidade no intercâmbio com os outros, com a comunidade. Esta forma de conceber a produção de conhecimentos coletivos com

⁵¹ Para ampliar a temática de organizações comunitárias, recomenda-se Torres (2002, p. 72-81).

base em práticas coletivas cotidianas pode orientar-nos a estratégias de resistências, mesmo que a maioria das pessoas não desenvolvam “estratégias” completas de resistência política, todo o mundo tem uma abundância de “táticas” de resistência.

O cotidiano pode ser reprodução de formas colonizadoras como nos tem ensinado nossa sociedade capitalista ou pode ser o espaço de táticas de resistências. Certeau (2006) pensou e documentou a variedade e a criatividade nessas práticas do cotidiano: caminhar pelas ruas de uma cidade, contar nossa própria versão de uma estória, preparar uma refeição e partilhá-la.

Escutar as práticas do dia a dia, documentar, interrogar-se pelos silêncios, pelos gestos, pelos olhares é condição necessária para iniciar processos dialógicos. Os vínculos entre educação, trajetória de vida e trajetória coletiva influenciam na gestão do trabalho coletivo⁵², que está permeado por uma teia complexa. “A subjetividade do trabalhador/a não é só o resultado das relações vividas no ambiente de trabalho e se reconstrói a partir das diferentes experiências vividas em diferentes microprocessos e redes complexas”. (TIRIBA, 2001, p. 236).

Zitkoski (2010) lembra que a concepção dialética, que aponta Freire, tem uma novidade que é a compreensão da história e do importante papel da subjetividade humana na construção do mundo sociocultural. “Na dialética freiriana não há a predominância de uma posição sobre a outra, pois o próprio diálogo, em sua autenticidade, nutre-se pela abertura ao outro, oportunizando, assim, a revelação do novo na história”. (ZITKOSKI, 2010, p. 127).

O diálogo é a força que impulsiona o pensamento crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo [...]. O desafio freiriano é construirmos novos saberes e a partir da situação dialógica que provoca interação e a partilha de mundos diferentes, mas que comungam do sonho e da esperança de juntos construirmos nosso ser mais. (ZITKOSKI, 2010, p. 130).

Nas sociedades que negam o diálogo, que impõem a violência e utilizam o autoritarismo, nascem o “mutismo” e a “passividade”. Também emudecem e ficam passivas as pessoas que recebem “concessões”, “doações” e “favores” de forma vertical, nas práticas assistencialistas. Estas são também expressões de violência, apesar de se mostrarem como uma violência “branda”. O assistencialismo

⁵² Cf. Quando as pessoas se juntam também se molestam, Romero (2007, p. 42). Para ampliar a visão da influência dos vínculos dentro dos grupos, recomenda-se Pereira (2001, p. 307-21).

desumaniza, porque a pessoa que recebe doações sem participar do processo que a ela diz respeito, tem inibida sua capacidade crítica, argumentativa, decisória, criativa, e isso faz com que renuncie à responsabilização pelo processo. O fazer “para” em vez do fazer “com”, significa “domesticar” o ser humano, roubando-lhe sua humanidade. (FREIRE, 1983, p. 57-58).

É comum ouvir-se de pessoas que trabalham com a população oprimida queixas como: “eles são acomodados”. Ou: “eles não se esforçam, querem tudo de mão beijada”. Tal queixa se tornou um ponto comum. Paulo Freire (1983), com a reflexão sobre o assistencialismo e a falsa generosidade, nos diz que são corresponsáveis pela situação de passividade aqueles que não realizam o trabalho de forma conjunta com o oprimido, insistindo em “doar” num patamar de superioridade. A melhor ajuda que podemos dar aos pobres é compartilhar com eles todos os dilemas e dividir tarefas, pensar, criar, optar, fazer, garantindo-lhes a oportunidade de conjuntamente acertar, errar, voltar a tentar, errar, tentar novamente. É assim que aprendemos: fazendo. Reduzir pessoas a executoras de tarefas e determinações que foram planejadas por outros e não pelas pessoas interessadas é oprimir e esvaziar a própria prática. (FREIRE, 1983, p. 145-148).

Portanto, a prática de induzir pessoas a executar as tarefas planejadas por outras pessoas é uma forma de assistencialismo que se reproduz no próprio grupo e mais ainda nas relações das associadas com instituições que apoiam com boa vontade ou conseguindo apoios econômicos. É um atravessamento que apareceu nas práticas analisadas no próprio grupo, quando se esperava que o outro resolvesse todas as dificuldades ou quando outra instituição elaborava um projeto com os seus próprios critérios.

No período anterior às eleições municipais, os grupos de ES vivenciaram a chegada “do outro com frequência” com a dinâmica descrita anteriormente, discursos que prometiam soluções vindas de fora e ao mesmo tempo um ar de ameaça se havia algum questionamento. Estas dinâmicas instituídas culturalmente ofuscam processos dialogais, a imposição de tarefas ou de ações coercitivas esvaziam os espaços de argumentações e de críticas necessárias em um processo emancipador. As práticas descritas e analisadas revelam o desafio pedagógico de uma proposta que integre a ecologia de saberes no fazer pedagógico, relacional e na produção de conhecimento. A ecologia de saberes como prática de saberes

aponta para uma epistemologia do Sul relacionada com as exigências da emancipação social. Cita-se pela importância:

Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistemática, dinâmica e horizontal entre eles. Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias. Como não há ignorância em geral, as ignorâncias são tão heterogêneas, autônomas e interdependentes quanto os saberes na ecologia de saberes, a ignorância não é necessariamente um estado original ou ponto de partida... Daí que na ecologia de saberes seja crucial perguntar a cada momento se o que se aprende vale o que se esquece ou desaprende. (SANTOS, 2006, p. 157).

Na ecologia de saberes, a credibilização de saberes não científicos não envolve a descredibilização do saber científico. Todos os conhecimentos têm limites internos e externos e têm que ser produzidos com a participação de diferentes saberes e seus sujeitos. (SANTOS, 2006). A chegada do outro é necessária para um desenvolvimento de cooperação, porém tem que ser realizada dentro de um processo sistemático, articulando diferentes saberes, diferentes tempos e não como um processo de colonização.

Preocupado com a descolonização, Santos propõe uma utopia crítica que se pretende “rebelde”: a ecologia dos saberes, ou seja, a admissão da possibilidade de que a ciência entre não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês⁵³. (SANTOS, 2007, p. 32-33).

A economista Vandana Shiva usa a expressão “monocultura da mente” para referir-se ao trânsito hegemônico do discurso científico. Os autores mencionados deixam claro que isso não significa que tudo vale o mesmo. Para eles, o importante não é como o conhecimento representa o real, e sim conhecer o que determina conhecimentos, práticas na realidade; a intervenção no real. Este pensamento traduz uma visão antropológica que não é só um movimento conciliatório ou de intercâmbio de saberes. É uma postura de conhecer as relevantes visões do mundo com os/as outros/as.

⁵³ O autor desenvolveu esta temática com insistência no livro: *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Na mesma linha, a voz de Shiva se expressa no livro *Monocultura da mente*, 2002.

4.3 Relações de Violência: patriarcado e sistema capitalista

A experiência de uma mulher pobre da associação que denunciou a violência de seu “companheiro” dentro de um espaço de apoio foi um processo longo a que se chegou pela tática de resistência pessoal e dos apoios coletivos, realidades que caminharam juntas, não se podem separar, é uma nova realidade coletiva. Diante da prática descrita, a resistência foi também perante as pessoas que se manifestaram assim: “a experiência mostra que as mulheres retiram as denúncias ou que voltam com eles por necessidades econômicas, subjetivas etc.” Há práticas de resistência coletiva que não são relevantes ainda numericamente, mas é relevante analisar processos coletivos que deram certo, diante dos múltiplos atravessamentos que imperam culturalmente.

De uma dada situação constrói-se o inédito viável de Freire, consequências das situações-límites analisadas por ele como desencadeadoras de todo processo de busca de aprender, de superar um problema.⁵⁴

Homens e mulheres reagem de várias formas frente às situações-límites: acreditam não poder enfrentar o limite; não o querem enfrentar ou o encaram como algo que existe, precisa ser enfrentado e buscam formas de fazê-lo. Quando uma situação-limite é percebida criticamente, há um distanciamento daquilo que incomodava e a admissão de que existe um problema percebido-destacado que passa a ser tema-problema encarado, discutido e superado, descobrindo, assim, o inédito-viável. (EGGERT, 1998, p. 34).

Há práticas limites que se enfrentam com determinação pessoal e com apoios afetivos e públicos que oportunizam que o inédito-viável desabroche. Estas práticas refletidas fazem com que a pessoa se emancipe intelectualmente se ela pensa no que é e no que faz na ordem social.

4.3.1 A Dimensão de Resistência Travada no Cotidiano

As mulheres são educadas para ser subservientes e submissas aos homens, para ocupar o espaço doméstico e no dia a dia estarem sempre dispostas a servir e a deixarem-se dominar. A subjetividade foi educada para que fossem assim, é preciso, então, reeducar a subjetividade que é um longo processo. Para caminhar rumo à emancipação não adianta só compreender com a razão (inteligência) que se é

⁵⁴ Os conceitos do inédito-viável e as situações-limites são analisados pela revisora das notas, Ana Maria Freire, no livro *Pedagogia da Esperança*.

dominada, discriminada e explorada, é preciso querer (vontade) e inserir-se nos processos de forma efetiva e afetiva (ação) para encontrar uma nova forma de pensar, de agir, de ser, de relacionar-se. Ao longo do processo de SE, avançou-se nesta temática e percebeu-se a importância para a mudança das relações de continuar de forma explícita com formações que tratem das relações de gênero (raça/etnia) conjuntamente com as de exploração de classe, política, religiosa, econômica.

Outra dimensão trabalhada foi que liberdade e libertação/emancipação não são conceitos simples, assim como igualdade e solidariedade. Nas práticas relatadas, esta realidade apareceu carregada de contradições e apresentou-se como um desafio que foi constatado na pesquisa: há disputas teóricas infundáveis. Fala-se, portanto, do processo de construção efetiva de uma nova materialidade, que é a que possibilitará novas relações no cotidiano e nas políticas públicas. Este processo demanda uma leitura histórica, um situar-se no momento histórico atual e haver disposição para querer transformá-lo mediante ações, processos que denunciem as injustiças, tentando novas relações sociais e culturais.

A violência que as mulheres sofrem no cotidiano está vinculada ao sistema capitalista que permeia a cultura vivenciada:

No caso da emancipação das mulheres podem-se avaliar as implicações de longo alcance do questionamento direto à autoridade do capital, quando se tem em mente o fato de não se conceber que o sistema de valor estabelecido prevalecesse nas condições do presente, e menos ainda pudesse ser transmitido (e internalizado) por sucessivas gerações de indivíduos, sem o envolvimento ativo da família nuclear hierárquica, articulada em plena sintonia com o princípio antagônico que estrutura o sistema do capital. [...] Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis do intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer não integrável e no fundo irresistível, não importam quantas derrotas temporárias têm que sofrer que luta por elas. (MÉSZÁROSM, 2002, p. 271).

O sofrimento feminino é aumentado por conta de uma estrutura socioeconômica e política que privilegia primeiro uma elite e, segundo, uma elite masculina.

As mulheres, individualmente e coletivamente, precisam compreender que as transformações nas relações de gênero, para que possam acontecer na sociedade, dependem de outras transformações que devem estar articuladas. A autonomia está associada a uma série de fatores sociais e culturais, dentre eles aspectos de classe.

É simples pensar em uma mulher autônoma que seja de classe média e socialmente estabelecida. É difícil, porém, pensar na autonomia de uma mulher empobrecida que depende de seu companheiro para sustentar seus filhos e a si própria, colocar-se no lugar da outra para falar de autonomia. Gebara (2001) trabalha com mulheres de classes populares e sublinha que a realidade de gênero tem que ser trabalhada conjuntamente com outras temáticas que permeiam o contexto cultural, por isso aqui se traz sua contribuição contextualizada: Pondera que:

A diferença de gênero é uma diferença entre uma multiplicidade de diferenças que se entrecruzam. Precisamente por isso, a mediação de gênero constitui um instrumento para compreender, através de um meio diferente, a complexidade das relações humanas. É um instrumento que tem em vista a transformação das relações sociais. Tornou-se, particularmente nas ciências humanas, não apenas um instrumento de análise, mas um instrumento de autoconstrução feminina e de tentativa de construção de relações sociais mais fundadas na justiça e na igualdade, a partir do respeito pela diferença. (GEBARA, 2001, p. 105).

Um agir articulado requer homens e mulheres críticos com situações de violência, de dominação, exploração. No interior das organizações é um componente essencial de análise teórica para o encaminhamento de assessorias formativas. Os espaços de apoio, de cuidado são espaços emancipatórios, se entrelaçam diferentes atores com sua especificidade, não é o resultado de uma associação ou instituição, é o nós que não se pode fragmentar. Aproximadamente 60 sentenças são dadas por dia no Brasil, resultantes de denúncias da Lei 11.340, Maria da Penha Maia Fernandes⁵⁵.

Na região do Vale dos Sinos, segundo dados analisados pelo ObservaSinos (2011):

São Leopoldo é o município com maior índice de mulheres ameaçadas. No ano de 2012, a cidade registrou 25% de mulheres que sofreram ou receberam ameaças. Juntas Novo Hamburgo e São Leopoldo, em 2011, representaram 74% dos casos de violência sexual de todo o Vale dos Sinos. Até o início do mês de novembro, o número caiu para 71%.

⁵⁵ A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as várias mudanças promovidas pela Lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher. A Lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no Rio de Janeiro, após tentar estrangular a ex-esposa. O nome da Lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos. A Lei altera o Código Penal Brasileiro e possibilita que agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada.

Os dados carregam outras dimensões que não se podem contabilizar, segundo a cientista social Valquiria Eloisa dos Santos, por isso falar de violência contra a mulher é um assunto muito complicado porque traz vergonha e por consequência, a coação. Portanto, nem todas as mulheres decidem fazer denúncias quando foram agredidas ou ameaçadas. Esse fato indica que os números devem ser ainda mais elevados.

Seguindo a contribuição de Gebara (2007, p. 21),

grande força mobilizadora das mulheres é o próprio sofrimento no qual elas vivem. Não imaginemos que há uma força extraordinária, que vem do alto, ou da academia, ou dos governos. Mas a grande força das mulheres se localiza no sofrimento de seu próprio corpo.

Logo, nesta prática se reflete um processo de cuidado e execução das políticas públicas relacionadas com as mulheres que aponta um sistema de trabalho de apoio que deveria ser um indicador na avaliação de emancipações coletivas. Há em gérmen de um novo estilo de governança que só é possível estando em espaços de vínculos, de apoios. Os vínculos no próprio grupo, com o Tecnosociais e com a Secretaria da Mulher, os dados desta realidade do ObservaSinós contribuíram para um processo de reflexão coletiva, trazendo elementos legais e afetivos de proteção. Não existe uma grande infraestrutura, são poucas pessoas nos diferentes espaços, mas fazem a diferença no processo de emancipação cidadã e coletiva. Não só a pessoa afetada pela violência é cuidada, como também há um cuidado no processo de efetivação e reflexão da capilaridade da própria política pública que cala, quebrando esquemas patriarcais e de dependência econômica. O patriarcado e a dominação pelo capital estão relacionados, então, nos processos de emancipação. A reflexão e os apoios têm que trabalhar conjuntamente gênero, economia e socialização dos espaços de apoio.

4.4 A “Venda da Marca Ecológica” nos Processos Formativos de ES

Esta prática escolhida analisa uma prática formativa que foi promoção da Diretoria Municipal de Políticas Para as Mulheres. O título do projeto foi Sistema Municipal de Qualificação Profissional de Mulheres Para o Trabalho, Geração de Renda e Educação Para Economia Solidária, realizado em 2009/2010 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (SENAC-RS).

As mulheres dos grupos incubados pela UNISINOS participaram do curso junto com outras mulheres do Fórum de Economia Solidária. As mulheres da AM+L saíram do curso contentes por venderem uma marca de valor agregado e por ser um produto ecológico. Repetiram isso várias vezes. Outra frase que repetiam era: “Temos que minimizar custos, comprar os produtos da produção em grande escala e investir na divulgação dos produtos”. Possivelmente no curso ensinaram outros conteúdos, mas o que mais marcou, o que se notou pela repetição constante, foram esses dois itens, que constituíam a preocupação delas e que resolveriam o problema da venda dos produtos. Pensou-se nisso durante muitos meses nesta proposta aos grupos incubados. Não foi esquecido, porque havia algo que incomodava, e não se sabia bem o que era. Passou o tempo, e elas repetiam as frases ensinadas, e as dificuldades de vender seus produtos ecológicos continuavam. Entretanto, a marca de ser um produto ecológico atrai. Isso está expresso nos tópicos das entrevistas com um número elevado de pessoas que passaram pela associação.

A atual coordenadora do Tecnosocias⁵⁶ (2012) foi consultada pelo grupo e esclareceu que a Diretoria Municipal de Políticas Para as Mulheres tinha dinheiro para investir em um curso de qualificação de renda para mulheres. O SENAC ofereceu um curso com um custo baixo; a UNISINOS também elaborou um projeto que apresentou com propostas de ES e com um custo mais elevado. Escolheu-se fazer o curso com o SENAC. Eles reuniram pessoas da linha empresarial e alguns elementos da ES e este foi o curso oferecido para as mulheres participantes do Fórum de Economia Solidária. Esta prática é comum nas chamadas “parcerias”, por isso foi escolhida para analisar. A dimensão econômica orienta a opção formativa, a UNISINOS informou as mulheres dos grupos incubados sobre o curso de ES para que participassem, a SMPM pagou o curso para elas, e o SENAC explicou a dimensão empresarial para os incubados de ES. A bricolagem está na mesa. Foi realizado mais um curso de “formação” que não condiz com as características de um trabalho associado.

A aceção “trabalho associado” não inclui os/as trabalhadores/as individuais por conta própria, mesmo que estes pertençam às classes populares nem a compra

⁵⁶ Célia Maria Teixeira Severo possui graduação em Serviço Social (2006), Pós-Graduação/Especialização em Cooperativismo (2008) e Pós-Graduação /Especialização em Gestão Social (2011) na UNISINOS.

de produtos em grande escala. A minimização de custos tem que estar contextualizada e pensada, não pode ser integrada sem uma reflexão, pois traz um modelo de minimização de grupos que dá ênfase a práticas economicistas que se afastam das características de uma associação.

Uma associação possui algumas características que convém lembrar:

A partilha dos frutos do próprio trabalho num ambiente de comensalidade, reciprocidade, de participação em uma gestão coletiva e de obtenção de resultados que possa satisfazer as necessidades do grupo.

Os grupos de ES não podem comprar em grande escala, não podem investir em divulgação massiva, não é da ética deles minimizar custos trabalhando uma ou duas pessoas no empreendimento. Investir na marca “ecológico”, que significado tem para o grupo de mulheres se não lhes dão elementos formativos socioambientais? A fama da marca “ecológico” tem que ser acompanhada de processos formativos, por isso a proposta da ecopedagogia traz sua colaboração. As frases relacionadas com a ecologia estão na moda, não se deve abrir mão desta dimensão, porém os cursos, as assessorias devem marcar posição, esclarecer a epistemologia de uma formação ambiental, ecológica nos grupos de ES.

Os autores Gadotti e Figueiredo entram nas práticas desses processos educativos voltados para classes sociais pobres, há nelas um horizonte de reflexão denso e contextualizado.

Como já se mencionou anteriormente, Certeau no seu livro *A invenção do cotidiano*⁵⁷ questionou e destacou os gestos criativos com os quais a vida dos indivíduos é tecida. O estudioso falava frequentemente de “produção de consumidores” e disso derivou o conceito de “consumo produtivo”, que é hoje largamente compartilhado no âmbito dos estudos do consumidor. Segundo Certeau (2008), de fato, os consumidores utilizam qualquer coisa que possam encontrar no contexto em que agem para dar vida a um incessante trabalho de “fabricação” de significados pessoais. O resultado do trabalho não são objetos concretamente visíveis, nem produtos que possam ter uma colocação no mercado. Trata-se de reelaboração que permanece escondida e silenciosa, até porque é geralmente coberta pela grande quantidade criada paralelamente pelo sistema de produção. O autor citado propôs que se considerasse a atividade de recepção (formação, curso

⁵⁷ A obra retornou às livrarias recentemente acrescentando um prefácio de Michel Maffesoli.

neste caso) não como um processo passivo, mas como um processo ativo, no qual quem recebe imprime seus saberes, suas táticas. Até onde se pode lograr este desafio se não se trabalha com desconstruções de relações onde um sabe o caminho de saída e outros/as são aprendizes?

A reflexão orienta-se na linha da formação que precisa de um projeto fundamentado e qualificado que focalize os princípios de ES e seus desafios. A opção de orientar as pessoas dos grupos de ES para cursos que não sejam dados por pessoas qualificadas no espírito de cooperação traz consequências importantes nas relações e no modo de conceber o trabalho.

Há, pois, perigo de caminhar na formação com táticas que exploram significados pessoais e coletivos de forma simples, fragmentados, deixando a complexidade de desafios legais, de gênero, de trajetória formativa etc. que vivenciam as pessoas de ES. A criatividade é uma dimensão que o capitalismo explora com insistência, capturando significados e fazendo as pessoas trabalhar, mas com a ilusão de que agora vão encontrar a saída. Os sonhos das pessoas têm que ser impulsionados, não existe só o “caçador furtivo”, senão deixaríamos de apostar no legado freiriano de acordar os sonhos, as esperanças. Não é um sonho impossível, é um sonhar possível e em um marco mundial de crises que exige uma formação que ultrapasse a técnica fragmentada de receitas, de repetição de palavras sem uma visão da complexidade do momento.

4.5 Tensões entre o Poder Público e a AM+L: a socialização e o caçador furtivo

Neste item, analisam-se, em primeiro lugar, as práticas narradas das feiras de ES e em segundo lugar, as práticas de atravessamentos em relação à quantia de óleo saturado que chega da coleta seletiva.

4.5.1 Práticas da participação em espaços públicos: feiras de ES

As integrantes da AM+L têm participado periodicamente das feiras solidárias nos diferentes bairros da cidade de São Leopoldo e nas que se realizam na UNISINOS. Essas práticas foram avaliadas no processo de SE, o envolvimento das mulheres foi massivo e foi o momento de maior reflexão coletiva. Conseguiram visibilizar as tensões que carregam por ser uma associação de mulheres pobres, as

tensões políticas, familiares e ao mesmo tempo uma experiência de conhecer novas pessoas e de encontrar um público interessado no processo de produção.

As feiras de ES não trouxeram quase benefícios econômicos, em alguns casos houve até perdas. Isso foi revisto no próprio grupo, após um processo longo de participação e de diferentes opiniões das integrantes da associação. As feiras solidárias colaboram, sim, para conhecer outras pessoas, intercambiar ideias, criar laços de socialização.

Nesta reflexão, fizeram-se os seguintes posicionamentos:

As feiras de ES são precárias, falta apoio e infraestrutura. Elas têm que se organizar para levar mesa, cadeiras, produtos, conseguir transporte, pagar o ônibus, levar a comida, água, providenciar alguém, familiar ou vizinho, para tomar conta dos seus filhos. No final da tarde, o balancete econômico é praticamente nulo e começa novamente a espera de alguém que possa dar carona para transportar novamente os produtos para seu local. Esta é uma das faces das feiras de ES, que fica na invisibilidade. Existe uma distância entre a organização e as possibilidades das pessoas que participam; ao longo do tempo, as feiras solidárias perdem seu sentido. Não se está propondo um espaço paternalista em que os participantes recebam tudo, e sim se faz um questionamento sobre um investimento maior nas políticas sociais e não continuar oferecendo migalhas. Esta realidade é precária e desgastante. Trabalhar mais a fim de favorecer um espaço de socialização, uma socialização que não vem carregada também de geração de renda tem um prazo curto. O apoio de oferecer apenas um espaço (em alguns casos com toldinho para o sol) em outros casos nem isso, como é das feiras solidárias na UNISINOS, não é suficiente para um processo de emancipação, por mais que se apresentem os produtos de ES. Esta é a realidade desta prática que tem acontecido com as associadas da AM+L.

É necessário contar com dados de outras experiências que possam fortalecer os diálogos com os espaços públicos. Não bastam somente as práticas locais, é necessário procurar indicadores e confrontar com outros grupos. É parte do empoderamento dos coletivos e das assessorias. Os seguintes fatos e dados oportunizam reflexões pertinentes a esta realidade: cresceu o número de cooperativas de 62% para 65% que colaboram com programa de coleta seletiva nos diferentes municípios. Nesses casos, a prefeitura oferece às cooperativas apoio para sua estruturação e atuação, contribuindo com itens como maquinário, galpões de

triagem, custo com água e energia, transporte, capacitação, divulgação e educação ambiental (COLETA..., 2102). A incorporação de dados de outras experiências, seja na perspectiva das feiras solidárias, seja em relação à geração de renda, cuidado do espaço público, assim como de formação cidadã e ambiental, necessitam ser pensadas, questionadas, articuladas. Quanto mais informação, mais aumenta a possibilidade de participação de ter fundamentos para conquistar os direitos e exercer os deveres como cidadãos/ãs.

Preocupa-me, ao mesmo tempo, que os espaços de participação e deliberação passam a ser institucionalizados e burocráticos. Temos pesquisas importantes feitas que apresentam avaliações sobre os conselhos e as conferências das políticas sociais. Há ainda uma forte dualidade entre investigação e ação. A academia e as instituições da intervenção no campo social necessitam articular-se. Entendo que é hora de uma avaliação destes mecanismos em vista de sua qualificação. (MAIA, 2011, p. 15).

Nesta reflexão, é relevante trazer a compreensão do desenvolvimento público como lugar e como construção da cidadania. Hanna Arendt, em *A Condição Humana*, lembra que o termo “público” denota dois fenômenos interligados e complementares. O primeiro tem a ver com o que costumamos chamar de publicidade, no sentido de “que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. (ARENDR, 2004, p. 59). O segundo fenômeno tem a ver com o próprio mundo como um lugar comum a todos e ao mesmo tempo diferente do lugar que cabe a cada um individualmente. “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros, por assim dizer” (2004, p.62). Nesta compreensão, os espaços públicos têm que ser pensados conjuntamente e têm que perpassar a geração atual. O desafio do público é de construir algo com sentido de permanência, uma vez que o público não pode estar restrito a uma geração nem à duração da vida dos seres humanos mortais. A abordagem de Arendt de “público” faz pensar o fazer pedagógico das relações e dos espaços públicos como espaços de cidadania que vão além dos interesses locais.

4.5.2 Distâncias nos Dados Socializados na Coleta do Óleo Saturado

A segunda prática analisada está relacionada à quantia de óleo saturado recebida da Coleta Seletiva e aos cálculos aproximados de óleo recolhido na cidade.

Segundo a SMMA, o cálculo aproximado de óleo saturado seria de 55.000 litros. Esse cálculo foi realizado em relação à quantia as 55.000 moradias que tem a cidade de São Leopoldo, um litro por família na semana. Este dado foi discutido na AM+L em um espaço do processo de SE. Eis a reflexão realizada:

- a) há famílias que quase não utilizam azeite;
- b) chega pouco óleo que se pode aproveitar, perdem-se horas de trabalho coando o óleo, porque vem misturado com qualquer coisa. Não existe uma educação ambiental de separação dos resíduos na cidade;
- c) a Coleta Seletiva recolhe só o óleo que esteja separado em uma garrafa e que não esteja com nenhum papel resíduo sólido. Se há uma mistura com um produto sólido não é recolhido pela Coleta Seletiva vai para outra coleta que não traz para a associação;
- d) vender o óleo saturado é um negócio conhecido pelos recoletores que recebem um salário pequeno por um trabalho árduo.

Estas informações foram possíveis porque se dedicou tempo para refletir sobre os dados e fazer conexões com outras realidades.

Houve uma campanha de conscientização da separação de resíduos que não contemplava os horários em que se realiza a coleta do óleo. Não há suficiente aplicação em políticas educacionais além dos outros atravessamentos indicados na reflexão anterior.

Os cálculos públicos sofrem variáveis importantes quando há aproximação da realidade. O anexo C traz outros indicadores.

Questionamentos foram partilhados com as associadas:

Nos diálogos com o setor público quem está pensando uma política pública para os resíduos líquidos? Atualmente se está trabalhando com a legislação de resíduos sólidos. Emerge a pergunta: Como colaborar para avançar nas políticas públicas de resíduos líquidos nos diferentes municípios? Estão formulando esta pergunta? Até o momento, há nesta municipalidade um vazio. Aponta-se como um desafio futuro que deve ser questionado e articulado pelo poder público, levando-se em conta os saberes comunitários e acadêmicos.

Refletir, pois, práticas locais articuladas com dados contextualizados potencializa e desafia os diálogos. As experiências locais devem ser confrontadas com outras experiências e ter fundamentações teóricas pertinentes. A proposta da Ecopedagogia e do Bem Viver apresentadas no terceiro capítulo fazem referência a

uma forma de relação entre a sociedade e a natureza, e a sociedade e suas diferenças, na qual a individualidade egoísta deve se submeter a um princípio de responsabilidade social e compromisso ético e público. Conhecer e aprofundar estas propostas são uma colaboração para as relações com o poder público e um enriquecimento para as práticas locais.

4.6 Saberes e Habilidade nas Relações no Trabalho Associado

A prática escolhida para analisar neste item está vinculada aos saberes e habilidades e empecilhos que as mulheres da AM+L descobriram no aprendizado da elaboração do sabão e na capacidade de refletir como se faz a produção de conhecimento da prática do trabalho associado. Por último, a mudança do contexto político do município marcado pelas eleições em outubro de 2012 traz questionamentos, ou não?

A receita do sabão foi ensinada por uma professora de química e testada muitas vezes, durante meses, até se conseguir acertar o ponto. Não bastou a receita, faltavam os instrumentos, material apropriado, além das condições do tempo que interfere na produção (tempo seco, chuvoso, etc.).

As associadas tiveram que desenvolver saberes e habilidades: conhecer a textura do óleo saturado que chega sujo e tem que ser coado, um processo difícil de fazer, lidar com o clima (muita umidade pouca umidade), com a proporção exata dos produtos (medidas matemáticas e químicas, ph), com a força de movimento para misturar os ingredientes e por último o material apropriado para o molde. Nesta cadeia de produção, não haveria conhecimento intelectual também?

Assim como os trabalhadores/as associados/as das cooperativas necessitam dos saberes/conhecimentos da academia. Não se pode perpetuar a divisão do trabalho capitalista que insiste em separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Antonio Gramsci analisa que não existe atividade humana da qual se possa excluir totalmente a intervenção intelectual e chama a atenção para as condições das relações sociais do trabalho. O ser humano tem a capacidade de olhar, escutar a produção intelectual que já há no trabalho manual? A dicotomia trabalho braçal e trabalho intelectual pode continuar nas mentes, nas pesquisas e nas relações que também podem estar em espaços de “apoio a ES”.

Na apresentação de projetos sociais, geralmente a importância do contexto do discurso não está presente. Pode estar a data do início do projeto, a formalização com a universidade, com empresas privadas ou com o poder público, porém poucas vezes se localiza o lugar que se está falando e ,menos ainda, se visibilizam os saberes e as habilidades que se recolhem dos grupos incubados. O que a universidade tem aprendido, assessorando grupos incubados aparece pouco. Que lógicas são criativas na resistência ao capitalismo e quais são reprodutivas? Que tensões se apresentam nas relações dos grupos incubados com o poder público? Que jogos políticos permeiam os apoios aos grupos incubados?

O município de São Leopoldo teve mudanças políticas, que apontam para apoios emancipadores dos grupos incubados ou não? Não é o momento de determinações se a mudança apenas está iniciando, porém acompanhar esta reflexão é central para a sobrevivência da AM+L, pois o espaço e a matéria-prima principal (óleo saturado) provêm, na sua maior parcela, da municipalidade. Vender óleo saturado e não fazer chegar mais às associadas é uma possibilidade que o próprio grupo está prevendo diante das mudanças políticas. Não existe um contrato que ampare o repasse determinado de litros de óleo. O amparo legal é frágil, por mais que seja o único grupo na região que trabalhe com o descarte adequado de resíduos líquidos. A possibilidade de que uma empresa deseje absorver as trabalhadoras associadas com experiência neste ramo que deve ser analisada, há mudanças políticas, e os apoios públicos às associadas são menores que o apoio às cooperativas.

Os demais grupos incubados, que já são cooperativas de resíduos sólidos também recebem a matéria-prima além de um repasse mensal para a manutenção do local e não tem o desafio de vender seus produtos, as empresas compram diretamente deles.

Portanto, o poder público se apresenta com mais poder de decisão diante do processo de produção da AM+L. Pode parecer que seja a Universidade pela incubagem, porém as associações e cooperativas, vinculadas a serviços públicos estão atreladas ao poder público municipal e federal e às empresas privadas com que trabalha o poder público.

4.6.1 Identificar saberes e discernir atravessamentos

A reflexão sistêmica das diferentes relações entre grupos associados, cooperativas, poder público, academia, empresas privadas é central para discernir espaços de emancipação coletiva e de atravessamentos. Os saberes e as habilidades dos/as associados/as estão imbricados nesta complexidade cotidiana que repercute diretamente na sobrevivência dos grupos de ES que trabalham com resíduos sólidos e líquidos da municipalidade.

Como ter indicadores do processo de emancipação com esta complexidade? Possivelmente a emancipação de pessoas que passaram ou passam fome, que sofrem agressões familiares, que não têm banheiro na sua casa seja diferente da emancipação de uma pessoa que não passou por essas situações. Para uma pessoa trabalhar em um espaço com banheiro, com água encanada, com luz, com material para a produção, sentar-se e refletir sobre suas próprias práticas com suas luzes e sombras é parte da emancipação, sem dúvida, outras pessoas buscam outros indicadores.

A palavra emancipação com toda densidade teórica não pode ser deslocada do contexto do discurso e das condições possíveis culturais, políticas, educativas. Corre-se o risco de trabalhar com categorias que estejam deslocadas do contexto do discurso, por isso autogestão, emancipação, tempo, saberes associados. Busca-se uma interpretação contextualizada para fazer uma crítica das relações sociais possíveis.

No capitalismo, “o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho realizar-se em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 1982, p. 7). Nos processos de trabalho associado, a força de trabalho não se caracteriza como uma mercadoria, supõem-se relações econômico-sociais opostas às forças de exploração das relações capitalistas, e o desafio é:

elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço de intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo. (GRAMSCI, 1982, p. 8).

A contribuição de Fischer e Tiriba (2009), aos saberes associados e às formas de conhecimentos de Gadotti contribuem especificamente para este desafio:

Os saberes do trabalho associado⁵⁸ necessitam ser identificados, levando em conta o conjunto de habilidades, informações e conhecimentos que se engendra na história do processo coletivo e que necessita ser repensado nas suas dimensões culturais, político e de legitimização. (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 1).

Os saberes e o desenvolvimento de novas capacidades têm que articular-se com as informações da aldeia global e com um processo de formação crítico, pois o sistema capitalista é experto em estimular a desenvolver “novas habilidades” para somar ao capital da empresa. Os saberes associados devem ser críticos, pois nos diferentes trabalhos se explora a criatividade, as potencialidades, subjetividades de cada trabalhador/a para a acumulação do capital que fica em mãos dos donos da empresa.

A universidade pode se apresentar como um espaço crítico, uma produção de conhecimento diferente como Gramsci e outros/as profissionais estão projetando. Eis o desafio diante da exposição da chamada “responsabilidade social”, que enfatiza mais dados sem relacioná-los com processos, com dinâmicas sociais, culturais. Os números são importantes em relação a processos de conhecimentos. São indicadores de continuidade de rupturas de complexidade e não um dado isolado do contexto.

O tempo e as diferentes escutas possibilitam o desenvolvimento de novas capacidades, como consta na minuta da Carta da Ecopedagogia:

[...] sentir, intuir, vibrar emocionalmente; imaginar, inventar criar e recriar; relacionar e interconectar-se, auto-organizar-se; informar-se, comunicar-se, expressar-se, localizar, processar e utilizar a imensa informação da aldeia global; buscar causas e prever consequências; criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões. Essas capacidades devem levar as pessoas a pensar e agir processualmente, em totalidade e transdisciplinarmente. (GADOTTI, 2000, p.185).

Logo, leva tempo identificar os diferentes saberes e essas capacidades precisam pensar e agir de forma sistemática e processual. O tempo pelas mudanças da modernidade tem afetado as relações. Por um lado, aperfeiçoam-se processos que são mais rápidos e eficazes e, por outro, pode-se entrar na rapidez de

⁵⁸ Ver Fischer e Tiriba (2009, p. 293-8).

responder a demandas institucionais, esquecendo-se de processos formativos críticos. O que nos desafia é uma forma de conhecimento e de concepção de mundo que precisa ser exercitado nas associadas, na academia, no poder público e na autora deste texto.

4.7 Formação: novas tecnologias, e ecopedagogia

A reflexão parte de uma prática realizada cinco vezes distribuídas ao longo de dois meses em que três mulheres da AM+L participaram de um curso de qualificação nos laboratórios de química da UNISINOS.

A pergunta pertinente é: O curso foi realmente uma incorporação das novas tecnologias no processo de produção dos sabonetes ou são necessários outros processos metodológicos e de apropriação tecnológica?

As associadas aprenderam a extrair essências de frutas e flores para poder qualificar a produção de sabonetes. Vários saberes foram compartilhados e integrados, conceitos de química, física e, sobretudo, o manejo de novos aparelhos. Foi uma experiência que relatam com satisfação. Lembram a vestimenta apropriada para entrar no laboratório e as estagiárias que se dedicavam a explicar como se realiza o processo de extração.

Terminado o curso levaram as essências extraídas e ficaram meses, anos esperando que chegassem os aparelhos necessários para extrair essência no próprio espaço da associação, estava previsto no projeto. Em um artigo publicado se faz referência ao equipamento que seria montado no local:

Foram realizadas, durante dois meses, oficinas no laboratório de Química da Universidade, objetivando o aprendizado tecnológico dos produtos confeccionados e melhorias para a produção. Durante esse tempo de trabalho, observou-se que, para a linha desenvolvida por meio da reciclagem de óleo de cozinha, as oportunidades de melhorias ainda precisam ser aplicadas. Após o domínio da técnica, os sistemas experimentais de melhorias serão montados na sede do grupo para continuidade dos experimentos. O incremento da renda das mulheres participantes do grupo só será possível com o desenvolvimento contínuo de novos produtos com maior valor agregado. (HAHN et al., 2010, p. 20).

No processo de pesquisa, foi questionada a razão de não se ter montado o equipamento e a explicação foi que o dinheiro foi direcionado para outras necessidades do projeto, pois era perigoso ter um laboratório pelos escassos conhecimentos das associadas. Uma justificativa a considerar, porém não foi falado

para elas nem se buscou uma solução em conjunto que colaborasse com o processo de produção de essências. Aparecem nesta prática atravessamentos pedagógicos e de gestão do projeto aparecem que devem ser analisados e incorporados como aprendizagens para não dar continuidade a processos de cooptação.

O que Gramsci observou nas fábricas no século XX continua sendo atual: os trabalhadores que não se apropriam dos meios de produção continuam sendo servidores de quem tem o capital no momento.

A prática desafia a relacionar, a questionar e, sobretudo, a pensar a revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs) e sua relação com os projetos sociais. O curso de Educação da UNISINOS provoca a pensar as implicações destas relações com os processos educativos. A prática do curso de extração de essência, a conexão do local do grupo com a universidade em geral e especialmente com o foco tecnológico instiga a reflexão que segue.

O debate sobre as TS, devido à sua importância para o desenvolvimento social e sustentável, vem sendo incorporado, de forma progressiva nas agendas das instituições gaúchas e principalmente na UNISINOS? TS, segundo a própria Rede de Tecnologia Social (RTS, 2012), “compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”.

As tecnologias sociais podem nascer no seio de uma comunidade ou no ambiente acadêmico, aliando o saber, as habilidades da comunidade e o conhecimento técnico-científico. Um dos objetivos da TS é justamente reverter a tendência da tecnologia capitalista vigente, já que as TS se contrapõem a esse modelo em função de apresentar as seguintes características: serem adaptadas a pequenos produtores e consumidores; não promoverem o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; serem orientadas para satisfação das necessidades humanas [...]; incentivarem o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários, serem capazes de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, agricultura familiar e pequenas empresas. (NOVAES; DIAS, 2009, p. 18-9).

Importa essencialmente que sua eficácia seja multiplicável, propiciando desenvolvimento em escala. As características mencionadas anteriormente

demonstram que as TS estão voltadas para a produção coletiva e não mercadológica e, da mesma forma, está “mais imbricada a realidades locais, de modo que pudesse gerar resposta mais adequada aos problemas colocados em um determinado contexto”. (NOVAES; DIAS, 2009, p. 19). Um exemplo de tecnologias sociais são as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso à água de boa qualidade à população do semiárido. O país continua sendo cenário de injustiças sociais gritantes e se as TS apontam para uma realidade de socialização e apropriação em grande escala que contribuem para a redução do quadro de pobreza, analfabetismo, fome, exclusão social, elas devem constar como pauta principal dentro das Políticas Públicas do país. (TECNOLOGIA, 2012).

Sobre esta temática encontram-se artigos, denunciando que, no afã de se encontrar a tecnologia para os pobres, projetam-se equipamentos tecnológicos arcaicos de baixo investimento, e não se avança em uma produção que propicie uma maior renda econômica. Sua produção não terá escala.

Outras posições focalizadas por autores como Renato Dagnino, Ricardo Nader, Henrique Novaes e Rodrigo Fonseca têm debatido a questão da tecnologia e provocado a discussão sobre que tecnologia interessa ao desenvolvimento da ES. Eles contribuem para potencializar que as produções nos empreendimentos nada têm que ver com o tamanho dos equipamentos, focalizam que as máquinas, as técnicas dos equipamentos de ES precisam se diferenciar pelos objetivos de emancipação das pessoas, gerar desenvolvimento local e buscar uma relação com o ambiente que seja de sustentabilidade.

Há nas duas posições dimensões que têm que ser consideradas: o gasto com maquinarias arcaicas tem levados projetos sociais solidários a seu fechamento. São necessárias tecnologias adequadas e eficazes e novas relações.

A questão a ser enfrentada é o que Dagnino (2009) chama de inadequação cognitiva, os centros do saber não respondem à demanda de gerar outros conhecimentos. Segundo esse autor, o gerado nas universidades é inadequado para atender as demandas da ES. Essa inadequação está presente na forma como o conhecimento é produzido, e, muitas vezes, ela é levada para as esferas do governo e, mesmo quando há preocupação em executar políticas públicas, mostram-se também inadequadas. A universidade tem um conhecimento que é estéril, na medida em que não percebe as junções necessárias para operar com eficácia na realidade do contexto, neste caso com as situações de injustiças sociais do país.

A generalização da palavra contexto pode também levar a riscos, por isso o estudo do contexto local, particular não se faz só nos laboratórios da academia ou pelos ideais dos profissionais, pois as tecnologias apropriadas eficientes não podem ser as mesmas para um país em desenvolvimento e para os países desenvolvidos. O laboratório de química onde se desenvolveu o curso de extração de essências para sabonetes é apropriado para estudantes que vão trabalhar em laboratórios acadêmicos e de empresas, não com grupos de ES. Os espaços são diferentes e não se podem generalizar, por isso também se questiona o conceito de produção em grande escala que se utiliza com frequência quando se apresentam os TS.

Esta reflexão é corroborada por Castell (2000, p. 51):

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas).

Esta revolução, segundo Castell (2000, p. 87) “fornece a base material indispensável para uma nova economia”. Segundo o pensamento desse autor, ele faz a seguinte análise:

As novas tecnologias se alimentam da informação e agem sobre esta; os efeitos das novas tecnologias têm uma penetrabilidade em todos os âmbitos da sociedade e da nossa existência individual e social; o novo paradigma baseia-se na flexibilidade, uma vez que elas permitem permanentes modificações ao longo do processo; e, por último, há uma crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. (CASTELL, 2000, p. 87).

As tecnologias da informação e da comunicação estão principalmente nos campos da microeletrônica, da informática e das telecomunicações, mas nessa área se abrem novas e inauditas possibilidades que impactam o trabalho e a socialização. Trazem algumas rupturas na história da técnica no sentido que são eminentemente relacionais, funcionam na base da cooperação, da interatividade. (CORSANI, 2003). Antes de tudo, não se limitam ao âmbito meramente dos processos produtivos de bens materiais, por mais que não se possam ignorar os avanços que ali houve e que continuam a acontecer. O específico destas mudanças está no fato de que se centram nos processos de informação e de comunicação. Por essa razão, ela tem

um potencial de estar mais próxima. O uso e a apropriação destas tecnologias não se dão de maneira indistinta e uniforme. Eles obedecem a uma série de variáveis sociodemográficas que potencializam ou inibem o desenvolvimento da sociedade da informação ou do conhecimento. De modo geral, as facilidades de acesso e de uso referem-se a diversos condicionantes, que dizem fundamentalmente respeito à idade, ao nível de formação, à ocupação e ao estrato social. (TORRES; ALBERO, 2009).

Há no desenvolvimento tecnológico outra maneira de viver o laço social ou, como chama Michel Maffesoli o “laço societal” que nos obriga a analisar a sociedade de forma diferente. Hoje, são os meios digitais que provocam uma nova mudança e operam, conforme destacado por Brumer (2003), a partir de dentro e de fora do sistema educativo. De dentro, porque afetam o próprio processo de ensinar e de aprender. De fora, na medida em que as novas tecnologias de comunicação e informação criam um novo ambiente no qual se desenvolvem as relações sociais. Esta discussão é pertinente, pois os grupos de ES apontam para processos educativos de vida e cuidado ambiental, não se pode dividir a CT em um espaço da universidade e os grupos de ES em outros espaços. É necessário dialogar e questionar. Segundo Veiga (2004, p. 144), a “ES se apresenta como projeto econômico e prático das classes trabalhadoras, e constituiu-se como base para uma retomada da crítica da economia política”. A mesma autora sublinha que é uma resposta dos trabalhadores a uma reestruturação produtiva que sofre o uso abusivo e sem critérios das novas tecnologias.

O artigo de Adams e Streck “Educação Popular e novas tecnologias” é um referencial nesta temática.

Concluindo: Em outras palavras, as novas tecnologias não são simples instrumentais, mas convertem-se em parte da dinâmica estruturante, entretanto esta dinâmica estruturante encontra-se com um número elevado de pessoas que não têm acesso à internet ou não percebem como essas novas tecnologias poderiam contribuir com os processos de novas relações solidárias e transformadoras. Aqui está o papel da educação, das assessorias, pois qualquer tecnologia precisa vir acompanhada de vigilância crítica, avaliar seu significado e alcance, pois condensam interações sociais e políticas simbólicas.

Nem todo o curso realizado com instrumentais novos é uma nova tecnologia que colabora com processos de emancipação, nem se pode depreciar o potencial

que possam ter de fortalecer laços sociais, articular experiências, fazer enfrentamentos populares em vista de uma participação cidadã e ambiental. As novas tecnologias se apresentam como desafios para as incubadoras e para os processos formativos dos grupos de ES.

4.7.1 Formação da Complexidade Educativa e Ambiental na Perspectiva da Ecopedagogia

Antes de falar diretamente da ecopedagogia, menciona-se que esta realidade é um desafio dentro do marco da crise ambiental. Nas palavras de Leff (2000, p. 19):

[...] uma crise de civilização [...] que se manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado.

Segundo Riojas (2003), estamos diante de uma crise tripla, já que a crise ambiental e a crise social são acompanhadas de perto por uma “crise de saber” que fragmenta, aliena, simplifica e acelera o produtivismo, ocultando a complexidade e eliminando os saberes e práticas tradicionais. Com estes desafios, vamos entrar na formação de uma perspectiva que contempla a proposta da ecopedagogia. Não podemos perder o foco que AM+L tem uma proposta ambiental e que há fragilidades nas práticas ambientais. A reflexão traz a colaboração de pesquisadores/as que refletem nesta área com a seriedade pedagógica sobre as diferenças de classes sociais. Amplia-se a reflexão, trazendo-se a contribuição de Gadotti, Gutiérrez e Figueiredo. O objetivo específico número cinco aponta para poder colaborar com outros espaços de formação ambiental, exigindo ir além da SE pesquisada e trazer elementos novos que possam ser críticos e colaborativos nos processos formativos.

A crise ecológica é um desafio para os movimentos sociais e neste desafio são importantes a reflexão e as ações a que os movimentos sociais possam responder.

O cidadão crítico e consciente é aquele que compreende, se interessa, reclama e exige seus direitos ambientais ao setor social correspondente e que, por sua vez, está disposto a exercer sua própria responsabilidade ambiental. Este cidadão, quando se organiza e participa na direção de sua própria vida, adquire poder político e uma capacidade de mudança coletiva. Esse princípio assenta bases sólidas para a construção da sociedade civil,

pois são os movimentos sociais, no redimensionamento de sua participação social, os que podem validar o processo para gerar uma utopia de qualidade de vida alternativa, que se atualiza no cotidiano e dentro de um horizonte futuro, desejável e viável. (GUTIÉRREZ; PRADO, 2000, p. 15).

A cidadania planetária não pode ser apenas ambiental, já que existem instituições de caráter global com políticas ambientais que sustentam a globalização capitalista. Muitas instituições carregam na sua publicidade o cuidado ambiental, a educação ambiental, a cidadania planetária, mas é necessário compreender qual é o foco dessas palavras. Não podemos ostentar a bandeira “verde” como tábua de salvação. Enquanto o ambientalismo superficial apenas se interessa por um controle e gestão mais eficaz do ambiente natural em benefício das pessoas, o movimento ecológico exige uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário.

Por isso, são seguidas as trilhas de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado na relação entre ecopedagogia e cidadania planetária para focalizar a compreensão dos processos social e ambiental:

- a) dimensão socioambiental;
- b) cidadania dos pobres e cidadania planetária caminham juntas em processos educativos, éticos, políticos. A ecopedagogia é uma proposta para pensar os processos libertadores.

O que é ecopedagogia? É um conceito ainda em construção e é definido mais como um movimento do que como uma nova teoria de educação. No Brasil, o principal centro de estudos sobre ecopedagogia é o Instituto Paulo Freire.

A ecopedagogia educa para a cidadania planetária, implica uma reorientação de nossa visão de mundo, uma reeducação para vivermos numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo.

A ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras. Ela só tem sentido como projeto alternativo global em que a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma pedagogia da Terra.

Gadotti não opõe ecopedagogia à educação ambiental, mas amplia o seu campo de reflexão e ação. Ele explica que a ecopedagogia está mais para uma

educação sustentável, para uma ecoeducação, que não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o sentido profundo do que fazemos com nossa existência, na vida cotidiana, e que este sentido está intimamente ligado ao futuro de toda a humanidade e da própria Terra. Gadotti fala, ainda, sobre a necessidade de resgatarmos as utopias de libertação dos anos 1960, afirmando que mais do que nunca precisamos lutar por um mundo mais justo e produtivo, num ambiente sustentável. Não é possível, como diz Leonardo Boff, ter um mundo ecologicamente equilibrado sem justiça social; Boff fala em justiça social com justiça ecológica.

A educação tem uma dimensão ético-política que Paulo Freire reitera na *Pedagogia da Autonomia*, escrito em 1996, como tendo por referência o ponto de vista dos “condenados da terra”. É importante o lugar de onde se fala, pois faz parte da metodologia colocar este próprio lugar em xeque, problematizando-o constantemente.

A essência do ato educativo é o acontecer dinâmico das lutas cotidianas, é o lar de sentido. Não são os conhecimentos, as informações e nem as verdades transmitidas através de discursos ou leis que dão sentido à vida. O sentido se tece de outra maneira, a partir de relações imediatas, a partir de cada ser, a partir dos sucessivos contextos nos quais se vive. (GUTIERREZ; PRADO, 2000, p. 14).

Outro autor que fala sobre conhecimento dinâmico com base na educação popular é João Batista Figueiredo. Suas pesquisas trazem o rosto das pessoas e do contexto na perspectiva de uma educação ambiental dialógica, ecorrelacional, contextualizada nas tramas da vida. O sentido de trabalhar por um meio ambiente sadio constrói-se num fazer diário, numa relação pessoal e grupal e, por isso, a tomada de consciência ambiental cidadã só pode traduzir-se em ação efetiva quando segue acompanhada de uma população organizada e preparada para conhecer, entender e exigir seus direitos e exercer suas responsabilidades.

Gadotti (2000, p. 93) chama nossa atenção para:

A ecopedagogia insiste na necessidade de reconhecermos que as formas (vínculos, relações) são também conteúdos. Como essa pedagogia está preocupada com a 'promoção da vida', os conteúdos relacionais, as vivências, as atitudes e os valores, a prática de pensar a prática.

A ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade diante da ingovernabilidade do gigantesco dos sistemas de ensino, propondo a

descentralização e uma racionalidade baseada na ação comunicativa, na gestão democrática, na autonomia, na participação, na ética e na diversidade cultural. Entende que, dessa forma, a ecopedagogia se apresenta como uma nova pedagogia dos direitos, que associa direitos humanos, econômicos, culturais, políticos e ambientais e direitos planetários, impulsionando o resgate da cultura e da sabedoria popular. Ela desenvolve a capacidade de deslumbramento e de reverência diante da complexidade do mundo e a vinculação amorosa com a Terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, buscaram-se argumentos que possibilitassem compreender as emancipações coletivas, espaços de criatividade no cotidiano e as práticas de atravessamentos que reproduzem as mazelas do capitalismo nas práticas das relações.

A experiência da AM+L, como campo empírico de referência, foi escolhida pela atração de imbricações de mulheres pobres, espaço acadêmico, políticas públicas (especialmente as que fazem referência às mulheres e ao cuidado ambiental).

Para realizar a conclusão foi retomado o eixo da metodologia e os objetivos da pesquisa.

A conclusão, respeitando a metodologia, não pode ser geral, de todo o processo, mas das práticas analisadas. Apresentam-se conclusões coletivas e a conclusão da autora da tese.

- Conclusões refletidas na AM+L:

As relações no espaço da associação são marcadas pela partilha da vida. As associadas trabalham e aprendem a expressar suas ideias, seus desejos e suas dificuldades. Valorizou-se como uma constante em várias pessoas da associação, o local de trabalho como um espaço de aprendizagem de expressão da palavra, de contensão e fortalecimento para afrontar conflitos no grupo e na família. As mulheres consideram a AM+L um espaço familiar, de aprendizagem das políticas das mulheres e de iniciação do cuidado ambiental.

Todas alguma vez erraram e tiveram a possibilidade de começar novamente. “Nos trabalhos nas fábricas, quando se erra geralmente mandam a gente embora. Aqui no grupo é diferente, damos outra oportunidade, fala-se no grupo semanal e com ajuda dos estagiários/as de psicologia, das irmãs, foram propondo outras oportunidades algumas aceitam outras não”.

Cem por cento das mulheres apontaram que trabalhar associadas não é fácil, que há dificuldades nas relações vinculadas à centralização do poder e à transparência econômica. “Quando se vai uma integrante do grupo fica difícil, mais trabalho para as mesmas, mas tem coisas que melhoram quando entram outras novas”.

Após a saída de uma integrante com uma liderança centralizadora entraram quatro mulheres, estão em um período de aprendizagem do que significa participar de um grupo de ES. Diante da experiência da fragilidade, de quebra de algumas relações, o grupo passa por um processo de renovação com novas integrantes que procedem de outros bairros e de outra matriz histórica de vida.

Salientaram a presença das irmãs da CMCR e das integrantes do Tecnosociais como referências de qualificação nas práticas dialógicas, na gestão do grupo, em aprendizagem na administração do livro-caixa, em assessoramento legal, na defesa e assessoria diante de conflitos. As viagens realizadas para as feiras de ES em Santa Maria, e as viagens realizadas junto com as professoras de Engenharia Civil a São Paulo, Belo Horizonte e Manaus foram lembradas como experiências de superação pessoal, familiar e laboral. Relações que permitiram conhecer mais as professoras da UNISINOS e pensarem juntas o que iriam apresentar em outras universidades. Sentiram-se acompanhadas pelas professoras e estagiárias da Engenharia Civil. Venceram o medo de viajar de avião e de falar em público, uma experiência que nunca tinham imaginado vivenciar.

A fama do grupo não trouxe um aumento significativo na renda. Isso é uma preocupação para as participantes da AM+L e, sobretudo, para receberem novas integrantes. Cresceu a renda, mas não o suficiente para cobrir as condições básicas da vida, da família.

Há, por parte de algumas das associadas, uma preocupação com relação à nova gestão da prefeitura de São Leopoldo se vai ou não haver apoio à gestão dos grupos de ES. A Coleta Seletiva vem diminuindo a entrega de óleo saturado e há mudança das pessoas do poder público que eram referência para os encaminhamentos administrativos e legais dos grupos de ES. Atualmente o poder público está em fase de alteração de cargos, e isso interfere nas relações, na gestão e na produção. As relações com a Secretaria Municipal da Limpeza da Cidade e com a Secretaria do Meio Ambiente estão difíceis porque os gestores estão assumindo seus cargos agora e desconhecem muitas atividades do governo anterior, o que exerce impacto direto na gestão das associadas.

Há solidariedade e ajuda afetiva e efetiva que leva ao crescimento como mulheres que se reconhecem ao terem decidido não sucumbir à desesperança do desemprego e ao assumir uma luta coletiva de sobrevivência. Sair do bairro todos os dias e dizer à sua vizinha: "Vou trabalhar junto com outras mulheres, temos uma

proposta de trabalho ecológico que estamos organizando”. A satisfação de poder contribuir economicamente com o que conquistaram, elas o manifestaram como uma dimensão de liberdade, de alegria e de autoafirmação.

O vínculo de amizade da pesquisadora com as associadas se formou ao longo da SE, não foi um vínculo pronto, foi avaliado como processual. Marcaram como relevantes os momentos de escutarem-se umas às outras, de relatarem a história do grupo, baseadas nas fotos escolhidas que lembraram sua história. Consideraram as fotos e os símbolos utilizados nas reuniões como facilitadores para expressar-se e assim poder enxergar pessoas e situações que estavam esquecidas e que fizeram parte da história da associação. Os instrumentos mencionados anteriormente e as entrevistas de jornais oportunizaram perguntas e diálogos fluídos também com as novas integrantes. Consideraram a SE um tempo de partilha, de lembranças, de momentos alegres e também de exigências, muitas coisas para pensar, refletir, apontaram que reconhecer os limites delas e das relações com as outras instituições removia feridas sobre as quais que nem sempre queriam refletir.

Na conclusão delas apareceu com mais vitalidade a criatividade para conquistar espaços de sobrevivência coletiva, a importância de perceber-se pronunciando sua palavra no próprio espaço de produção e também em outros espaços. As que participam há mais tempo da associação fazem referência à UNISINOS como um lugar de apoio, de aprendizagem, entram na universidade com familiaridade, identificam lugares e pessoas. Após um longo processo de desconformidade com algumas práticas do PPG da Engenharia Civil, puderam expressar suas críticas em reuniões na academia e reconhecem também o apoio recebido delas.

Quando foi perguntado pela relação na inserção da cidade e pela relação educativa que fizeram em quinze escolas da região (São Leopoldo, Sapucaia, Porto Alegre) uma delas expressou: “Não importa a fama que conseguimos, nos importa poder ganhar mais”, foi o último ponto dialogado na conclusão e revela uma tensão que fica como desafio para continuar refletindo. Elas são conscientes de que as notas nos jornais, na TV, não trouxeram quase retorno para elas e que, quando falaram que faltava creche para deixar a seus/suas filhos/as ou da escassez do óleo saturado que chega para a produção, isso não foi publicado.

Essas foram as conclusões coletivas, fruto de reflexão e de diálogo com as associadas da AM+L.

- Conclusões da autora da tese:

O objetivo primeiro que está vinculado ao contexto da região da municipalidade foi desenvolvido no segundo capítulo por meio de dados pesquisados e das entrevistas com pessoas vinculadas a um exercício público na municipalidade.

O objetivo número dois se desenvolveu nas entrevistas coletivas, nos momentos da devolução do material e no quarto capítulo, pela análise da entrada do outro e nas conclusões coletivas e pessoais.

Nas relações no próprio grupo há silêncios como resistências a determinadas práticas e espertezas sobre as quais se refletiu vitalmente. Visibilizaram-se ambiguidades que se jogam nas relações. Para chegar a este ponto, foi necessário tempo e criatividade, mas vale a pena dedicar-se a uma reflexão que aponte a realidade com sua complexidade.

A fragilidade de uma associação e os vínculos de sobrevivência e cooptação se entrelaçam nas práticas pesquisadas.

Apesar da fragilidade da AM+L, as associadas conseguiram o licenciamento ambiental por cumprir todos os regramentos que a Secretaria do Meio Ambiente exigia para sua legalidade. Há um caminho de organização e de cuidado do local que foi progressivo, semana a semana, que levou aproximadamente quatro anos. Nas atas das reuniões, a expressão “falta organização” aparece constantemente. Após dois anos de caminhada na pesquisa, observa-se que mulheres organizam a semana de trabalho não como uma dificuldade, mas como dimensão facilitadora e de ordem entre elas. A organização do tempo não é uma dimensão fácil de ser praticada em grupos ou associações que estão integradas por mulheres pobres. Apresenta-se como limite para poder alcançar metas de superação na formação e nas vendas dos produtos, é uma consideração importante para ser levada em conta nos apoios institucionais. Não se pode esquecer que o tempo futuro é o hoje, vive-se o momento.

A sobrevivência associada marca uma postura ética, uma prática de um *ethos* comunitário que se cultiva no cotidiano das relações locais e globais, porém não pode ser mistificada, por isso a escolha do referencial teórico no qual se fundamenta a dimensão do “caçador furtivo” junto ao conceito de esperança possível do legado freiriano trabalhado no quarto capítulo. Nesta compreensão, é necessário investir na formação, sabendo-se dos desafios antropológicos, culturais, ambientais,

econômicos, além do desafio de gênero, que mobilizam a matriz de um grupo de uma associação. As relações estão imbricadas pela dimensão antropológica e cultural da sobrevivência não só da associação, como também do próprio núcleo familiar que se reflete no espaço de trabalho: falta de saúde, uso de drogas, violência familiar, escassa formação socioambiental, que afetam as subjetividades das associadas e a própria produção.

Um número elevado de mulheres participa dos grupos de ES. Há uma realidade de opressão histórica que carregam. Como se integrar esta realidade no processo formativo? A formação de ES não pode estar a cargo de grupos terceirizados que incluem a palavra ES como prática analisada, nem de professoras ou estagiárias que não tenham afinidade com esta proposta de vida. Capacitar pessoas com o espírito da ES custa caro e leva tempo a preparação. É um limite significativo, pois atualmente se tem pouco apoio financeiro para desenvolver programas de formação qualificada em ES. As incubadoras que apoiam os grupos de associações, cooperativas enfrentam esta realidade.

Nas práticas analisadas, na própria AM+L, há espaços de cuidado e apoio das subjetividades das trabalhadoras pelas próprias mulheres e pelas representantes do Tecnosociais. A incubadora da UNISINOS escutou as dificuldades solicitadas pelas associadas e conseguiu uma assessoria psicológica formada por um grupo de estagiários de psicologia que atuou junto às mulheres durante dois anos. No anexo D, estão os resultados deste processo relacional que aponta uma emancipação coletiva e deixa aberto um caminho a seguir, vinculando os desafios das relações com desafios legais e econômicos. A partilha da subjetividade foi uma prática constante relatada desde o início da gestão do grupo de mulheres. Está vinculada também a um estilo de animação grupal das irmãs da CMCR que fazem parte desse grupo desde o início. Portanto, este estilo de relação, que foi alvo de reflexão no próprio grupo, colaborou para a emancipação coletiva em relação aos direitos das mulheres e ao respeito e cuidado da corporeidade. Fortaleceram-se nos espaços semanais de reuniões nos quais analisam a organização da semana e suas implicações relacionais. Este espaço não pode faltar dentro da gestão da própria associação, porém práticas de partilha da subjetividade deveriam ter um espaço mais definido. Corre-se o risco de trasladar os desafios da família, do bairro, para muitos momentos da gestão e produção da AM+L. O tempo com os estagiários de psicologia terminou, há indicações de superação nas relações

na organização e ficou como proposta continuar com os desafios legais e econômicos.

O fato está em manter a tensão em continuar cuidando da reflexão a partir das subjetividades, pois a formação passa pela influência de formadores/as, assessores/as que respeitam e valorizam os saberes das pessoas e a qualificação para a produção e vendas dos produtos. Esta aprendizagem não é só para o próprio grupo. Pode ser uma referência para outros grupos que iniciam processos associativos ou cooperativos e, sobretudo, para assessores/as que tenham sensibilidade de uma formação participativa, integral e dialética.

Os objetivos três e quatro também se foram tecendo ao longo da tese.

As relações da AM+L com o espaço acadêmico UNISINOS se apresenta como uma referência pedagógica positiva que colaborou para a emancipação das associadas. Citam-se as seguintes práticas: encaminhamentos e assessoria em assuntos legais, administrativos e de violência familiar, mediação com o poder público, introdução básica aos princípios de ES. Essas dimensões foram saberes, conhecimentos, acrescentados no espaço do trabalho da associação em relação com a academia. Não se consideram finalizados, pois foram conhecimentos que surgiram dos diálogos, portanto foram adquiridos pelo desafio das práticas do trabalho. As relações com a UNISINOS não foram somente de apoio ou de incentivo para uma emancipação coletiva. Há relatos de práticas que marcaram a ambiguidade do procedimento acadêmico, que não levaram em conta os princípios de uma educação participativa muito menos da contribuição da ecologia de saberes. Continuam manifestando-se procedimentos marcados pela colonização com diferentes roupagens que necessitam ser pensados e desconstruídos.

A fragilidade da equipe da incubadora e a demanda dos grupos incubados levam a buscar apoios dentro da própria academia e com o poder público. As relações para que sejam apoios emancipadores necessitam de diferentes escutas, de indicadores sociais contextualizados, fundamentação teórica dos princípios de um *ethos* comunitário que contemple os desafios da ecologia de saberes. Quando algumas destas dimensões não se integram, há atravessamentos que se expressam em distâncias, silêncios e desgastes de um trabalho em equipe.

O processo de autogestão, que é um dos princípios da ES, se diluiu durante o período da reforma do local. As próprias associadas entregaram mais o poder à

própria Universidade com a ilusão de que na academia encontrariam soluções econômicas e legais.

Houve também da parte da academia posturas sobre as quais é preciso refletir: compra de materiais inapropriados para a produção, falta de um processo pedagógico relacional que cuidasse da inserção dos estagiários em relação a sua colaboração e aprendizagem. Não houve uma gestão econômica participativa. As mulheres da associação por muito tempo silenciaram seu desconforto diante de práticas da Universidade por medo de perder os recursos econômicos. Houve uma mudança de postura nas relações que levou a que elas expressassem a desconformidade nas reuniões e porque se oportunizou a escuta das posturas. Os vínculos se desgastaram pelas diferentes expectativas que havia. De um lado, estavam as expectativas de sobrevivência grupal e de outro, a intenção de trazer mais associadas para o grupo, a fim de aumentar a produção e poder dar conta satisfatoriamente do projeto que apoiou economicamente. Houve uma distância de expectativas que marcou diferentes metodologias atreladas pelo tempo e pelo fator econômico. Não houve tempo de amadurecer uma proposta coletiva em algumas práticas vinculares, o que leva tempo e nem todas as pessoas dos grupos de ES poderão acompanhar as etapas da elaboração de um projeto, porém sua participação traz informações significativas. O proceder das escutas e da avaliação coletiva não é um detalhe diante de relações da universidade com grupos de ES. A academia tem prática de elaborar projetos de pesquisa. Em alguns casos, é necessário estar atenta para não cair rapidamente em armadilhas. Gramsci alerta para não descobrir na própria prática produtiva elementos de conhecimentos que precisam ser integrados em um projeto emancipatório.

O desafio das incubadoras está em trabalhar com profissionais e estagiários que estejam mais afinados com processos pedagógicos, com colaboradores/as que contemplem a ecologia de saberes. Um número elevado de mulheres participa dos grupos de ES e há uma realidade de opressão histórica por serem mulheres pobres, que não se pode ignorar. A colaboração de Gebara aponta para esse núcleo fundamental a fim de que se oportunizem processos emancipatórios. Seja em fóruns, seja em assessorias, seja em diferentes projetos, essa realidade tem que estar contemplada.

A formação de ES não pode estar a cargo de grupos terceirizados que incluem a expressão ES, como na prática analisada no ponto 4.4. Capacitar pessoas

com o espírito da ES tem custo elevado e necessita tempo de preparação. Logo é um limite. Atualmente não se tem quase apoio financeiro para desenvolver programas de formação qualificada em ES. As incubadoras que apoiam os grupos de associações, cooperativas enfrentam esta realidade.

O desafio dialógico das incubadoras com as novas tecnologias está nesta linha, as TCIs podem contribuir com os grupos de ES com um projeto pedagógico coletivo e romper o círculo vicioso colonizador ou repeti-lo. São desafios que as incubadoras terão que analisar para organizar seus processos formativos.

As relações da AM+L com o Poder Público se manifestaram com diferentes matizes, aparecem em determinadas práticas com intensidade e em outras tênues ou mediadas pelo Tecnosociais. Destaca-se como relação emancipadora coletiva o apoio do serviço da SMPM. Ele foi mediado pelo Tecnosociais e pelo esforço ativo das associadas. Este serviço desencadeou reflexão e socialização, oportunizou conhecimento, apropriação das integrantes da associação das políticas públicas das mulheres em relação à defesa diante da violência familiar e do próprio bairro. Se não houvesse uma estrutura que agisse coletivamente e articuladamente, possivelmente o sofrimento não tivesse encontrado acolhida devido aos encaminhamentos públicos. Os vínculos com esta Secretaria foram práticas pontuais em momentos limites e na participação em algumas oficinas. Pela influência que tiveram suas assessorias e pela relação com o contexto das mulheres, este apoio foi formativo e abriu também fortalecimentos na perspectiva de geração de renda.

A relação da AM+L com outros espaços do poder público como a Secretaria do Meio Ambiente foi apresentada nos capítulos dois, três e quatro nos quais se fez uma análise de dados socializados. É importante trabalhar com dados contextualizados, haver uma maior integração de indicadores sociais e ambientais e conhecer outras experiências de ES que prestam serviços municipais. A formação de uma educação ecológica é frágil. De fato, não apareceu como importante nas conclusões coletivas. É um desafio dentro do próprio grupo e nos espaços acadêmicos e públicos.

Os objetivos específicos cinco e seis estão vinculados à reflexão das práticas escolhidas no quarto capítulo e, sobretudo, aos desafios da formação que inclui a relação com novas tecnologias e com uma educação que integra os desafios sociais e ambientais. Indica-se a importância da fundamentação teórica da ecopedagogia por contemplar uma educação ecológica que se articula com classes populares.

Finalmente o último objetivo específico atravessa toda a tese. A metodologia de SE escolhida é formativa e permite recolher e repensar práticas cotidianas. É um caminho metodológico que movimentava esquemas, conceitos, atitudes dos próprios espaços, oportunizando afirmações e críticas no caminho realizado. O registro escrito da SE abre para que outras práticas possam ser sistematizadas, aproximando a realidade da sua complexidade. O fato de ser participativa faz com que pessoas que não estão habituadas a esta prática possam enriquecer-se e dar-se conta da riqueza da reflexão. Foi um exercício carregado de idas e voltas pela exigência metodológica e pelo referencial teórico dialético tecido na tese para não cair em uma posição fechada. A SE de experiências com mulheres pobres associadas é um dos caminhos de resistência ao individualismo capitalista que fragmenta os saberes e deixa na invisibilidade práticas coletivas que necessitam ser analisadas.

Realidades que ficaram abertas para futuras pesquisas: os desdobramentos das relações do bem viver nos grupos de formação de ES; que os limites dos princípios de ES no contexto atual sejam econômicos como na configuração da compreensão do coletivo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo *Educação e economia (popular) solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado na Associação Dos Recicladores de Dois Irmãos, 1994-2006*. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

_____. *Educação e economia popular solidária: Mediações pedagógicas do trabalho associado*. Aparecida: Idéias Letras, 2010. 199 p.

_____. *Educação popular: conscientização como busca da visão de totalidade*. 1982. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Filosofia) --. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 1982.

_____; STRECK, Danilo. Educação Popular popular e novas tecnologias. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 119-27, maio/ago. 2010.

ALVES DA SILVA, Márcia. Trabalho feminino e o caráter participativo das cooperativas populares. In: HERBERT, Sérgio P. et al. (Org.). *Participação e práticas educativas: a construção coletiva do conhecimento*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009. p. 106-16.

AMORIN, Elizabeth. *A dimensão de o cuidado essencial no fazer pedagógico infantil como exigência primeira na construção da cidadania planetária*. 2002. Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2002.

ANDREOLA, Balduino Paulo Freire do ponto de vista da Interdisciplinaridade. In: STRECK, Danilo (Org.). *Paulo Freire: ética, utopia e educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 67-94.

_____. Contribuição de Ernani Maria Fiori para a pedagogia política de libertação. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 9, jul./dez. 1997.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 352 p.

ARTEAGA, Belén et al. *La Sistematización de experiencias: un método para impulsar procesos emancipadores*. Caracas: Sistema Nacional de Imprentas, 2010. 96 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BAUER, Raymond. *Social indicators*. Cambridge: Mass, 1996. 120 p.

BENINCÁ, Elli. *Educação: práxis e ressignificação pedagógica*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. 330 p.

BERDEGUÉ, Júlio A.; CAMPO, Ada; ESCOBAR, Germán. *Sistematização de experiências locais de desarrollo agrícola y rural: guia metodológica*. 2. ed.

Santiago: Fidamerica; Prevel, 2002. Disponível em: <<http://www.grupochorlavi.or/webchorlavi/sistematizacion/guimetodologia.PFF>> Acesso em: 21 jan. 2011.

BERNECHEA, María M, GONZÁLEZ, Estela, MORGAN, María de la Luz. *La sistematização como produção de conhecimentos*. Taller Permanente de Sistematización – CEAAL-PERU. Biblioteca Virtual de Sistematización. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistema/biblio.html>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BICKEL, Ana. La sistematización participativa para descubrir los sentidos y aprender de nuestras experiencias. *Revista la Piragua*, México, n. 23. 2006.

BONBAUER, Luiz Gilberto. *Da ideia de pessoa à proposta educativa: o pensamento filosófico e pedagógico de Ernani Maria Fiori*. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRANDAO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006. 266 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <www.mds.gov.br/gestadainformacao>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BRUNNER, José Joaquín. *Educación e internet, la próxima revolución?* Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2003. 220 p.

CARVALHO, Isabel C. *Os sentidos de “ambiental”*: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique. *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 99-119.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPEd, ANPPAS e EPEA). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 119-134. abr 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a07.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

CASTELL, Manuel. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 412 p.

CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.

CENDALES, Lola. La metodología de la sistematización: una construcción colectiva. *Aportes*, Bogotá, n. 57, 2004.

_____; TORRES, Alfonso. *Recordar es vivir*: algunas técnicas para reactivar la memoria colectiva. *Aportes*, Bogotá, n. 56, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 52 p.

CERTEAU, Michel de. *La debilidad del creer*. Buenos Aires: Katz, 2006. 321 p.

CERTEAU, Michel de. *Mai sensa*. Edizioni Qiqajon, 1993. 168 p.

CIFUENTES, Rosa M. _____. La escritura: clave en procesos de sistematización de experiências. *Revista Decisio*, Pátzcuaro, n. 28, enero/abr. 2011.

COLETA seletiva. *Rede: Boletim Rede de Cristão*, Petrópolis, ano 20, n. 237, p. 7, set. 2012.

CORAGGIO, Jose. Principios, instituciones y prácticas de la economía social y solidaria. *La Piragua: Revista Latinoamericana y Caribeña de Educación y Política*. CEAAL, Santiago de Chile, n. 35, Dic. 2011.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexandre Pates; SILVA, Gerardo (Org.) *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-33.

CUNHA, Guaraci. Orçamento participativo no Vale dos Sinos. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 3, 18 fev. 1999.

DAGNINO Renato. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: IG/UNICAMP, 2009. 183 p.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito do poder*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. 287 p. (Prospectiva, 7).

DOWBOR, Ladislau. *Democracia económica*. Vozes: Petrópolis, 2008. 126 p.

_____. *Artigos*. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ECKERT, Cordula; TRINDADE, Luis Alberto. *Orientações para elaboração de projetos*. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 41 p.

EGGERT, Edla. *Educa-teologiza-ção: fragmentos de um discurso teológico (mulheres em busca de visibilidade através da narrativa transcriada)*. Tese (Doutorado em Teologia) -- São Leopoldo: EST, 1998.

_____. Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer igreja teologia e educação popular, teologia e educação popular. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 2, n. 13, 2004.

ESCOBAR, Manuel *Paulo Freire: una pedagogia latino-americana*. México: Kyrios, 1993. 335 p.

FALKEMBACH, Elsa M. F. *Sistematização, uma arte de ampliar cabeça*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA/PDA, 2006. (Sistematização, 11).

FALKEMBACH, Elsa M. F. Sistematização... e agora? In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT. *Projeto de sistematização: um ato de criação política e de conhecimento*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação CUT, 2000. p. 37-52. (Caderno, 2).

FALS BORDA, Orlando *Conocimiento y poder popular*. siglo XXI Bogotá: Punta de Lanza, 1985. 172 p.

FIGUEIREDO, João. B. *Educação ambiental dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba-CE (Brasil)*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas, Ecologia. Educação Ambiental) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2003.

FIGUEIRÓ, Adriano. A educação ambiental em tempos de globalização da natureza. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, REVBEA. Rio Grande, n. 6, p. 41-47, 2011.

FIORI, Ernani Maria. Conscientização e educação. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 11, n. 1, jan./jun. 1986.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Nota sobre saberes de experiências e a constituição de empreendimentos econômicos solidários. *Ciências Sociais UNISINOS*, São Paulo, v. 40, n. 164, p. 139-51, jan./jun. 2004.

_____; ZIBELL, Clair Ribeiro. Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da produção e da reprodução. In: PIKANÇO, Iracy; TIRIBA, Lia (Org.). *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004. p. 55-74.

FISCHER, Nilton. Educação não escolar de jovens e educação ambiental: um balanço de produção de conhecimentos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 370-85, 2009.

In: PENNA, R.; TOALDO, A.; SABEDOT, S. (Org.). *Conhecimento sustentabilidade e desenvolvimento regional*. Canoas: UNILASALLE, 2006. 144 p.

_____. Trabalho e autonomia: construção do possível entre trabalhadores, homens e mulheres, recicladores da Associação Ecológica Rubem Berta de Porto Alegre. *Revista Educação Unisinos*, São Leopoldo, p. 130-8, maio/ago. 2006.

_____; MOLL, Jaqueline (Org.) Orçamento participativo. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 4, n. 7, p. 223-227, 2000.

FONDO MINK'A DE CHORLAV. *Desarrollo territorial rural: aspectos destacados de experiencias en proceso en América Latina*. Disponível em: <<http://www.grupochorlavi.or/webchorlavi/sistematizacion/guimetodologia.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

FRANCKE, Marfil; MORGAN, María. *La sistematización: apuesta por la generación de conocimientos a partir de las experiencias de promoción*. Lima: Escuela para el desarrollo, 1986. Disponível em: <<http://www.fondominkachorlavi.org/webchorlavi/sistematizacion/marfilfranke.PDF>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 150 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

_____. *Pedagogia da esperança*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 245 p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 243 p.

GADOTTI Moacir, GUTIÉRREZ Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. (Questões de nossa época, v. 25).

_____. *Pedagogia da terra*. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000. 224 p.

GEBARA, Ivone. Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto. *Revista IHU*, São Leopoldo, ano. 7, n. 210, 2007.

_____. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*: Petrópolis: Vozes, 2001. 261 p.

GHISO, Alfredo. *Investigación educativa: sujetos, gramáticas y ecologías*. Biblioteca virtual de sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización CEAAL, 2008. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html>. Acesso em: 22 maio 2012.

_____. *Conferencia: sistematización y educación* (audio MP3). Realizada como parte del Foro Regional del COMIE, 30 de Junio 2011.

_____. *De la práctica singular al diálogo con lo plural: aproximaciones a otros: tránsitos y sentidos de la sistematización en épocas de globalización*. Biblioteca virtual de sistematización/Programa Latinoamericano de apoyo a la Sistematización. 1998. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html>. Acesso em: 22 maio 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Questões da nossa época, 5).

GRASMCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho 1982. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 244 p.

GRUPO MUNDO +LIMPO. *Fôlder*. São Leopoldo, [2011?]. 1 folder.

GUTIERREZ, Francisco; PRADO Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 128 p.

HAHN, Renata et al. *Mundo+Limpo: uma tecnologia social em construção*. In: FERNANDES, Rosa Maria; MACIEL, Ana Lúcia (Org.). *Tecnologias Sociaissociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010. p. 17-22.

HERBERT, Sérgio P. R et al. (Org.) *Participação e práticas educativas: a construção coletiva do conhecimento*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009. 171 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 22 maio 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *ObservaSinós*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_content&task=view&id=332&Itemid=120>. Acesso em: 12 dez. 2010.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 22 maio 2012.

JARA, Oscar H. *Dilemas y desafíos de la sistematización de experiencias*. Costa Rica: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 2001. Disponível em: <<http://alforja.or.cr/sistem/biblio.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

_____. La evaluación y la sistematización. _____. In: *Los desafíos de la educación popular*. Lima: Tarea, 1986.

_____. Sistematização das experiências: algumas apreciações. In: BRANDÃO, Carlos; STRECK, Danilo (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Idéias Letras, 2006. p. 229-43.

_____. *La sistematización de experiencias prácticas y teorías para otros mundos posibles*. São José, C.R: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 2012. 310 p.

JOSSO, Maria C. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa-Formação, 2004, 285 p.

KAYSER, Arno; GEBARA Ivone. Terra: eco sagrado. In: KAYSER, Arno; GEBARA, Ivone. *Terra: eco sagrado: teologia da libertação e educação popular*. São Leopoldo: CEBI, 2008. 62 p.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2002. 884 p.

LAYARGUES, Philippe P. *Um panorama da educação ambiental no Brasil: educação ambiental e mudança social*. Primeiro dia 06/10/2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/mc22philippepomierlayrargues.doc>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

LEFF, Enrique (Coord.). *A complexidade ambiental*. Traduzido por Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003. 342 p.

_____. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI Jr., A. et al. (Ed.) *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus, 2000. p. 19-51.

LEÓN CEDEÑO, Alejandra; MONTENEGRO, Marisela. *Afecto, conciencia, acción: investigación acción participativa en San José de la Urbina*. Tesis de grado -- Facultad de Humanidades y Educación, Escuela de Psicología, Departamento de Psicología Social, Universidad Central da Venezuela, Venezuela, 1993.

LOUREIRO, Carlos F.B.; LALAYRARGUES, Philippe; CASTRO, Ronaldo (Org.). *Repensar a educação ambiental um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. 206 p.

MAGALHÃES, Hilda. O conceito de gestão escolar na ecopedagogia. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.*, v. 17, p. 262-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol17/art7v17a16.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

MAIA, Marilene. Políticas igualitárias: caminho para garantia dos direitos sociais. *Revista IHU*, São Leopoldo, ano 11, n. 373, p. 14-16, 2011.

MARINGÁ. Secretaria do Meio Ambiente. *Você sabia*. Maringá, [2012?]. 1 folder.

MEJÍA, Raúl. *Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. São Paulo: Cortes, 1996. (Questões da nossa época; v.50). 99 p.

MÉSZÁROSM, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

MORGAN, Gareth. *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN Edgar. *Ciência com consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 344 p.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 177 p.

_____; MOTTA, Raúl; CIURANA, Emílio, R. *Educar para a era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humanos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 124 p.

NOVAES, Henrique; DIAS, Rafael. Contribuições ao marco analítico conceitual da tecnologia social. In: DAGNINO, Renato Peixoto. *Tecnologias sociais: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Unicamp, 2009. p. 17-53.

OBSERVASINOS. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/areas/trabalhos/observa-sinos>>. Acesso em: dia 22 mar. 2011.

OLIVEIRA, Raimunda de et al. ENFOC Repercusiones de una Manera de ser escuela. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, 2010. 166 p. (Experiências Enfoc, 1).

OLIVEIRA, Welington; PIROLA Josenilde; PEREIRA Jorge. A relação da saúde com a qualidade do meio antrópico: uma questão de debate. *Revista Brasileira de Educação Ambiental - REVBEA*, Rio Grande, n. 6, p. 20-27, 2011.

ORÇAMENTO participativo. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [2012?]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 20 maio 2012.

PENNA, R.; TOALDO, A.; SABEDOT, S. (Org.). *Conhecimento sustentabilidade e desenvolvimento regional*. Canoas: UNILASALLE, 2006. 144 p.

PEREIRA, POTYARA. A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008. 216 p.

PEREIRA, William, C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis: Vozes, ISTA, PUC MINAS, 2001, 335 p.

PROJETO de olho no olho d'água promove atividade na terça-feira. *O Imigrante*, São Leopoldo, ano 17, ed. 242, p. 14, 12 nov. 2010.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS. Disponível em: <www.rts.org.br>. Acesso em: 16 dez. 2010.

RIOJAS, Javier. A complexidade ambiental na universidade. In: LEFF, E. (Coord.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 217-240.

ROCHA José Sales Mariano da. *Educação ambiental técnica para os ensinos fundamental, médio e superior*. 2. ed. Santa Maria, 2000. 516 p.

ROMERO, Roberto. *Grupo objeto y teoría*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007, 160 p.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004. 181 p.

SALINAS, Alfonso Luz Marina. *La construcción de autonomía en una organización comunitaria*. Directora: Lola Cendales, Bogotá: Biblioteca da Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura*. São Paulo: Cortez, 2006. 511 p. (Para um novo senso comum, v. 4).

_____. *O papel público das políticas na garantia dos direitos sociais*. São Leopoldo: Contexto, 2010. p. 44-58.

_____. Para uma pedagogia do conflito. In FREITAS, Lúcia; MORAES, Salette (Org.). *Contra o desperdício da experiência: a pedagogia do conflito revisitada*. Porto Alegre: Rede, 2009. p. 15-40.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007. 127 p.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência: para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002b. v. 1. (Para um novo senso comum, 1).

_____. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002a. 572 p.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. *Mapa das regiões do orçamento participativo*. Disponível em: <<http://www.saoleopoldo.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. *Diálogos regionais: do território à cidade. a sociedade que temos e a sociedade que queremos*. São Leopoldo, 2011.[não paginado].

SÃO LEOPOLDO. Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres - SMPM. *Fôlder*. São Leopoldo, 2008. 1 folder. não paginado.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 34. ed. Campinas: 2009.164 p.

SCHMITZ, Vera. Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, n. 29, 2012.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo*. um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 256 p.

SEMERARO, Giovanni. Libertação e hegemonia: chaves de filosofia política na educação brasileira. In: TORRES; Artemis, SEMERARO, Giovanni; PASSOS, Luiz Augusto (Org.). *Educação fronteira política*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 19-36.

SILVEIRA, Fabiande da; GHIGGI Gomercindo; PITANO Sandro. *Leituras de Paulo Freire*. Pelotas: Seiva Pelotas, 2007. 284 p.

SINGER, Paulo. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE UCSAI, 2000b. p.143-165.

_____; SOUZA, André Ricardo (Org.). *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto. 2000a.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 23 p.

SHIVA, Vandana. *Monocultura da mente*. São Paulo: Global, 2002.

STRECK Danilo R. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

_____. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis: Vozes. 2003. 183 p.

_____. Educar a solidariedade: desafios pedagógicos para reinventar a comunidade. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 6, n. 10, p. 13-35, 2002.

_____. *Pedagogia no encontro de tempos: ensaios inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis: Vozes 2001 136 p.

_____. *Correntes pedagógicas: aproximações entre pedagogia e teologia*. São José: CELADEC, 1994. 136 p.

TAGLIEBER, José Erno. *A pesquisa em educação ambiental: dossiê de implantação do GE EA22 do ANPED*. 2002. Texto em PDF. Disponível em: <www.reasul.univali.br>. Acesso em: 10 maio 2010.

TECNOLOGIA Social - Conceito. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>>. Acesso em: 10 out. 2012.

TECNOLOGIA Social. Disponível em: <<http://www.tecnologiasocial.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. In: BRANDÃO, Carlos R; STRECK, Danilo, R. (Org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Idéias Letra, 2006. p. 161-2.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001. 342 p. (Fronteiras da Educação).

_____; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almeida, 2009. p. 293-8.

TORRES, Albero. La interpretación en la sistematización de experiencias. *Revista Decision*, Bogotá, p. 47-54, enero/abr. 2011.

_____. Jóvenes y TIC: una afinidad electiva. In: TEZANOS, José Félix (Ed.). *Juventud y exclusión social: décimo foro sobre tendencias sociales*. Madri: Editorial Sistem, 2009. p. 471-494.

TORRES, Alfonso. Educação popular y nuevos paradigmas: desde la producción del CEAAL entre 2004 y 2008. *La Piragua*. Revista Latinoamericana de Educación y Política, México, n. 28, p. 5-27, enero 2009.

_____. *Educación popular: trayectoria y actualidad*. 2. ed. Bogotá: Editorial El Buho, 2011. 168 p.

_____. *Movimientos sociales, organizaciones populares y constitución de sujetos colectivos: reconstruyendo el vínculo social*. Bogotá: Facultad de Ciencias Sociais y Educativas, UNAD, 2002. 261 p.

_____; CENDALES Lola; GHISO Alfredo. Sistematización de experiencias de organización popular en Bogotá. *Aportes*, Bogotá, n. 57, 2004.

TORRES; Artemis; SEMERARO; Giovanni; PASSOS; Luiz A. (Org.). *Educación fronteras políticas*. Guibá: FAPEMAT, CNPQ, EDUFMT, 2006. 244 p.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. *Revista Educação*, São Leopoldo, v. 10, n. 2, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Revista Educação e Realidade sobre Educação Ambiental*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, 2009.

VEIGA, Sandra Mayrink. Pensando o Brasil, a economia solidária e o desenvolvimento local. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). *Educación e socioeconomia solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade*. Cárceres: Unemat, 2004. (Sociedade Solidaria. v. 1).

ZITKOSKI, Jaime. Diálogos/dialogicidade In: STRECK, Danilo R.; REDIN Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 117-8.

_____. Educação popular e pós-modernidade: um olhar em tempo de incertezas. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, n. 21, 2007,

_____. Um olhar em tempo de incertezas. *Cadernos IHU*. Educação Popular e Pós-Modernidade, São Leopoldo, 2007.

APÊNDICE A - TRAJETÓRIA DE VIDA DAS INTEGRANTES

Tópicos da trajetória de vida-trabalho de algumas mulheres que integraram a AM+L e das integrantes atuais.

Claudia Alves dos Santos. Entrevista realizada no dia 24.09.2010. Trajetória de trabalho: auxiliar de produção e babá. Escolaridade: 2º grau. Fez parte do Projeto Voluntariado em Ação no ano 2005. Participou desde o início do grupo que organizou o projeto pesquisado, participou do grupo de mulheres coordenado pela Professora Clair Zibelli. Participou ativamente do Fórum Social de Economia Solidária. Foi Conselheira Financeira da AM+L. Falecida em 2012.

Cláudia Cristiane Falkenback da Silva: Foi membro da AM+L no ano 2009 até 2011. Conselheira Administrativa Suplente. Trajetória de trabalho: auxiliar de produção. Escolaridade: 1º grau. Três filhos.

Patrícia Souza dos Santos: Membro da AM+L de 2009 até 2012. Trajetória de trabalho: Auxiliar de produção. Três filhos. Escolaridade: 1º grau. Conselheira Administrativa. Entrevista realizada pessoalmente no dia 10 de outubro de 2010. Participou de quase todas as reuniões de SE.

Patrícia Mendes da Silva: Participou em projetos comunitários desde o ano 2004. Integrante do grupo das mulheres do Mundo + Limpo desde sua fundação. Auxiliar de produção. Não frequentou a escola. Quatro filhos. No ano 2012, iniciou um processo de alfabetização com a educadora Inés Matilla que colaborou para a aprendizagem da leitura fundamentalmente. Participou das entrevistas coletivas e de todos os encontros realizados na pesquisa. Faz parte da diretoria eleita na Assembleia Ordinária do dia 10 de setembro de 2012. Atualmente é Conselheira Administrativa.

Daiana Rodriguez da Silva: Participou do projeto comunitário de mulheres “Parceiras Pela Vida” que visava a fomentar um espaço de recreação e de alimentação para cinquenta crianças do Bairro Teresa e Duque de Caxias. Casada. Tem dois filhos. Escolaridade: séries iniciais. Trabalhou aproximadamente um ano.

Graziele Gonçalves: Participou do projeto pesquisado desde o início, 2007. Trabalha no serviço de vendas dos produtos em São Leopoldo, Sapucaia e Porto Alegre. Participou das Feiras de Economia Solidária em Santa Maria e em São Leopoldo. Viajou com as Professoras de Engenharia Civil a Manaus, representando a AM+L. Não foi constante sua presença, dificuldades nas relações,

desconformidade na organização do trabalho e outros desafios familiares e econômicos fizeram-na afastar-se durante um período. É responsável pela educação de seus dois irmãos adolescentes e seu filhinho, além das tarefas da casa. Escolaridade: séries iniciais. Retomou os estudos pela noite e depois os abandonou, não consegui acompanhar o ritmo. No período em que ela esteve afastada do grupo, realizou-se a entrevista pessoal. Data 10.04.2010. Faz parte da diretoria eleita na Assembleia Ordinária do dia 10 de setembro de 2012. Atualmente é Conselheira Administrativa.

Teresa Fátima de Siqueira: Participou do grupo desde seu início. Fez parte da associação de 2009 a janeiro de 2011. Trajetória do trabalho: babá. Escolaridade: séries iniciais. Três filhos. Participou das entrevistas coletivas realizadas no ano de 2010.

Sunamita da Silva: Realizou sua primeira experiência de trabalho na AM+L. Escolaridade: séries iniciais. Trabalhou no ano 2008 e alguns meses do ano de 2009. Não foi entrevistada. Mora atualmente em Arroio do Sal. Seus dados foram retirados da documentação da associação.

Maria Cristina Giani: Trabalha desde o início do grupo (2007). Escolaridade: Grau Universitário. Faz parte da diretoria eleita na Assembleia Ordinária do dia 10 de setembro de 2012. Atualmente é Conselheira Administrativa. Integrante da CMCR. Trabalhou no Instituto Humanitas Unisinos – IHU de 2007-2010.

Alejandra Molinas Reyes. Participa da associação desde março de 2010. Escolaridade Grau Universitário. Atualmente é Administrativa Suplente. Integrante da CMCR.

Deise Fernanda de Oliveira: Participa da associação desde 2010. Atualmente é Conselheira Administrativa, 28 anos. Participou em todos os encontros da pesquisa. Grau de Escolaridade: 1º grau.

Vera Vargas: Mãe de oito filhos. Sem escolaridade. Recicladora de resíduos sólidos na própria família. No contraturno, trabalha na AM+L, vendendo os produtos, principalmente sabão em barra. Integrou-se ao grupo no ano 2012.

Ângela da Silva: Mãe de cinco filhos. Integrou-se a AM+L em 2012. Sem escolaridade. Tem desejo de ser alfabetizada.

Délia dos Santos: Integrou-se a AM+L em 2012. Participou do projeto de alfabetização Coruja.

ANEXO A - ESTATUTOS DA AM+L

ESTATUTO SOCIAL

Associação Mundo Mais Limpo
Mundo + Limpo

CAPITULO I

Definição, Constituição, Sede e Finalidade.

Art. 1º: A Associação Mundo Mais Limpo, fundada no dia 18 de agosto, sita à Avenida John Kennedy, nº 3180, Bairro Santa Tereza, na Cidade de São Leopoldo, estado do Rio Grande do Sul, onde tem como sua sede e foro, é uma associação civil, de caráter representativo, educativo e beneficente, não governamental, com personalidade jurídica própria, sem finalidade lucrativa, político-partidária ou religiosa, com tempo indeterminado de duração, regendo-se por este estatuto.

Art. 2º: A Associação é constituída por pessoas maiores de 16 anos, sem distinção de raça, crença religiosa, nível social ou cultural, desde que desejem colaborar no coletivo e aceitem o presente Estatuto.

Art. 3º: É sua finalidade promover a defesa sócio-econômica de seus/suas associados/as, a inclusão social, a defesa do meio ambiente, buscar oferecer capacitação pessoal e profissional, na forma do associativismo. Para tanto deve:

- a) Proporcionar o crescimento e desenvolvimento dos/as seus/suas associados/as, através de programas específicos para tal fim;
- b) Despertar nos/as seus/suas associados/as à consciência da responsabilidade social e ambiental;
- c) Cooperar com o poder público e demais entidades comunitárias;
- d) Promover mediante convênio com entidades públicas e privadas aprimoramento técnico-profissional de seus/suas associados/as e colaboradores, tendo em vista a educação para a cooperação e a racionalização dos meios de produção, bem como a prestação de serviços relevantes frente às questões socio-ambientais;
- e) Providenciar e organizar o trabalho de modo a aproveitá-lo conforme as aptidões, profissões e interesses de seus/suas associados/as, operando e apoiando-os para a consecução das atividades e nas áreas de interesses de seus/suas associados/as, tais como: coleta, classificação e produção de produtos de limpeza, destinando adequados fins aos resíduos do processo e de materiais que não puderem ser utilizados;
- f) Atuar em conjunto com outras associações, visando defender o interesse de seus/suas associados/as;
- g) Trabalhar de acordo com os princípios da Economia Solidária, apoiando o seu movimento em todos os aspectos;

Francisco Reis Bergomi
 Escrevente Autorizada

- h) Associar-se a movimentos em prol do meio ambiente.

Art. 4º: Para atingir suas finalidades, a associação poderá firmar acordos e convênios com outras instituições para garantir assistência médica e de saúde, atividades educativas e promocionais como; palestras, seminários, encontros, campanhas beneficentes, etc., bem como, recorrer aos órgãos competentes e entidades especializadas que lhe proporcione meios e recursos para tais objetivos.

CAPÍTULO II

QUADRO SOCIAL

Definição

Art. 5º - Serão associados/as efetivos/as, profissionais de todas as áreas que concordem com as disposições do presente estatuto e que não pratiquem outras atividades que possam prejudicar ou contrariar os interesses da associação.

Art. 6º - O ingresso de associados/as se dará mediante preenchimento de ficha cadastral fornecida pela associação assinada por dois/duas associados/as e encaminhada ao Conselho Gestor, que ficará arquivada junto à secretaria da mesma. A efetivação se dará mediante aprovação em assembléia geral.

Parágrafo Único: Não há vínculo empregatício entre o/a associado/a e a associação.

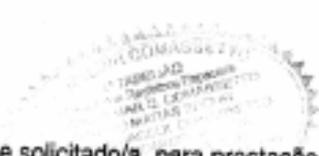
Direitos e Deveres dos/as Associados/as

Art. 7º: São direitos dos/as associados/as:

- a) Participar de todas as atividades da Associação Mundo Mais Limpo;
- b) Usufruir todos os benefícios que a associação proporcionar;
- c) Ter acesso ao uso de todos os recursos da associação;
- d) Apresentar sugestões para o melhor funcionamento da associação;
- e) Votar e ser votado/a para cargos de conselho gestor quando tiver ao menos 2 (dois anos) de associado/a;
- f) Pedir desligamento ou licenciar-se do quadro social;
- g) Participar das assembléias gerais e das reuniões da associação;
- h) Solicitar qualquer informação sobre os negócios da associação.

Art. 8º: São deveres dos/as associados/as:

- a) Cumprir com o Estatuto Social e o regimento interno;
- b) Cumprir com as decisões da assembléia geral;
- c) Cumprir com profissionalismo as tarefas que lhe foram designadas pela associação;
- d) Zelar pelo bom funcionamento da associação;



Franciele Reis Bergoni
Escritor Autorizada

- e) Cooperar sempre que solicitado/a, para prestação de serviços ou outros fins;
- f) Formalizar sua saída voluntária por escrito, através de carta de desligamento ou licença dirigida ao conselho gestor;
- g) Cumprir aos deveres que lhe competir quando integrante do Conselho Gestor;
- h) Notificar ao Conselho Gestor qualquer fato ou irregularidade que venha trazer a associação, prejuízo moral ou financeiro;
- i) Justificar por escrito sua ausência nas reuniões da Assembléia Geral.

Art. 9º: A exclusão do/a associado/a será motivada por:

- a) Morte do/a associado/a;
- b) Incapacidade civil não cumprida;
- c) Deixar de atender os requisitos estatutários e do regimento interno;
- d) Exercício de atividades prejudiciais aos interesses da associação;
- e) Afastamento das atividades da associação por mais de um mês sem justificativa por escrito e aceita pelo Conselho Gestor;
- f) Atentar contra moral e os bons costumes dentro e fora da associação;
- g) Prejudicar deliberadamente o andamento das atividades da associação.

Parágrafo Primeiro: A exclusão será determinada em assembléia geral.

Parágrafo Segundo: Caberá ao associado/a o direito de defesa na assembléia em que será discutida a sua exclusão, devendo este/a ser comunicado/a do evento com antecedência de 10 (dez) dias.

Parágrafo Terceiro: Caberá ao associado/a direito a recurso da decisão, a ser encaminhado em até 10 (dez) dias após a decisão pela exclusão, devendo o mesmo ser julgado em assembléia geral convocada para este fim.

Art. 10º: Os/as associados/as não responderão pelas obrigações e compromissos em nome da associação, quer solidária ou subsidiariamente.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º: A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Conselho Gestor
- b) Conselho Fiscal
- c) Assembléia Geral

DO CONSELHO GESTOR

Art. 12º: O Conselho Gestor será constituída pelo:

- a) Conselheiro Administrativo;
- b) Conselheiro Financeiro;
- c) Conselheiro Administrativo suplente;
- d) Conselheiro Financeiro suplente.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Gestor terá o período de 2 (dois) anos, a contar da data de sua eleição.



Franciele Reis Bergoni
Escritor(a) Autorizada

Art. 16º: Ao Conselho Financeiro suplente cabe:

- a) Substituir o Conselho Financeiro em seus impedimentos;
- b) Exercer as funções que lhe forem atribuídas;
- c) Prestar apoio ao Conselheiro Financeiro na realização de suas atividades.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 17º: O Conselho Fiscal é um órgão autônomo composto de três elementos efetivos eleitos em Assembléia Geral, juntamente com o Conselho Gestor, pelo período de dois anos.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Fiscal terá o período de 2 (dois) anos, a contar da data de sua eleição.

Art. 18º: Compete ao Conselho Fiscal, exercer assídua fiscalização sobre os negócios e interesses da Associação e:

- a) Atender parecer de ordem financeira que lhe forem feitas pelo Conselho Gestor;
- b) Receber, avaliar e emitir parecer sobre as contas do Conselho Gestor, obrigatoriamente uma vez a cada semestre do exercício financeiro e facultativamente, sempre que for solicitado em Assembléia;
- c) Avaliar minuciosamente o Balancete Contábil de cada mês e verificar os registros do Livro Caixa, emitindo seu parecer sobre o mesmo e afixando-o em local de amplo e fácil acesso de todos/as os/as associados/as;
- d) Requerer ao Conselho Gestor, a convocação imediata de Assembléia Geral Extraordinária, em caso de motivo grave e urgente, que assim o exija. No caso do não cumprimento pelo Conselho Gestor da convocação de Assembléia Geral Extraordinária, o próprio Conselho Fiscal fará a convocação;
- e) Assumir o Conselho Gestor da Associação no caso da demissão coletiva de seus membros. Deverá coordenar a eleição de um novo Conselho Gestor em prazo máximo de 30 (trinta) dias através da Assembléia Geral.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 19º: A Assembléia Geral será soberana em suas resoluções, não contrária às leis vigentes do País e a este Estatuto e será constituída por seus/suas associados/as.

Art. 20º: A cada ano a Assembléia Geral Ordinária, deverá ser realizada obrigatoriamente, na primeira quinzena de dezembro, caso não realizada em data anterior, deliberando sobre os seguintes assuntos:

- a) Avaliação do exercício social anual;
- b) Análise do balanço anual;
- c) Análise do plano de metas para o novo ano;
- d) Proposta de orçamento para o novo ano;
- e) Outros, de interesse expresso por seus/suas associados/as.



Franciele Reis Bergoni
Escritor(a) Autorizada

Parágrafo Quinto - É vedado o voto por procuração para representar outro/a associado/a.

DA REFORMA DO ESTATUTO E DESTITUIÇÃO DO CONSELHO GESTOR

Art. 24º: A convocação de assembléia com a finalidade de modificar, alterar ou reformar o presente Estatuto só poderá ser proposta pelo Conselho Gestor em conjunto com o Conselho Fiscal ou de no mínimo 1/5 (um quinto) dos/as associados/as.

Art. 25º - A destituição do conselho gestor se dará via assembléia geral, observando os procedimentos previstos neste estatuto e na lei vigente.

Art. 26º - Para as deliberações que se referirem aos artigos 24 e 25 deste estatuto é exigido voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia geral convocada especialmente para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos/as associados/as, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

CAPITULO IV Recursos Financeiros

Art. 27º: A Associação terá como fonte de recursos:

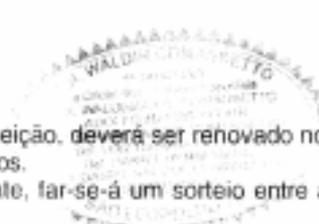
- a) Subsídios do Poder Público, empresas comerciais e outras organizações, mediante a assinatura de recibos e/ou contratos;
- b) Feiras e eventos;
- c) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- d) Comercialização de produtos;
- e) Promoções na área de cultura, lazer e meio ambiente;
- f) Assessorias, cursos e palestras.

CAPITULO V Das Eleições

Art. 28º: Serão permitidas no Conselho Gestor no máximo duas (2) pessoas com nível de parentesco em primeiro grau (filho, irmão, cônjuge), independente do cargo.

Art. 29º: Os cargos eletivos serão exercidos gratuitamente.

Art. 30º - Poderá haver reeleição para qualquer cargo do Conselho Gestor e/ou do Conselho Fiscal, desde que não exceda a dois exercícios consecutivos.



Franciele Reis Bergoni
Escritor(a) Autorizada

Parágrafo único: A cada eleição, deverá ser renovado no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos cargos eletivos.

Art. 31º: Em caso de empate, far-se-á um sorteio entre as chapas para decidir a eleição.

Parágrafo Único: Em caso de ocorrer chapa única, o quórum mínimo deverá ser de 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos de associados/as presentes.

Art. 32º: Os integrantes do Conselho Gestor e do Conselho Fiscal que não prestarem contas de suas atividades inerentes ao cargo que ocupam, no prazo de 15 (quinze) dias ao final da gestão, ou quando solicitados pela Assembleia Geral, estarão incluídos nas penalidades do Art. 9º.

CAPITULO VI Do Patrimônio

Art. 33º: O Patrimônio da Associação constituindo-se por todos os bens e direitos que a mesma venha a possuir e será formado essencialmente por:

- a) Bens móveis e imóveis;
- b) Depósitos em Instituições Financeiras;
- c) Donativos legados ou outra contribuição.

Art. 34º: Nenhum bem pertencente à associação poderá ser alienado, vendido ou doado sem o expresse consentimento da Assembleia Geral manifestada em votação.

Art. 35º: Os fundos bancários serão em moeda nacional e depositados em conta corrente de Instituição financeira escolhida pelo Conselho Gestor, sendo que os cheques deverão ser assinados conjuntamente pelo Conselheiro Administrativo e Conselheiro Financeiro.

CAPITULO VII Da dissolução da Associação

Art. 36º: Para que ocorra a dissolução da Associação ou sua incorporação à outra entidade é exigido voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos/as associados/as 2/3 (dois terços), ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.



Franciele Reis Bergoni
Escrivente Autorizada

Art. 37º: Em caso de dissolução da associação, salda todas as dívidas e encargos sociais, o seu patrimônio deverá ser transferido para uma outra associação devidamente regulamentada e que exerça o mesmo tipo de finalidade social da então dissolvida, conforme escolha da última Assembléia Geral convocada.

Art. 38º: O presente Estatuto deve ser afixado em caráter permanente no interior da Associação em local acessível a todos/as os/as associados/as.

Art. 39º: Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral

Art. 40º: O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data da sua aprovação em Assembléia Geral.

CAPITULO VIII Disposições gerais

Art. 41º: A associação tanto poderá comprar quanto vender o material produzido.

Art. 42º: A associação fará relatórios da movimentação financeira cabendo ao Conselho Fiscal juntamente com o Conselho Gestor definirem sobre a distribuição de recursos.

São Leopoldo, 18 de agosto de 2009.


Patricia Souza dos Santos
Conselheira Administrativa


Cláudia Alves dos Santos
Conselheira Financeira


Dr. Gilberto dos Santos Júnior
OAB/RS 69.679



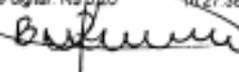
1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LEOPOLDO
Rua Independência, 420 - São Leopoldo - RS - Fone: (51) 3579-3500
WALDIR COMASSETTO - TABELIÁRIO



Reconheço **AUTÊNTICA** a firma de Patricia Souza dos Santos, indicada com a seta de uso deste Tabelionato.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
São Leopoldo - 18 de outubro de 2009

Emol: R\$ 2,50 + Sel. digital: R\$ 0,00 14.27.38.1201932.35209

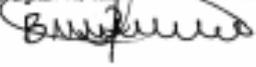
Franciele Reis Bergoni
Escrivente Autorizada




1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LEOPOLDO
 Rua Independência, 625 - São Leopoldo - RS - Fone: (51) 3579-3500
WALDIR COMASSETTO - TABELÃO


Reconheço **AUTÊNTICA** a firma de Cláudia Alves dos Santos, indicada com a seta de uso deste Tabelionato.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 São Leopoldo, 27 de outubro de 2009

Eml: RS 2,50 + Sel. 0,20 = RS 0,20 16 47:32 1201951 34963
 0817 01 090303 49984


Franciele Reis Bergoni
 Escrevente Autorizada

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE SÃO LEOPOLDO
 Rua Independência, 625 - São Leopoldo / RS - Fone: (51) 3579-3500
WALDIR COMASSETTO - REGISTRADOR
 Apresentado hoje, protocolado sob nº 69429 e registrado no Livro A-13,
 nº 1533.

SÃO LEOPOLDO, 28 de outubro de 2009.

Franciele Reis Bergoni - Escrevente Autorizada

Eml: R\$ 30,20 + Selos: R\$ 1,40 = R\$ 31,60
 10817 03 090303 32032 + R\$ 0,40 | 10817 03 090303 32033 + R\$ 0,40
 10817 03 090303 32034 + R\$ 0,40 | 10817 01 090303 10985 + R\$ 0,20





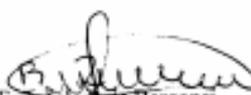
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE SÃO LEOPOLDO
1º TABELIONATO DE NOTAS
ANEXOS: Tabelionato de Protestos
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil das Pessoas Jurídicas

TABELIÃO E REGISTRADOR
Bel. WALDIR COMASSETTO
Substituto:
Bel. WALDEMAR C. COMASSETTO
Bel. MIRIAM SACCOL COMASSETTO
ADOLFO MATIAS SPOHR
Bel. LUIZ RICARDO DA SILVA
Bel. DANIEL HENNEMANN
Bel. DANIEL SACCOL COMASSETTO

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente documento é de igual teor ao que se acha arquivado neste Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no processo que instruiu o registro do estatuto social da **ASSOCIAÇÃO MUNDO MAIS LIMPO**, estando o respectivo extrato registrado no livro A-13, na folha 143, sob número 1533, em 28 de outubro de 2009. Dou fé.

SÃO LEOPOLDO, 28 de outubro de 2009.


Francisca Reis Bergonsi
Escrevente Autorizada

Emolumentos:

Total: R\$ 70,20 + R\$ 1,40 = R\$ 71,60

EXAME DOCUMENTOS: R\$ 21,70 (0617.03.0900009.02032 = R\$ 0,40)

INSCRIÇÃO SOC. S/ FINS ECONOMICOS: R\$ 32,40 (0617.03.0900009.02033 = R\$ 0,40)

MICROFILMAGEM/DIGITALIZAÇÃO: R\$ 13,60 (0617.03.0900009.02034 = R\$ 0,40)

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 2,50 (0617.01.0800003.10986 = R\$ 0,20)






ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MUNDO MAIS LIMPO DE SÃO LEOPOLDO

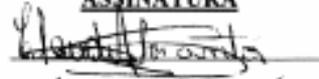
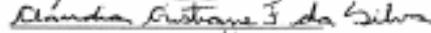
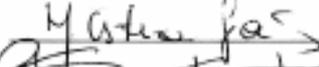
Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na Av. John Kennedy, nº3180, Fundos, na residência da associada Patrícia Souza dos Santos – Bairro Santa Tereza – no município de São Leopoldo/RS, neste estado às 9:00 (nove) horas, em conformidade com a legislação vigente reuniram-se com o intuito de formar a Associação Mundo Mais Limpo as seguintes pessoas: **Cláudia Alves dos Santos**, brasileira, natural de São Leopoldo, solteira, nascida em 04/10/1974, auxiliar de produção, residente e domiciliada na Rua Evelásio Antônio da Silva, nº 530, bairro Santa Tereza, em São Leopoldo – RS, CEP 93035-340, inscrito no CPF sob nº 766816530-49 e portadora de cédula de identidade nº 8030756699, emitida pela SJS/RS, em 15/12/2005; **Cláudia Cristiane Falkenback da Silva**, brasileira, natural de São Leopoldo, solteira, nascida em 27/11/1977, auxiliar de produção, residente e domiciliada na Rua 24 de agosto, nº 196, bairro Duque de Caxias, em São Leopoldo – RS, CEP 93010-000, inscrita no CPF sob nº 818600640-00 e portadora de cédula de identidade nº 1070391196, emitida pela SJTC/RS, em 01/02/1994; **Maria Cristina Giani Sala**, uruguaia, natural de Montevidéu, solteira, nascida em 15/10/1966, teóloga, residente e domiciliada na Av. Unisinos, nº 705, bairro São João Batista, em São Leopoldo – RS, CEP 93022-000, inscrita no CPF sob nº 839.556.660-34 e portadora de cédula de identidade nº V341432-6, emitida pela CIMCRE/CGPMAF, em 16/03/2002; **Patrícia Souza dos Santos**, brasileira, natural de São Leopoldo, solteira, nascida em 22/09/1977, auxiliar de produção, residente e domiciliada na Av. John Kennedy, nº 3180, bairro Santa Tereza, em São Leopoldo – RS, CEP 93034-340, inscrita no CPF sob nº 835169990-04 e portadora de cédula de identidade nº 80797432, emitida pela SJS/RS, em 21/09/2001; **Teresa Fátima da Siqueira**, brasileira, natural de Herveiras, solteira, nascida em 14/05/1982, residente e domiciliada na Rua Evelásio Antônio da Silva, nº 530, bairro Santa Tereza, em São Leopoldo – RS, CEP 93035-340, inscrito no CPF sob nº 005658780-50 e portadora de cédula de identidade nº 7079125519, emitida pela SJS/RS, em 10/10/2000. Eu, Patrícia Souza dos Santos, fui aclamada para coordenar os trabalhos e para lavrar a presente ata Assim, eu, Patrícia Souza dos Santos, pedi para que fosse lido, explicado e debatido o projeto de Estatuto da Associação, anteriormente elaborado, o que foi feito, artigo por artigo. Em seguida, posto em votação, o Estatuto Social foi aprovado pelo voto aberto dos/as associados/as fundadores, cujos nomes estão devidamente acima referidos, e aprovado por unanimidade. Eu, Patrícia Souza dos Santos, suspendi então, por dez minutos, os trabalhos, para adoção das providências que conduziram a eleição dos membros dos órgãos sociais, em conformidade do Estatuto Social. Reiniciados os trabalhos e procedida a votação foram eleitos por aclamação os associados, Patrícia Souza dos Santos, Conselheira Administrativa; Cláudia Cristiane Falkenback da Silva, Conselheira Administrativa Suplente; Cláudia Alves dos Santos, Conselheira Financeira; Teresa Fátima da Siqueira, Conselheira Financeira Suplente. Como membros do Conselho Fiscal, foi eleita Maria Cristina Giani Sala, ficando os demais cargos em vacância. Prosseguindo os trabalhos, todos foram empossados nos seus cargos e a Conselheira Administrativa, convidada a assumir os trabalhos agradeceu a colaboração e declarou constituída então a Associação Mundo Mais Limpo, com sede à Avenida John Kennedy, nº 3180, na residência da associada Patrícia Souza dos Santos – bairro Santa Tereza – no município de São Leopoldo/RS. Os/as associados/as declaram sob as penas da Lei, de que não estão incluídos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer os atos de associativismo. Como mais nada houvesse para ser tratado, eu, Patrícia Souza dos Santos, declarei encerrados os trabalhos, e lavrei a presente ata, a qual após lida e achada conforme, vai assinada por todos os associados/as fundadores, como prova da vontade livre de cada um de organizar esta associação.

São Leopoldo, 18 de Agosto de 2009.

NOME DO ASSOCIADO/A

1. Cláudia Alves dos Santos
2. Cláudia Cristiane Falkenback da Silva
3. Maria Cristina Giani Sala
4. Patrícia Souza dos Santos
5. Teresa Fátima da Siqueira

ASSINATURA





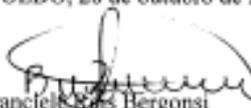
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE SÃO LEOPOLDO
1º TABELIONATO DE NOTAS
ANEXOS: Tabelionato de Protestos
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil das Pessoas Jurídicas

TABELIÃO E REGISTRADOR
Bel. WALDIR COMASSETTO
Substituto:
Bel. WALDEMAR C. COMASSETTO
Bel. MÍRIAM SACCOL COMASSETTO
ADOLFO MATIAS SPOHR
Bel. LUIZ RICARDO DA SILVA
Bel. DANIEL HENNEMANN
Bel. DANIEL SACCOL COMASSETTO

CERTIDÃO

CERTIFICO que o presente documento, é de igual teor ao que se acha arquivado neste Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no processo que instruiu o registro da **ASSOCIAÇÃO MUNDO MAIS LIMPO**, estando o extrato do respectivo estatuto registrado no Livro A-13, na folha 143, sob número 1533, em **28 de outubro de 2009**. Dou fé.

SÃO LEOPOLDO, 28 de outubro de 2009.


Francieli Reis Bergonsi
Escrevente Autorizada

Total: R\$ 70,20 + R\$ 1,40 = R\$ 71,60
EXAME DOCUMENTOS: R\$ 21,70 (0617.03.0900009.02032 = R\$ 0,40)
INSCRIÇÃO SOC. S/ FINS ECONÔMICOS: R\$ 32,40 (0617.03.0900009.02033 = R\$ 0,40)
MICROFILMAGEM/DIGITALIZAÇÃO: R\$ 13,60 (0617.03.0900009.02034 = R\$ 0,40)
PROCESSAMENTO ELETRÔNICO: R\$ 2,50 (0617.03.0900003.10986 = R\$ 0,20)



ANEXO B - LICENCIAMENTO AMBIENTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
RIO GRANDE DO SUL



LICENÇA ÚNICA

LU Nº 057/2012-DLA

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMAM, criada pela Lei Municipal nº 3.494, de 27/07/1989, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 6.938, de 31/08/1981, a Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, a Resolução CONSEMA nº 033, de 26/06/2003 e a Lei Municipal nº 6.463, de 17/12/2007 que dispõem sobre as atribuições e critérios ao exercício do Licenciamento Ambiental, e com base nos autos do processo administrativo nº 36528/2011, expede a presente LICENÇA ÚNICA que autoriza a:

Empreendimento: 1289

CODRAM: 2220,20

Empreendedor: ASSOCIAÇÃO MUNDO MAIS LIMPO
Endereço: Rua Padre Werner, 360 – Bairro Padre Reus.
Município: São Leopoldo – RS

Para atividade de: Fabricação de Sabões, e/ Extração de Lanolina.
Localizada na: Rua Padre Werner, 360 – Bairro Padre Reus.
Área ocupada: 116,59 m²

Licença Única
Válida até 25/04/2013

Condições e restrições:

1. Esta Licença refere-se a uma unidade de recebimento e beneficiamento de óleo de cozinha usado, oriundo do Programa Coleta Seletiva Compartilhada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, para fabricação de sabão.
 - 1.1 A atividade de fabricação de sabão constitui-se das seguintes operações: recebimento de óleo, filtragem, preparação e comercialização.
 - 1.2 O empreendimento constitui-se também da fabricação de sabonete, e como subproduto, as sobras da produção são utilizadas para fabricação de amaciante, desinfetante e produtos para limpeza pesada.
 - 1.3 O rejeito resultante da filtração do óleo deverá ser armazenado em local adequado e destinado para empresas devidamente Licenciadas para seu recebimento, podendo, inclusive, ser vendido.
 - 1.4 Esta Licença não habilita o recebimento de qualquer outro resíduo que não seja óleo de cozinha usado, oriundo do Programa Coleta Seletiva Compartilhada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

LU Nº 057/2012-DLA

São Leopoldo, 25 de Abril de 2012

Rua da Praia, 50 – Bairro Rio dos Sinos – São Leopoldo – Rio Grande do Sul
CEP 93.110-010 – Fones/Fax: (51) 3526-6800 – 3526-6601 – 3526-6310

Página 1 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
RIO GRANDE DO SUL



- 1.5 Todo o óleo recebido pela empresa deverá ser utilizado para a fabricação de sabão, não podendo em hipótese alguma ser vendido, sem prévia autorização da SEMMAM e SELIMP.
- 1.6 As embalagens de óleo usadas deverão ser devolvidas para o Programa Coleta Seletiva Compartilhada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, para que seja dada a correta destinação final das mesmas.
- 1.7 Não poderá ser armazenado óleo ou embalagens em local aberto, sem as devidas medidas de segurança: cobertura, piso impermeabilizado e contenção para o caso de vazamentos.
- 1.8 Deverão ser observadas e mantidas condições sanitárias adequadas na operação do empreendimento; de forma a não gerar desconforto no local e à vizinhança.
- 1.9 Fica proibida a queima a céu aberto de resíduos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente, conforme parágrafo 1º do artigo 11 da Lei Estadual nº 9.921/93.
- 1.10 A instituição deverá preencher planilha mensal de recebimento e expedição e encaminhar a esta Secretaria semestralmente. Na planilha deverá constar:
- quantidade de óleo recebida;
 - quantidade de rejeito gerada na filtragem e destinação do mesmo;
 - quantidade de sabão produzida;
 - quantidade de sobras de sabão reaproveitadas e sua destinação;
 - destinação das embalagens usadas, inclusive as de óleo.
- 1.11 Os resíduos gerados no processo produtivo deverão ser prioritariamente reaproveitados. Resíduos não passíveis de reaproveitamento deverão ser armazenados em local adequado até sua destinação final.
- 1.12 Embalagens e demais resíduos recicláveis deverão ser encaminhados para a Coleta Seletiva Compartilhada da Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

2. Quanto aos efluentes líquidos:

- 2.1 O empreendimento não poderá lançar efluentes líquidos industriais em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos sem o prévio licenciamento desta Secretaria.

AN Nº 03/2013 014

50. Avenida Garibaldi - Município de São Leopoldo - Rio Grande do Sul

Rua da Praia, 50 - Bairro Rio dos Sinos - São Leopoldo - Rio Grande do Sul
CEP 93.110-010 - Fones/Fax: (51) 3526-6800 - 3526-6801 - 3526-6810
Página 2 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
 RIO GRANDE DO SUL



3. Quanto às emissões atmosféricas:

- 3.1 Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com a Lei Municipal Nº 6.463 de 17 de dezembro de 2007.
- 3.2 Deverá adotar medidas de controle de modo a não emitir substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites da área de sua propriedade.
- 3.3 Os equipamentos e/ou operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera.

4. Quanto aos riscos industriais:

- 4.1 Deverá manter atualizado o Alvará de Proteção Contra Incêndio, expedido pelo Corpo de Bombeiros.

Com vistas à renovação da **Licença Única**, o empreendedor deverá apresentar, com **antecedência mínima de 60 dias** do seu prazo de vencimento:

1. Requerimento (02 vias) assinado pelo proprietário, solicitando a renovação da Licença Única;
2. Formulário Informações para Licenciamento de Atividades Industriais, devidamente preenchido e atualizado;
3. Relatório Técnico, acompanhado de registro fotográfico, informando que as instalações vêm operando em cumprimento a presente licença;
4. A planilha citada no item 1.10 desta Licença.

Solicitamos que, qualquer alteração (processo, produção, área física, etc.), deverá ser previamente avaliada por esta Secretaria, através da solicitação de Licenciamento.

Fica o empreendedor obrigado a efetuar o pagamento de taxa de licenciamento ambiental nos termos da Lei nº 6.463, de 17/12/2007.

Caso venha a ocorrer alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá encaminhar cópia a SEMMAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

O descumprimento de algum dos prazos ou parâmetros estabelecidos, bem como o fornecimento de dados que não correspondam à realidade, implica na perda de validade desta Licença.

01. 05. 0000000-0000

35. 10. 0000000-0000

Rua da Praia, 50 - Bairro Rio dos Sinos - São Leopoldo - Rio Grande do Sul
 CEP 93.710-010 - Fones/Fax: (51) 3526-6600 - 3526-6601 - 3526-6610



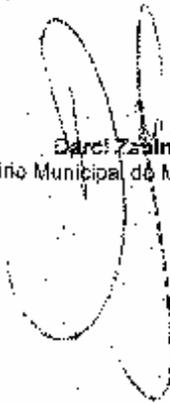
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
RIO GRANDE DO SUL



Esta licença autoriza somente a área em questão.

Esta licença não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual e Municipal, nem inclui as demais licenças ambientais.

São Leopoldo, 25 de abril de 2012.



Darcil Zeslin

Secretário Municipal do Meio Ambiente.

ANEXO D - PAAS PSICOLOGIA

Assessoria ao Mundo Mais Limpo

A intervenção do PAAS frente ao Mundo mais Limpo teve início 20/04/2011. Desde então o PAAS prestou consultorias, inicialmente quinzenais e após um período foram fixados encontros semanais. A partir deste trabalho conjunto entre PAAS e Mundo mais Limpo, pode-se perceber que o Mundo mais Limpo passou por vários momentos de transição. Seguem abaixo alguns apontamentos, dos objetivos iniciais e do momento atual do grupo.

Inicialmente os objetivos e as situações a serem trabalhados:

- Organização de espaço e horário para intervenção acontecer;
- Gostariam de tomar as responsabilidades para si, exemplo, das tarefas feitas pela Unisinos;
- Falta de organização com vendas, organização de dinheiro, tomada de posições, além da falta de participação em feiras;
- Não tinham uma boa relação com as representantes do projeto do Unisol. Gostariam de maior proximidade com Tecnosociais;
- Finalização da verba da Unisol – perguntavam-se: como prosseguir?;
- Falta de organização do grupo para momentos de saídas de Cristina e Carol (nos períodos de janeiro e fevereiro);
- Dificuldade de comunicar-se entre si e se posicionarem;
- Dificuldade de estabelecer limites dentro do grupo e de manter os planejamentos organizados;
- Problemas na administração das verbas recebidas, além dos lucros obtidos com as vendas;
- Falta de motivação do grupo para produzir e vender, devido ao pouco retorno obtido;
- Qualidade de vida: melhorar aspectos como alimentação, organização e higiene dos espaços;
- Sensação de que “as coisas não andam” no grupo;
- Realizar o licenciamento ambiental do Mundo mais Limpo;
- Falta de organização com o transporte das integrantes;
- Meta de abrir uma conta em banco e emitirem nota fiscal;
- Dificuldade em se assumirem como trabalhadoras de uma empresa em ascensão;
- Dificuldade em separar o lado pessoal do profissional, sendo que um sempre interferia no desempenho do trabalho desenvolvido.

Mudanças ocorridas:

- Conseguem se organizar para reuniões, separando um espaço, dia e horário para esta intervenção, assim como para demais reuniões para organização semanal das tarefas do grupo;
- Finalizaram o processo do licenciamento ambiental;
- Boa relação com a incubadora Tecnossociais;
- Tecnossociais se faz mais presente nas atividades do grupo, auxiliando-as quando necessário;
- Organizaram-se com vendas, produção, e dinheiro;
- Reorganizaram o processo de trabalho para seguiram sem a verba do Unisol;
- Organizaram-se para trabalhar no período de saída de Cristina e Carol;
- Estão conseguindo se comunicar mais, entre si e com instituições externas. Discutem aspectos importantes de trabalho, além de estarem conseguindo se posicionar sobre as relações no trabalho, estabelecendo limites e fazendo cobranças quando necessário;
- Estão assumindo mais responsabilidades;
- Estão conseguindo se organizar para participação em feiras, assim como estão se organizando para vender – as vendas não parecem mais um problema;
- Conseguem definir problemas e objetivos do grupo;
- Estão conseguindo separar o lado pessoal do profissional, sem deixar que interfira na produção do grupo;
- Aumento de produção, aumento de vendas, aumento de lucro;
- Melhora na união entre as integrantes trabalhadoras;
- Melhora na organização dos espaços da sede;
- Não possuem mais problemas com o transporte das integrantes;
- Apropriaram-se do trabalho, transformando o grupo e assumindo mais responsabilidades.

Alguns pontos que ficam em aberto:

- Abrir uma conta em banco em nome do Mundo Mais Limpo;
- Emissão de nota fiscal.

Além destes pontos em aberto, sabe-se que os objetivos e as metas do grupo podem se modificar a qualquer momento, portanto, compreendemos que devem existir uma série de outras intenções e idéias que o grupo queira projetar alcançar em um período de curto, médio ou longo prazo. Entendemos que os processos de trabalho estão sempre operando transformações na forma como as instituições se organizam, e isto indica sinal de saúde grupal. Assim, concluímos que uma série de objetivos foram

alcançados com esta assessoria, mas também diversos pontos se abriram, os quais ampliaram a visão do Mundo mais Limpo e sobre os quais entendemos que o grupo tem condições de seguir, neste momento, sem a consultoria até então contratada. O PAAS se mantém a disposição para realizar parceria, consultoria ou assessoria em qualquer momento que este grupo entender ser necessário.

Agradecemos a oportunidade de trabalhar com vocês.

Atenciosamente,
Equipe PAAS

São Leopoldo, 10 de dezembro de 2012.



Tuani Bertamoni
Estagiária de psicologia do PAAS



Guilherme Ebert
Estagiário de psicologia do PAAS



Gabriela Kunz Silveira
Psicóloga do PAAS



Rosana Cecchini de Castro
Psicóloga e coordenadora do PAAS